



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

# **DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO**

**ANO XIII - Edição nº 2246 - 13 de novembro de 2024**



# Mesa Diretora

**Presidente:** Deputado **Roberto Cidade**  
**1º Vice-Presidente:** Deputado **Carlinhos Bessa**  
**2ª Vice-Presidente:** Deputada **Alessandra Campêlo**  
**3ª Vice-Presidente:** Deputado **Felipe Souza**  
**Secretário-Geral:** Deputado **João Luiz**  
**1º Secretário:** Deputado **Abdala Fraxe**  
**2ª Secretária:** Deputada **Joana Darc**  
**3º Secretário:** Deputado **Cabo Maciel**  
**Ouvidor:** Deputado **Sinésio Campos**  
**Corregedor:** Deputado **Dr. Gomes**

## 20ª Legislatura

Deputado **Abdala Fraxe**  
Deputado **Adjuto Afonso**  
Deputada **Alessandra Campelo**  
Deputado **Cabo Maciel**  
Deputado **Carlinhos Bessa**  
Deputado **Cristiano D'Angelo**  
Deputado **Comandante Dan**  
Deputado **Daniel Almeida**  
Deputada **Débora Menezes**  
Deputado **Delegado Pércicles**  
Deputado **Dr. George lins**  
Deputado **Dr. Gomes**  
Deputado **Felipe Souza**  
Deputada **Joana Darc**  
Deputado **João Luiz**  
Deputado **Mário César Filho**  
Deputada **Dra. Mayara Pinheiro**  
Deputada **Mayra Dias**  
Deputado **Roberto Cidade**  
Deputado **Rozenha**  
Deputado **Sinésio Campos**  
Deputado **Thiago Abraham**  
Deputado **Wanderley Monteiro**  
Deputado **Wilker Barreto**

# Comissões Permanentes

Comissão de Constituição, Justiça e Redação  
E-mail: [ccjr@aleam.gov.br](mailto:ccjr@aleam.gov.br)

Comissão de Assuntos Econômicos  
E-mail: [com.cae@aleam.gov.br](mailto:com.cae@aleam.gov.br)

Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural  
E-mail: [comapa@aleam.gov.br](mailto:comapa@aleam.gov.br)

Comissão de Política Sobre Drogas, Cidadania, Assuntos Indígenas e Legislação Participativa  
E-mail: [com.sobredrogas@aleam.gov.br](mailto:com.sobredrogas@aleam.gov.br)

Comissão de Transporte, Trânsito e Mobilidade  
E-mail: [com.tmu@aleam.gov.br](mailto:com.tmu@aleam.gov.br)

Comissão de Defesa do Consumidor  
E-mail: [comissao.defesadoconsumidor@aleam.gov.br](mailto:comissao.defesadoconsumidor@aleam.gov.br)

Comissão de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social;  
E-mail: [cdhpdps@aleam.gov.br](mailto:cdhpdps@aleam.gov.br)

Comissão de Educação  
E-mail: [com.educacao@aleam.gov.br](mailto:com.educacao@aleam.gov.br)

Comissão de Esporte e Lazer  
E-mail: [comissaodeesporteelazer@aleam.gov.br](mailto:comissaodeesporteelazer@aleam.gov.br)

Comissão de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos  
E-mail: [com.opsp@aleam.gov.br](mailto:com.opsp@aleam.gov.br)

Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento  
E-mail: [comunder@aleam.gov.br](mailto:comunder@aleam.gov.br)

Comissão de Indústria, Comércio e Zona Franca  
E-mail: [ciczf@aleam.gov.br](mailto:ciczf@aleam.gov.br)

Comissão Turismo, Fomento e Negócios  
E-mail: [ctur@aleam.gov.br](mailto:ctur@aleam.gov.br)

Comissão da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa  
E-mail: [com.mfi@aleam.gov.br](mailto:com.mfi@aleam.gov.br)

Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás, Energia e Saneamento  
E-mail: [cgeodiversidade@aleam.gov.br](mailto:cgeodiversidade@aleam.gov.br)

Comissão de Segurança Pública  
E-mail: [com.spública@aleam.gov.br](mailto:com.spública@aleam.gov.br)

Comissão de Saúde e Previdência  
E-mail: [csaudeprevidencia@aleam.gov.br](mailto:csaudeprevidencia@aleam.gov.br)

Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação  
E-mail: [cctec@aleam.gov.br](mailto:cctec@aleam.gov.br)

Comissão de Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens  
E-mail: [cjca@aleam.gov.br](mailto:cjca@aleam.gov.br)

Comissão de Proteção aos Animais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
E-mail: [cpama@aleam.gov.br](mailto:cpama@aleam.gov.br)

Comissão de Cultura e Economia Criativa  
E-mail: [com.cec@aleam.gov.br](mailto:com.cec@aleam.gov.br)

Comissão de Empreendedorismo, Comércio Exterior e Mercosul  
E-mail: [cecem@aleam.gov.br](mailto:cecem@aleam.gov.br)

Comissão de Assistência Social e Trabalho  
E-mail: [com.ast@aleam.gov.br](mailto:com.ast@aleam.gov.br)

Comissão de Ética  
E-mail:

---

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

## EXPEDIENTE

### DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Responsável pela criação, organização das matérias para publicação e edição do Diário Oficial Eletrônico

**EDIÇÃO**  
Moisés Fernandes Nunes Jr

**DIRETOR DE INFORMÁTICA**  
Renato da Silva Bueno

**DIRETOR GERAL**  
Wander Araújo Motta

**PORTARIAS****PORTARIA N.º 1832/2024/GP**

**AUTORIZAR** viagem ao Servidor, DIEGO SILVA DE OLIVEIRA, RPD Nº 490/2024-DG e Processo Digital nº 2024.10000.00000.0.002243, para o Município de Parintins/AM, no Percurso MANAUS/PARINTINS/MANAUS.

**PORTARIA N.º 1833/2024/GP**

**AUTORIZAR** viagem ao Servidor, CARLOS ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, RPD Nº 491/2024-DG e Processo Digital nº 2024.10000.00000.0.002244, para o Município de Parintins/AM, no Percurso MANAUS/PARINTINS/MANAUS.

**PORTARIA N.º 1834/2024/GP**

**AUTORIZAR** viagem à Servidora, EDILENE MAFRA DA SILVA, RPD Nº 492/2024-DG e Processo Digital nº 2024.10000.00000.0.002254, para a Cidade de Brasília/DF, no Percurso MANAUS/BRASÍLIA/MANAUS.

**PORTARIA N.º 1835/2024/GP**

**AUTORIZAR** viagem ao Servidor, WILSON DA SILVA ALVES, RPD Nº 493/2024-DG e Processo Digital nº 2024.10000.00000.0.002253, para a Cidade de Brasília/DF, no Percurso MANAUS/BRASÍLIA/MANAUS.

**PORTARIA N.º 1836/2024/GP**

**AUTORIZAR** viagem ao Excelentíssimo Senhor Deputado, MAURÍCIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO, RPD Nº 494/2024-DG e Processo Digital nº 2024.10000.00000.0.002252, para a Cidade de Brasília/DF, no Percurso MANAUS/BRASÍLIA/MANAUS.

**PORTARIA N.º 1837/2024/GP**

**AUTORIZAR** viagem ao Excelentíssimo Senhor Deputado, JOÃO LUIZ ALMEIDA DA SILVA, RPD Nº 495/2024-DG e Processo Digital nº 2024.10000.00000.0.002257, para a Cidade de Brasília/DF, no Percurso MANAUS/BRASÍLIA/MANAUS.

**PORTARIA N.º 1838/2024/GP**

**AUTORIZAR** viagem ao Servidor, AGUILAR ABECASSIS BRITO, RPD Nº 497/2024-DG e Processo Digital nº 2024.10000.00000.0.002255, para o Município de Parintins/AM, no Percurso MANAUS/PARINTINS/MANAUS.

**PORTARIA N.º 1839/2024/GP**

**AUTORIZAR** viagem à Excelentíssima Senhora Deputada, MAYRA BENITA ALVES DIAS GARCIA, RPD Nº 498/2024-DG e Processo Digital nº 2024.10000.00000.0.002256, para o Município de Parintins/AM, no Percurso MANAUS/PARINTINS/MANAUS.

**PORTARIA N.º 1848/2024/GP**

**AUTORIZAR** viagem ao Excelentíssimo Senhor Deputado, JOÃO LUIZ ALMEIDA DA SILVA, RPD Nº 496/2024-DG e Processo Digital nº 2024.10000.00000.0.002262, para a Cidade de Salvador/BA, no Percurso MANAUS/SALVADOR/MANAUS.

**PORTARIA N.º 1860/2024/GP**

**CANCELAR**, passagens aéreas e diárias concedidas ao Excelentíssimo Senhor Deputado João Luiz Almeida da Silva, através da Portaria nº 1790/2024/GP, datada de 29.10.2024, publicada na Edição do Diário Oficial nº 2240, em 30.10.2024, para o Município de Tefé/AM.

**PORTARIA N.º 1840/2024/GP**

**EXONERAR** o servidor, ROMULO AUGUSTO MOUSSALEM PAIVA, do Cargo Comissionado de Assessor de Diretoria 5 CC-8, nos termos do artigo 55, item II, da Lei n. 1.762 de 14.11.86, a contar de 01.11.2024.

**PORTARIA N.º 1871/2024/GP**

**PRORROGAR** os trabalhos da Comissão Especial de Assessoramento Técnico para prover sistemática de rastreabilidade dos processos administrativos da instituição, e dar mais celeridade aos processos de contratação, por 12 (doze) meses, a contar de 01.11.2024.

**PORTARIA N.º 1872/2024/GP**

**AUTORIZAR** à Servidora SANDRA CÁTIA DANTAS ALVES, matrícula n.º 198, Agente Legislativo Nível Médio, Referência 17 deste Poder, Progressão Funcional de uma referência e Adicional de Titulação Acadêmica no percentual de 15%, em função da conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, pela Faculdade Anhembí Morumbi, conforme disposto nos artigos 16 e 24, inciso I da Lei n. 3.013/05 e art. 8º, § 1.º da Resolução Legislativa n.º 430/08; passando para Referência 18, a contar de 08.11.2024.

**PORTARIA N.º 1881/2024/GP**

**PRORROGAR** a designação da servidora MARIA DAS GRAÇAS NUNES DE SIQUEIRA, para exercer, em substituição, a Função de Confiança FC3 de Secretário de Gerência de Atos Administrativos, no período de 11.11.2024 a 09.05.2025, durante o impedimento da titular, HELENA DE ARAUJO OLIVEIRA.

**PORTARIA N.º 1889/2024/GP**

**DESIGNAR** a servidora SANDRA MARIA YASUDA, para exercer a Função de Confiança FC-1 de Gerente de Manutenção, Conservação e Controle de Obras, a contar de 01.11.2024.

**PORTARIA N.º 1890/2024/GP**

**DESIGNAR** a servidora ADRIANA ARAÚJO PAULA, para exercer a Função de Confiança FC-3 de Secretário da Gerência de Finanças, a contar de 01.11.2024.

**Deputado ROBERTO MAIA CIDADE FILHO**  
Presidente

**WANDER ARAÚJO MOTTA**  
Diretor Geral

**ATAS DE COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA****16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP****ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE AUTAZES/AM.**

Às nove horas e trinta minutos do dia quinze de fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro, no Centro de Convivência do Idoso, localizado na Rua Matias Ferreira Lima, na cidade Nova 1, Autazes – Am, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar Deputado Estadual Comandante Dan. Convidou para compor a Mesa as autoridades: Vereadora Daniela Barboza, Denis de Lima Correia Secretário de Produção Rural, Vereador Fábio Lira de Nova Olinda do Norte, Vereador Antônio Aquino, 1º Ten J. Gonçalves Comandante do 9º GPM, Vereador Fernando Oliveira, Glaite Paraíso Comandante da Guarda Municipal, Pastor Newton Barroncas e a Vereadora Liana da Silva Guedes. A Audiência teve início com uma cerimônia de inspiração espiritual, liderada pelo Pastor Samuel Pereira, que proferiu uma oração. Com a palavra a Vereadora Daniela Barboza, onde iniciou sua intervenção saudando a todos os presentes e reconhecendo a força e determinação da comunidade de Autazes. Ela ressaltou a necessidade de um apoio mais efetivo por parte do governo, enfatizando a importância de o Deputado Comandante Dan interceder junto ao governo estadual para atender às demandas do município. Além disso, destacou os significativos investimentos realizados em Autazes, incluindo a recente aquisição do comando da guarda municipal. Por fim, expressou sua gratidão pela presença e apoio do Comandante Dan na audiência. Com a palavra o Comandante Dan, dirigiu cumprimentos a todos os presentes, desejando-lhes um dia abençoado. Em seguida, delineou o propósito fundamental desta audiência pública, que consiste em dar voz à população, permitindo que expressem suas percepções sobre a segurança pública, bem como discutir outros temas prementes, como os incidentes envolvendo a queda das pontes e a situação da BR 319. Destacou os desafios relacionados à exploração do potássio no município, ressaltando a correlação entre progresso econômico e aumento da violência, citando o caso de Coari e a exploração do gás. O Comandante mencionou o procedimento pós-audiência, no qual é elaborada uma carta de intenções encaminhada aos órgãos pertinentes, incluindo os governos municipal, estadual e federal, visando promover melhorias na segurança futura. Salientou a importância da segurança como um direito fundamental, essencial para a qualidade de vida de todos os cidadãos, e reiterou que sua participação na audiência representa o poder legislativo, não o executivo. Ele compartilhou também ações concretas realizadas em prol da segurança, incluindo a elaboração de documentos para a municipalização, como o "Livro Case de Sucesso Presidente Figueiredo" e uma cartilha sobre segurança pública. Destacou o direcionamento de suas emendas para a segurança pública e mencionou projetos em andamento, como a penalização do receptor de cabos elétricos e a implementação de um plano de segurança nas escolas. Enfatizou a importância da prevenção da violência, incentivando a ocupação do tempo das crianças com projetos escolares e outras iniciativas comunitárias. Por fim, reiterou seu compromisso em trabalhar incansavelmente para garantir a segurança de todos, destacando a colaboração entre os diversos setores da sociedade como um elemento essencial nessa empreitada. Com a palavra o Vereador Toni, dirigiu-se a todos os presentes com cordialidade, e compartilhou suas reflexões sobre a realidade vivida atualmente no município, destacando que esta é o resultado das sementes plantadas no passado. Expressou sua gratidão ao Deputado, reconhecendo sua prontidão em atender aos pedidos de auxílio e sua disposição em ir além do esperado sempre que visita o município. Toni ressaltou a busca constante por uma sensação de segurança ampliada para Autazes, mencionando experiências pessoais que ilustram a importância do apoio do Deputado em momentos críticos, como durante a queda das pontes. Agradeceu por sua atuação vigorosa na Assembleia

Legislativa, destacando o impacto positivo de sua voz ativa em prol do município. Com a palavra. Pergunta: A Sra Elem Maria, perguntou se tem algum plano para ampliação da segurança da zona rural e comunidades, em resposta, Glaite Paraíso, Comandante da Guarda, dirigiu cumprimentos a todos os presentes e abordou a questão mencionada, enfatizando que não há falta de vontade em garantir uma maior segurança nos ramais. No entanto, ele destacou os desafios enfrentados ao patrulhar essas áreas devido à insuficiência de efetivo e ao fato de a guarda estar desarmada. Glaite mencionou a necessidade de discutir com o Comandante Dan sobre o aumento do efetivo e a disponibilidade de viaturas, reconhecendo que a situação atual está abaixo do ideal. Ele pediu paciência aos municípios, assegurando-lhes que estão empenhados em melhorar a situação. Além disso, ressaltou a existência de uma linha direta de denúncia e reiterou o compromisso da Guarda em estar sempre pronta para ajudar. Com a palavra, o Tenente J. Gonçalves dirigiu-se cordialmente a todos os presentes, abordando as demandas e desafios relacionados ao policiamento local. Destacou seu comprometimento ao disponibilizar seu número pessoal para um atendimento imediato sempre que necessário, demonstrando estar sempre aberto ao diálogo e pronto para ajudar os presidentes das comunidades. O Tenente informou que o contingente atual de 23 policiais militares é insuficiente para atender plenamente às demandas da região, resultando em dificuldades para responder a todas as ocorrências de forma adequada. Ele ressaltou a importância de compreender as limitações enfrentadas, especialmente ao lidar com situações críticas, como atender ocorrências em estradas ou nas margens dos rios, onde a logística muitas vezes é desafiadora. Além disso, enfatizou a importância da colaboração da comunidade, destacando que aqueles que relatam crimes também têm a responsabilidade de cooperar com as autoridades, comparecendo à delegacia para prestar depoimento e contribuir para a resolução dos casos. Dando continuidade à discussão, o Sr. Emerson expressou seus agradecimentos a todos os presentes e trouxe à tona uma preocupação significativa: as dificuldades enfrentadas pela população ao se deslocar de Autazes a Manaus, especialmente no que diz respeito às condições das pontes e ao transporte de cargas. Levantou a questão sobre a existência de algum processo licitatório em andamento para abordar essas questões urgentes e indagou sobre as medidas que o Deputado poderia tomar para beneficiar o município de Autazes. Com a palavra, Comandante Dan compartilhou as ações tomadas em resposta à queda das pontes. Ele mencionou que, juntamente com o Deputado Silas, empreenderam esforços para buscar soluções junto ao DNIT e à presidência da ALEAM. Destacou que uma das iniciativas mais eficazes foi uma audiência com o Ministério Público Federal e o DNIT, na qual a procuradora solicitou o cronograma completo das obras das pontes. Como resultado, medidas mínimas foram tomadas pelos responsáveis, incluindo a instalação de uma balsa como ponte alternativa. Sobre as ações do Deputado, relatou o envio de um requerimento ao MPF em busca de respostas, embora ainda não tenham sido obtidas. Informou que estão acompanhando de perto as providências necessárias e que havia planos de realizar audiências em Humaitá, embora tenham sido solicitados a aguardar. Acrescentou que o DNIT foi convidado a prestar esclarecimentos na ALEAM sobre o atual cronograma de reconstrução das pontes, reconhecendo a situação delicada em que o estado do Amazonas se encontra em relação à BR. Concluiu ressaltando a necessidade de formalizar ações para resolver o problema de forma eficaz. Com a palavra, o Vereador Fábio de Nova Olinda do Norte, onde expressou seus agradecimentos à presença de todos os presentes e compartilhou sua experiência na área da segurança pública no interior do estado. Conhecendo de perto os desafios enfrentados, tendo atuado como secretário de segurança e guarda municipal, ele ressaltou a complexidade da luta contra o crime organizado, que infelizmente está infiltrado em diversas esferas da sociedade. Destacou a importância de tratar as questões de segurança com maior vigor e de dar voz àqueles que genuinamente trabalham em prol do bem-estar da comunidade. O Vereador enfatizou que os políticos têm o papel de promover as condições necessárias para a realização de obras como a construção de pontes, ao invés de construí-las diretamente. Por fim, solicitou uma audiência no município de Nova Olinda do Norte para discutir questões relevantes para a segurança e o desenvolvimento da região. Com a palavra, a Comandante da Guarda Glaite Paraíso dirigiu-se à população questionando o paradeiro dos presidentes das comunidades locais. Ela parabenizou o

Comandante pela realização da audiência pública, reconhecendo as dificuldades de deslocamento até o local do evento e destacando a importância da participação de todos na promoção da segurança, que é responsabilidade coletiva. Ela mencionou que a Guarda Municipal de Autazes é reconhecida por sua eficiência, atribuindo isso ao engajamento do gestor. Expressou gratidão aos Deputados Comandante Dan e Silas Câmara pelo apoio à Guarda Municipal, ressaltando a importância do livro do Comandante como guia para as práticas operacionais. Informou sobre o funcionamento efetivo da ronda escolar e a colaboração entre os órgãos de segurança locais, além de mencionar o treinamento de dezesseis brigadistas prontos para atuar. Por fim, convidou o Deputado a participar da inauguração do prédio de comando da Guarda Municipal. Com a palavra, o vereador Toni saudou a todos os presentes e ressaltou a relevância das audiências públicas, embora tenha observado uma adesão aquém do desejado. Ele abordou as dificuldades enfrentadas na infraestrutura dos ramais, destacando problemas como a falta de iluminação em algumas áreas mais remotas e a necessidade urgente de pavimentação em todos os ramais, mas lamentou a escassez de recursos para essas melhorias. Toni também mencionou a participação dos vereadores na questão da BR 319, enfatizando que a dificuldade de tráfego afeta diretamente a área da saúde. Ele reiterou que os vereadores não podem se abster de sua responsabilidade, mesmo diante das obrigações do governo federal. Expressou gratidão ao deputado pelas emendas destinadas à aquisição do local de comando da guarda municipal e anunciou planos para solicitar a ampliação do sistema de câmeras na cidade e a instalação de detectores de metais nas escolas, além de destacar a necessidade urgente de aumento do efetivo dos órgãos de segurança municipais. A Vereadora Daniela Barboza tomou a palavra e fez uma série de solicitações fundamentais para a segurança do município. Ela pediu mais combustível e viaturas para os órgãos de segurança locais, enfatizando a importância de recursos adequados para garantir a eficiência das operações. Além disso, solicitou a instalação de uma delegacia da polícia civil no município e o aumento do efetivo dos órgãos de segurança, ressaltando a necessidade de reforçar as equipes para lidar com o aumento da criminalidade. A Vereadora também requereu a designação de dois delegados para o município, a fim de fortalecer a capacidade de investigação e combate aos crimes locais. Com a palavra, a Vereadora Diana Guedes cumprimentou cordialmente a todos os presentes e ressaltou a importância da integração dos órgãos de segurança para lidar com os desafios atuais. Em relação à segurança escolar, destacou a relevância da presença dos pais junto aos seus filhos, reconhecendo que, muitas vezes, as demandas profissionais podem distanciá-los, deixando as crianças vulneráveis ao mundo virtual. Enfatizou a necessidade de dedicar mais atenção às crianças desde cedo, de modo a evitar que a polícia tenha que intervir posteriormente. Expressou sua gratidão ao Pastor Samuel pelo papel da religião em moldar o caráter das pessoas. Por outro lado, lamentou a presença de facções criminosas no entorno do município e discorreu sobre a exploração das riquezas locais por indivíduos externos, ressaltando a urgência de abordar essa grande ferida que é a insegurança na comunidade. Com a palavra, o Comandante Dan destacou a amplitude do conceito de ordem pública, superando o escopo da segurança pública ao abranger uma variedade de aspectos interligados. Enfatizou a importância de um debate profundo sobre o tema, visando encontrar soluções eficazes e envolvendo todos os interessados na busca por resultados concretos. Salientou o papel do deputado, que inclui a legislação, fiscalização e a alocação de emendas para representar efetivamente o povo. Mencionou que sempre que são encaminhados documentos, são buscadas soluções para atender às demandas. Abordou a necessidade de criar oportunidades de emprego e renda, como na exploração do potássio, mas ressaltou a importância de antecipar possíveis consequências, como o aumento da criminalidade. Destacou a necessidade de reestruturação da Polícia Militar, abrangendo aspectos como combustível, efetivo e viaturas, e expressou o compromisso em dialogar com o governo para buscar melhorias. Enfatizou a importância da participação da sociedade na elaboração dos planos de segurança, destacando a integração entre os órgãos de segurança como medida preventiva contra a violência. Por fim, colocou-se à disposição de todos para auxiliar no que for necessário e agradeceu a presença e colaboração de todos os presentes. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada

pelo Deputado Comandante Dan às onze horas e trinta minutos, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em Alvarães.

**Deputado Comandante Dan – PODEMOS**  
Presidente da Comissão de Segurança Pública

#### **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA DO NORTE/AM.**

Às nove horas e trinta minutos do dia quatro de março do ano dois mil e vinte e quatro, na Câmara Municipal, localizada na Av. Getúlio Vargas, 534 - Nossa Sra. de Fátima, Nova Olinda do Norte - AM, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar Deputado Estadual Comandante Dan. Convidou para compor a Mesa as autoridades: Vereador Leandro Dávila Presidente da Câmara, Noé Silveira Vice Prefeito, Vereador Fábio Lira Vice Presidente da Comissão de Segurança Pública, Everaldo Carneiro Delegado do 47 DIP, Ten Ageu Comandante do 1º Pel da 9ª CIPM, Vereador Tony Aquino de Autazes, Emerson Auzier Conselheiro Tutelar, Sr Rubenildo da Guarda Civil Municipal, Pastor Peterson da Silva Vice Coordenador da IEADAM Nova Olinda, Pastor Nilton Barroncas Membro do DEMPADAM, Adriano Figueiredo Coordenador de Educação Regional, Vereador Fran Souza e Luciano Cabral representante da Sociedade Civil. A Audiência teve início com uma cerimônia de inspiração espiritual, liderada pelo Pastor Peterson da Silva, que proferiu uma oração. A reunião foi iniciada com o discurso do Vereador Leandro Dávila presidente da câmara, que expressou gratidão a Deus pelo dia e a todos os presentes. Ele destacou a importância da audiência conduzida pelo Deputado Comandante Dan, reconhecendo-a como um evento significativo para a comunidade local. O presidente enfatizou a crença de que essa iniciativa pode alcançar um público mais amplo, resultando em políticas públicas mais eficazes. Ele ressaltou o propósito da audiência, que é garantir que todas as vozes sejam ouvidas, e expressou sua compreensão da necessidade de aproveitar a estrutura disponível para implementar melhorias. Ao assumir a palavra, o Vice-Prefeito Noé Silveira, saudou cordialmente todos os presentes. Ele enfatizou a relevância da segurança pública como uma prioridade de destaque para o município, reconhecendo seu papel fundamental na promoção de uma melhor qualidade de vida para a sociedade. Ao tomar a palavra, o Deputado Comandante Dan saudou calorosamente a todos os presentes e desejou um dia abençoado. Ele expressou sua satisfação em estar no município e enfatizou a importância de ouvir mais do que falar, demonstrando seu compromisso em escutar todas as vozes da comunidade. O Deputado informou que está em seu primeiro mandato como Deputado Estadual e também atua como Presidente da Comissão de Segurança Pública. Ele compartilhou sua decisão de sair do ambiente tradicional de trabalho para visitar diversos locais, desde municípios até bairros em Manaus, onde os índices de homicídios são mais elevados. Destacou ainda que já realizou três audiências públicas no município neste ano de 2024, visando promover uma maior sensação de segurança e satisfação para o povo do estado do Amazonas. Entre os projetos em andamento, mencionou o plano de trabalho "Segurança Inovadora", que engloba a colaboração de diversos órgãos de segurança. O Deputado explicou sobre o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que não apenas envolve a polícia, mas também outros órgãos e ações de proteção social e prevenção. Ele ressaltou a importância de a segurança pública estar intrinsecamente ligada à família, à igreja e ao entendimento do conceito primordial de cidadania, que envolve direitos e deveres. Destacou a responsabilidade do povo na escolha de seus representantes a cada dois anos, ressaltando a importância dos temas como educação, segurança e saúde na tomada de decisões que moldarão o futuro. Ao final da audiência, o Deputado

informou que seria elaborada uma ata e uma carta do município para serem encaminhadas às autoridades competentes. Durante as audiências, foi elaborada uma cartilha de segurança pública e discutido um modelo de municipalização da segurança, bem como diretrizes resultantes do seminário sobre segurança inovadora. Ele também compartilhou um livro que desenvolveu durante sua passagem pelo município de Presidente Figueiredo, abordando desde o planejamento até a implementação de táticas para melhores práticas de segurança pública. Por fim, destacou a importância da cooperação entre o governo estadual e a câmara municipal para o desenvolvimento de políticas eficazes no município de Nova Olinda. Com a palavra, o Vereador Fábio Lira cumprimentou e expressou sua gratidão pela presença de todos, destacando especialmente a presença do Comandante Dan. Reconheceu a importância da união de todas as esferas para garantir a segurança pública. Foi enfático ao mencionar que se sentiu honrado por ter sido o facilitador na organização desta audiência. O Vereador ressaltou a necessidade de que esta audiência resulte em medidas concretas. Fez um breve relato sobre o atual efetivo da polícia militar, destacando a dedicação dos policiais que, apesar do contingente reduzido, demonstram coragem e comprometimento em suas atividades. Finalizou sua intervenção enfatizando a importância de se intensificar os esforços para garantir a segurança em nosso município. Agradeceu novamente a presença de todos e declarou encerrada a sua participação nesta sessão. O Vereador Tony Aquino tomou a palavra para saudar todos os presentes e expressar sua gratidão pela participação de cada um. Ele compartilhou suas recentes experiências em diversos municípios do Amazonas, acompanhado pelo Deputado. Em suas visitas, identificou desafios distintos em cada localidade, porém destacou o esforço do Comandante Dan na elaboração de um plano de apoio à segurança. Enfatizou que a causa da segurança não é responsabilidade exclusiva de um indivíduo ou entidade, mas sim de toda a comunidade. O Vereador expressou sua gratidão à Câmara Municipal de Nova Olinda e destacou o esforço conjunto de alguns vereadores de diferentes municípios em buscar apoio do Comandante Dan. Abordou a preocupação com o estado precário da BR-319 e ressaltou a abertura e receptividade do Comandante Dan em receber suas demandas. Mencionou também o papel crucial do Deputado na realização de melhorias, especialmente nas pontes, resultado de suas agendas em prol do desenvolvimento local. Sublinhou a importância da união e colaboração de todos em prol de um único propósito, que é o progresso e bem-estar da comunidade. Por fim, o Vereador Tony Aquino agradeceu novamente a presença de todos e encerrou sua fala. O senhor Luciano Cabral tomou a palavra para cumprimentar e parabenizar calorosamente todos os presentes. Ele ressaltou a importância da estreita colaboração entre o legislativo e o executivo para impulsionar melhorias no município. Citou o ditado "eduque a criança e não precisará punir o homem", destacando a importância de cultivar princípios desde a base como forma de prevenir problemas futuros. Luciano expressou sua gratidão ao Tenente Ageu, Comandante da Polícia Militar, e ao Delegado Everaldo, reconhecendo seus esforços conjuntos na busca por melhorias na segurança. Encorajou a participação cidadã em eventos como este para promover a colaboração e buscar soluções em conjunto, enfatizando que a segurança é responsabilidade de todos. Como presidente do Instituto OTO, Luciano compartilhou insights adquiridos em sua experiência em diversos órgãos do executivo. Ele abordou a sensação de insegurança que muitos enfrentam, destacando os desafios enfrentados no sistema legal. Apontou a ausência de um promotor por um período significativo e a sobrecarga no sistema judiciário como fatores que contribuem para a demora na execução de seu papel. Reconheceu que cada indivíduo cumpre com suas responsabilidades, mas ressaltou as limitações existentes. Luciano solicitou ao Comandante Dan apoio para melhorias no sistema judiciário, visando maior eficiência e rapidez nos processos. Parabenizou o Comandante por sua jornada nos municípios e propôs a implementação de um sistema de controle de indicadores no Amazonas, gerenciado pelo estado, que abordasse casos de violência e identificasse áreas prioritárias para melhorias. Finalizando sua intervenção, Luciano agradeceu novamente a presença de todos e encerrou sua fala. Pergunta: Durante a audiência, o Sr. Graciano Vinhote trouxe à tona a questão da segurança no município de Nova Olinda do Norte, destacando a implementação de dois colégios cívico-militares pelo poder legislativo e executivo como uma medida crucial para a proteção da população

local. Ele levantou a questão sobre por que as escolas estaduais no município não foram adotadas para esse fim. O Sr. Adriano Figueiredo Coordenador Regional de Educação, em sua resposta, iniciou cumprimentando e agradecendo a presença de todos os presentes. Ele enfatizou a importância de considerar a segurança das escolas, especialmente para os alunos dentro das salas de aula. Mencionou os casos preocupantes ocorridos no ano anterior, tanto em nível nacional quanto local, que geraram temor e preocupação quanto à segurança das crianças nas escolas. Destacou o apoio recebido tanto da polícia militar quanto da civil diante dessas situações. O Sr. Figueiredo explicou que existem cinco escolas estaduais e duas municipais no município, o que representa um desafio para os agentes de segurança, especialmente considerando que algumas delas estão localizadas em áreas consideradas de alto risco. Ele ressaltou os esforços em curso para melhorar a segurança nas escolas, incluindo a realização de palestras para os jovens e adolescentes. Além disso, mencionou a prontidão da polícia militar em atender solicitações de apoio, mas lamentou a prevalência do consumo e comércio de drogas dentro e fora das escolas. O Sr. Figueiredo sugeriu a elaboração de um projeto de lei para permitir a revista de alunos nas escolas, prática já adotada nas escolas militares. Ele questionou o Comandante sobre propostas específicas para reforçar a segurança nas escolas, visando reduzir a violência tanto dentro quanto fora dos estabelecimentos de ensino. Por fim, elogiou o Vereador Fábio Lira pelo compromisso em combater a insegurança e convidou os demais vereadores a visitarem as escolas para compreenderem melhor a situação. Após a explanação do Sr. Figueiredo, a discussão foi encaminhada para o próximo ponto. Durante a sessão, o Sr. Jocimar Porfírio trouxe à tona a preocupação com a limpeza das ruas do bairro Nova União e a coleta de lixo na região. O Presidente da Câmara, em resposta, anunciou que será encaminhado um ofício à Secretaria de Obras do município, solicitando providências para a limpeza do local mencionado. Pergunta: O Sr. Josiel Amado, cumprimentou cordialmente todos os presentes. Ele direcionou sua fala para a questão crucial da segurança pública, ressaltando a importância da cooperação de todos os órgãos envolvidos, bem como da sociedade civil. Expressou o desejo de que esta audiência seja apenas a primeira de uma série de encontros dedicados a esse tema vital. Além disso, mencionou sua representação do Delegado Péricles e abordou preocupações relacionadas à imagem do município perante os turistas, enfatizando a necessidade de garantir uma experiência tranquila e segura para aqueles que desejam conhecer a região. Josiel destacou diversos desafios enfrentados pela comunidade local, incluindo a falta de iluminação pública em certos bairros, o acúmulo de lixo nas ruas e a precária infraestrutura urbana. Ele enfatizou as condições de trabalho precárias dos órgãos de segurança e a necessidade urgente de capacitação para os guardas municipais. Além disso, abordou a atuação do Conselho Tutelar diante de crimes envolvendo menores de idade, bem como a preocupação com a segurança no trânsito, destacando a necessidade de medidas preventivas eficazes. Após abordar essas questões fundamentais, Josiel encerrou sua intervenção, deixando claro o panorama desafiador que o município enfrenta em relação à segurança pública. A discussão foi então direcionada para os próximos tópicos da audiência. O Tenente Ageu pediu a palavra para fazer seus comentários. Em sua intervenção, ele cumprimentou a todos os presentes e iniciou sua explanação abordando a questão do trânsito no município. Ageu expressou seu apoio ao departamento de trânsito local, apesar do efetivo limitado. Ele compartilhou as ações já realizadas, incluindo a apreensão de diversas motocicletas irregulares. Além disso, destacou a preocupação com os menores de idade que conduzem motos, observando que muitas vezes são os próprios pais que os ensinam. Ageu relatou um incidente ocorrido no dia anterior envolvendo três menores de idade e ressaltou os esforços da polícia, mesmo diante das limitações de recursos, para fiscalizar as ruas. Ele anunciou ainda a colaboração com o Conselho Tutelar para recolher os menores infratores e encaminhá-los às autoridades competentes. Após suas considerações, a palavra foi passada para os próximos tópicos da sessão. O Vereador Fábio Lira trouxe à tona a questão do incentivo à Guarda Municipal, destacando o atual cenário de baixo efetivo e salários defasados. Expressou sua preocupação com a falta de interesse em concursos públicos para uma profissão que não oferece uma remuneração justa. Além disso, abordou a questão dos menores de idade conduzindo motocicletas e a complexidade envolvendo a responsabilização dos

pais nessas situações. O vereador enfatizou a importância da educação como base para a segurança no trânsito, observando que muitos pais são contraditórios ao criticarem as autoridades públicas enquanto contribuem para a prática irregular de seus filhos. Ele destacou a necessidade de um esforço conjunto para promover o cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro em todos os níveis, incluindo a inclusão de educação para o trânsito na grade escolar. Ao concluir suas observações, o Vereador incentivou a reflexão sobre a importância da educação familiar e a necessidade de um engajamento efetivo de todos os setores da sociedade na promoção de um trânsito mais seguro. A sessão seguiu com os próximos pontos da pauta. Durante a sessão, o Sr. Rodrigo da Costa levantou uma importante questão sobre o papel da Guarda Municipal na segurança pública e suas atribuições nesse contexto. O Delegado Everaldo Carneiro, ao tomar a palavra, iniciou sua intervenção cumprimentando cordialmente todos os presentes e compartilhou sua vasta experiência na área da segurança pública. Ele expressou sua gratidão aos órgãos de segurança e discorreu sobre os desafios enfrentados diariamente no combate ao crime. Destacou a complexidade de sua função, ressaltando a necessidade de recursos adequados para o efetivo policiamento. O delegado mencionou a escassez de pessoal, evidenciada pelo reduzido número de delegados e investigadores disponíveis para atender às demandas da população. Ele enfatizou a importância do apoio da Guarda Municipal no fortalecimento da segurança pública, reconhecendo a colaboração e presteza dos membros da guarda. Além disso, abordou a frequência alarmante de crimes como estupro de vulnerável e violência doméstica na região, enfatizando a necessidade de intervenções mais eficazes e recursos adequados para enfrentar esses problemas. O delegado também levantou questões relacionadas à infraestrutura e logística, destacando a escassez de veículos e embarcações nos órgãos de segurança estaduais, o que dificulta o atendimento de ocorrências em áreas de difícil acesso, como as regiões ribeirinhas. Ele concluiu sua intervenção propondo a inclusão de medidas específicas na cartilha de recomendações, como o aumento do efetivo, a disponibilização de recursos logísticos e a contratação de psicólogos para as delegacias e conselhos tutelares, visando uma abordagem mais abrangente e eficaz no combate à criminalidade e promoção da segurança pública. Após a explanação do delegado, a discussão foi encaminhada para os próximos tópicos da sessão. Pergunta: O Sr. Pedro Nunes relatou que há em vista um projeto que envolva a base da segurança pública vinculado com os esportes de combate que possa garantir a qualificação e carreira profissional dos atletas e estudantes em vulnerabilidade social de Nova Olinda ou do Estado? O Sr. Rubenildo, membro da Guarda Civil Municipal iniciou sua intervenção cumprimentando todos os presentes e logo abordou uma questão crucial: a ausência de uma lei de regulamentação para a Guarda Municipal. Essa falta de regulamentação limita suas ações, deixando-os vulneráveis ao atuar em ocorrências apenas com bastões, inclusive correndo o risco de enfrentar situações perigosas como disparos de arma de fogo. Ele enfatizou a urgência da regulamentação da guarda para que possam desempenhar seu trabalho com eficiência e segurança. Atualmente, para atender ocorrências, eles dependem do apoio da polícia civil ou militar, apesar de colaborarem ativamente com diversos setores, incluindo delegacias, escolas e patrulhamento nas ruas. Rubenildo destacou que, embora sejam 35 guardas, apenas 5 estão efetivamente em serviço, o que evidencia a necessidade premente de regularização da situação da guarda municipal. O Sr. Emílio Ferreira iniciou sua intervenção cumprimentando cordialmente todos os presentes e expressou sua gratidão pela realização da audiência. Ele ressaltou a importância de mais eventos como este para discutir questões tão urgentes quanto a segurança pública. Em seguida, compartilhou sua profunda indignação em relação à insegurança que assola o município. Expressou seu agradecimento pela recente operação que resultou na retirada das motocicletas barulhentas das ruas, mas destacou que ainda há muito a ser feito. Em particular, enfatizou a presença constante de menores de idade nas ruas e a enorme demanda enfrentada pela polícia, contrastando com um efetivo notadamente reduzido. Emílio ressaltou a necessidade urgente de um reforço no policiamento das ruas e compartilhou um incidente pessoal envolvendo a interceptação de produtos de roubo, ilustrando a crescente sensação de que os criminosos estão recebendo mais apoio do que os cidadãos de bem. Ele concluiu sua intervenção reforçando o apelo por medidas efetivas para garantir a segurança de todos os moradores

do município. O Sr. Emerson Auzier, Conselheiro Tutelar, dirigiu-se a todos os presentes com cordialidade e começou sua intervenção enfatizando a importância do Conselho Tutelar em parceria com o poder público, ambos clamando por auxílio, pois reconhece que as crianças são o futuro do país. Ele destacou as condições precárias enfrentadas por muitas crianças que precisam atravessar bairros escuros a pé, ressaltando a necessidade urgente de projetos de lei que visem proteger e favorecer essas crianças. Emerson enfatizou a importância da união de todos os setores da sociedade para proporcionar um ambiente mais seguro e saudável, começando pela educação dentro de casa. Ele compartilhou sua própria preocupação com a segurança de sua filha e expressou sua gratidão ao Tenente Ageu e ao Delegado Everaldo pelo apoio constante oferecido às demandas do Conselho Tutelar. No entanto, lamentou a falta de recursos, incluindo a ausência de veículo há mais de doze anos, o que compromete a capacidade de resposta às denúncias, especialmente em casos urgentes como estupro de vulnerável. Emerson apelou ao Comandante para que leve essas necessidades ao governador do estado e solicitou ao Vice-Prefeito que o Executivo cumpra seu papel nesse sentido. Ele também abordou a questão dos menores de idade conduzindo motocicletas, atribuindo a responsabilidade primária aos pais e enfatizando que a educação inicial começa em casa. A Sra. Zenilde Coelho dirigiu-se ao Conselheiro Tutelar Emerson com uma pergunta crucial: qual é a lei que permite tirar um filho do direito de uma mãe viva que sofre pelo seu filho? O Conselheiro Tutelar Emerson esclareceu que a atribuição do Conselho Tutelar não é retirar filhos de seus pais. Essa prerrogativa é do juizado da infância e da juventude. O papel do Conselho Tutelar é verificar as denúncias recebidas e encaminhá-las ao juizado competente para as devidas providências legais. O SR Luciano reforçou o esclarecimento de Emerson, ressaltando que o Conselho Tutelar não tem autoridade para recolher filhos de seus pais. Sua função é apenas verificar as denúncias e encaminhá-las ao juizado da infância e da juventude, cumprindo as decisões judiciais emanadas desse órgão. Após as intervenções esclarecedoras de Emerson e Luciano, a discussão foi direcionada para os próximos pontos da pauta. Pergunta: O Sr. Janderson Ribeiro abordou a questão dos dependentes químicos e, cumprimentando a todos, questionou se a comissão possui algum projeto específico relacionado a esse tema. Ele também solicitou ao comandante informações sobre a possibilidade de designar profissionais em cada município para atender pessoas com dificuldades sociais, especialmente os dependentes químicos. Tenente Ageu abordou a questão do patrulhamento da Polícia Militar, destacando a significativa redução no efetivo. Ele apontou que, devido a essa limitação, o patrulhamento é realizado apenas em determinados horários, o que compromete a cobertura de uma área maior, especialmente sem o apoio da Guarda Municipal. Ageu fez um apelo ao vice-prefeito para que considere o apoio à guarda, ressaltando a importância de sua atuação e a necessidade urgente de sua regulamentação, além da possibilidade de oferecer cursos através do IESP. Ele também mencionou a dificuldade com a linha direta de comunicação, enfatizando a importância do apoio da guarda para melhorar essa situação. Ageu expressou sua preocupação com a falta de integração entre a polícia e a guarda municipal, destacando a importância de uma colaboração eficaz entre todas as partes interessadas em prol da segurança pública. Ele concluiu sua intervenção enfatizando o compromisso de todos os presentes em trabalhar para melhorar a segurança, mesmo diante dos desafios enfrentados diariamente. Luciano Cabral abordou a importância do exercício e da presença do judiciário na comunidade, destacando a iniciativa do deputado Marcelo Ramos de destinar uma emenda para a criação de uma sala de escuta especializada. Ele informou que a assistência social já reservou recursos para equipar essa sala, enfatizando que é essencial garantir que a psicóloga da assistência social tenha condições adequadas para realizar as audiências. Cabral ressaltou que, caso as audiências não sejam realizadas, os inquéritos ficarão em aberto, o que reforça a necessidade urgente de disponibilizar um espaço para montar essa estrutura especializada. O Presidente da Câmara expressou seu reconhecimento pela participação de todos os presentes e agradeceu a presença na audiência. Ele destacou que várias solicitações foram feitas, incluindo a busca por um local adequado para a instalação da Polícia Militar e a legalização da Guarda Municipal. O Presidente mencionou a existência de uma lei pronta para a legalização da guarda, mas ressaltou que essa atribuição é exclusiva do poder executivo, cabendo ao legislativo apenas a

aprovação da lei. Ele compartilhou a preocupação com possíveis denúncias devido à falta de legalização da guarda, apesar da realização de um concurso público que não foi efetivado. O Presidente expressou a esperança de que essa questão seja regulamentada o mais rápido possível. Ele observou que o apoio da guarda é esporádico e destacou a falta de alguém que possa ser integrado com o secretário de segurança para coordenar as ações. O Presidente concluiu seu discurso fazendo um apelo por mais segurança pública no município e deixou aberta a possibilidade de realizar mais audiências públicas no futuro para garantir que as demandas da população sejam atendidas. O Comandante Dan expressou seus agradecimentos a todos os presentes e ressaltou que tomou nota de todas as questões discutidas durante a reunião, destacando que as informações serão compiladas em uma ATA e uma carta que serão encaminhadas aos órgãos federais, estaduais e municipais pertinentes. Ele abordou a importância da segurança nas escolas e mencionou a apresentação de um projeto de resolução legislativa para criar uma frente parlamentar de educação, visando discutir medidas para lidar com problemas como o envolvimento de crianças em atividades perigosas, como dirigir motocicletas ou portar armas brancas. Dan enfatizou que a segurança pública não está recebendo a devida prioridade no estado, citando projetos de emendas para segurança pública que foram vetados. Ele destacou a necessidade de aumentar o efetivo policial, ressaltando que o estado possui apenas metade do efetivo necessário. Dan também mencionou projetos de lei aprovados, como o plano de segurança para as escolas, e discutiu a importância da participação da sociedade na elaboração do plano de segurança municipal. Ele também abordou questões relacionadas à BR 319 e a importância da presença da polícia na prevenção do crime. Dan compartilhou materiais informativos com o vice-prefeito e representantes da guarda municipal e discutiu questões como o furto de cabos elétricos e a necessidade de ordem e políticas de inclusão social na cidade. Ele alertou para os perigos do consumo de drogas e mencionou o aumento da cracklândia no centro de Manaus. Por fim, expressou sua disposição em ajudar o município da melhor forma possível. Por fim, colocou-se à disposição de todos para auxiliar no que for necessário e agradeceu a presença e colaboração de todos os presentes. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada pelo Deputado Comandante Dan às doze horas e quarenta minutos, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em Nova Olinda do Norte.

Deputado **Comandante Dan** – PODEMOS  
Presidente da Comissão de Segurança Pública

#### **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO BAIRRO CENTRO**

Ao primeiro dia do mês de março de 2024, às nove horas e vinte e sete minutos, no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas, localizado na rua Ruy Barbosa, Bairro Centro, na cidade de Manaus/AM, foi realizada uma audiência pública, a pedido da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Amazonas. A audiência foi presidida pelo Sr. Deputado Comandante Dan, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, e teve como objetivo discutir a ordem pública naquela localidade, abrangendo temas como segurança pública, ordem social, comércio, economia, entre outros. Estiveram presentes na referida audiência os seguintes órgãos: Assembleia Legislativa do Amazonas, Câmara Municipal de Manaus, Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, Centro Integrado de Comando

e Controle do Amazonas, Polícia Militar do Amazonas, Polícia Civil do Amazonas, Ouvidoria Pública Estadual, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, Secretaria de Defesa Social e Segurança Pública da Prefeitura Municipal de Manaus, Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Manaus, Secretaria Municipal de Mercados e Feiras da Prefeitura Municipal de Manaus, Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus, Associação Comercial do Amazonas, Amazonas Energia, além de representantes da população local. A mesa de autoridades foi composta por: Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública, Sr. Bruno Pinheiro - Vice-Presidente da Associação Comercial do Amazonas – ACA, Sr. Ralph Baraúna Assayag - Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus – CDL/Manaus, Sr. Radyr Gomer – Diretor Presidente da Amazonas Energia, Cel QOPM Algenor Teixeira – Secretário Executivo Adjunto de Operações Integradas – representando a SSP/AM, Cel R/RI Marcos Brandão da Cunha – Secretário Executivo do Gabinete de Gestão Integrada da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, TC PM França - Representando o Comandante Geral da Polícia Militar, Everton Serraf - Representando a Defensoria Pública do Estado do Amazonas – DPE e Sr. vereador Roberto Sabino – Presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de Manaus. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pelo Dep. Estadual Comandante Dan, que relatou que esta seria a segunda audiência pública no centro de Manaus, dando continuidade ao debate iniciado em 25 de março de 2023, quando foi realizada a primeira audiência pública no Centro Comercial de Manaus. O objetivo da audiência pública foi discutir e deliberar sobre medidas voltadas para a segurança das pessoas, dos comércios, dos espaços públicos e das residências daquela região, visando assegurar o bem-estar social de todos que vivem, trabalham e frequentam o local, que além de histórico, possui grande importância econômica para a capital Manaus. Após ampla discussão e participação dos presentes, ficou decidido que seria redigida uma carta contendo as deliberações da audiência, a qual será encaminhada às autoridades competentes, tais como o Governo do Estado, Prefeitura de Manaus, Ministério Público e Judiciário. Destaca-se a importância da colaboração de todos os envolvidos para contribuir com ideias e sugestões para aprimorar as políticas de ordem e segurança pública para o Centro de Manaus. Em seguida, foi concedida a palavra ao representante da SSP-AM, Cel PM Algenor Teixeira, Secretário Executivo Adjunto de Operações da Secretaria de Segurança Pública, que propôs operações integradas de segurança no centro de Manaus. Essas operações incluirão iniciativas multifacetadas envolvendo acolhimento social, segurança pública e revitalização do Centro Comercial de Manaus, com o objetivo de abordar questões como acolhimento de pessoas em situação de rua, repressão ao tráfico de entorpecentes, redução de assaltos, roubos e furtos. As operações contarão com a participação de diversos órgãos, incluindo segurança pública, assistência social, turismo, justiça, saúde, mobilidade urbana, feiras e comércio informal, planejamento e limpeza urbana. As ações serão realizadas nas vias públicas, hotéis, pousadas e prédios abandonados, visando uma intervenção abrangente e eficaz. O representante da Secretaria de Segurança Pública destacou a distinção entre a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria Executiva de Gestão Integrada, ressaltando suas respectivas atribuições e competências. Enquanto a Secretaria de Segurança Pública concentra-se nas políticas de segurança em nível estadual, a Secretaria Executiva de Gestão Integrada é responsável por coordenar ações integradas entre diferentes órgãos e entidades, visando uma abordagem mais ampla e colaborativa para enfrentar os desafios de segurança pública. O Presidente da CDL- Manaus agradeceu a presença de todos e destacou a importância da primeira audiência, que resultou em avanços significativos na área de segurança pública para a comunidade. No entanto, ressaltou a necessidade contínua de empreender diversas ações para fortalecer ainda mais a segurança no centro de Manaus. Agradeceu especialmente ao Deputado Comandante Dan, Presidente da Comissão de Segurança Pública, pela iniciativa e compromisso com a questão da segurança. O Presidente da ACA enfatizou a importância da participação ativa

dos comerciantes na abordagem das questões locais para contribuir na elaboração das demandas. Destacou a necessidade de colaboração efetiva para identificar e enfrentar os desafios enfrentados pela comunidade e dos comércios no centro de Manaus. O Presidente da Comissão de Segurança da Câmara Municipal de Manaus expressou sua preocupação com a segurança no centro da cidade, ressaltando a necessidade de integração entre os órgãos estaduais e municipais de segurança pública para lidar efetivamente com os desafios enfrentados pela comunidade. Enfatizou a importância da cooperação e coordenação entre essas entidades para garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos. Destaca-se também o manifesto do Presidente da Comissão de Segurança da Câmara de Vereadores de Manaus, o vereador Roberto Sabino que expressou sua preocupação com a segurança no Centro da cidade, ressaltando a necessidade urgente da integração entre os órgãos estaduais e municipais de segurança pública para lidar efetivamente com os desafios enfrentados pela comunidade. Enfatizou a importância da cooperação e coordenação entre essas entidades para garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos colocando-se à disposição e se comprometendo colaborar com todas as partes interessadas na busca por soluções eficazes para as questões de segurança pública. Passada a palavra ao Defensor Público, o Sr. Everton, que enfatizou a necessidade de integração entre os órgãos de segurança pública para enfrentar os desafios presentes na comunidade, colocando também o Ministério Público Estadual à disposição dos órgãos para colaborar com o objetivo da referida audiência. Em seguida houve o manifesto do representante da Prefeitura de Manaus, o Cel PM R/R Marcos Brandão, expressando a gratidão pela presença de todos os presentes e ao mesmo tempo em que informou sobre as ações empreendidas pela Prefeitura Municipal de Manaus para resolver e/ou mitigar os problemas de segurança pública no centro da cidade de Manaus. O mesmo destacou a criação da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, bem como várias iniciativas realizadas, como o reforço do policiamento no Centro, na Ponta Negra e em diversas praças da capital, além das ações de policiamento preventivo. Na presente audiência pública, foi colocada em pauta a problemática concernente às atividades ilegais e irregulares no centro de Manaus, incluindo vendas ilegais, funcionamento irregular de restaurantes em espaços abertos e a falta de respeito dos motoristas em relação aos pedestres. Diante dessas preocupações, foi direcionada à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal - SEMACC a seguinte indagação: "O que se pode fazer para inibir essa problemática no centro de Manaus?". Em resposta, o representante da SEMACC apresentou uma série de operações realizadas pela integração entre os órgãos da administração pública municipal. Destacou a última operação de fiscalização que resultou na apreensão de diversas barracas e carrinhos de churrascos que realizavam vendas de alimentos em espaços públicos de forma irregular. Além disso, o representante enfatizou que a SEMACC realiza diversas notificações como forma de coibir essas atividades irregulares e garantir o cumprimento das normas e regulamentações municipais. A abordagem detalhada dessas operações exemplifica o compromisso da SEMACC em promover a ordem e o respeito às leis no centro de Manaus. A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) trouxe à discussão a importância de se trabalhar em consonância com a Lei Orgânica Municipal (LOMAN) para abordar as questões relacionadas às atividades comerciais no centro de Manaus. Além disso, solicitou ao deputado, Comandante Dan, que o órgão da Prefeitura Municipal de Manaus informasse a relação de todos os comerciantes e camelôs da região devidamente credenciados pela SEMACC. Esse pedido visa facilitar o controle e a regulamentação das atividades comerciais, garantindo o cumprimento das normas estabelecidas e promovendo um ambiente de negócios mais justo e equilibrado. A iniciativa demonstra o comprometimento da CDL em colaborar com as autoridades competentes para promover o desenvolvimento sustentável do comércio local. Também e em seguida, foi dada a palavra a um representante lojista que expressou sua preocupação em relação à segurança no centro da cidade, especialmente destacando que os turistas que se hospedam na região que evitam sair após às 18h devido com receio de transitar pelas ruas do Centro Comercial de Manaus,

o que afeta diretamente o comércio local. Nesse sentido, ressaltou a necessidade de um aumento do policiamento ostensivo durante a noite, fins de proporcionar um ambiente mais seguro e acolhedor para os visitantes e moradores, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social da região central de Manaus. A preocupação levantada pelo representante lojista reflete a urgência de medidas efetivas para garantir a segurança pública e o bem-estar da comunidade. Na continuidade da sessão, uma representante lojista trouxe à tona uma preocupação que ecoa profundamente no contexto do comércio local. Ela compartilhou a triste realidade de que dezoito lojas foram forçadas a fechar suas portas devido à invasão crescente de camelôs na região central de Manaus. Essa invasão não só prejudica diretamente os negócios estabelecidos, mas também impacta negativamente o potencial turístico da área, que poderia ser amplamente explorado para impulsionar a economia local. Expressando uma visão pragmática, ela enfatizou a necessidade premente de refletir profundamente sobre esse cenário e buscar soluções eficazes que possam restaurar a ordem e promover um ambiente propício para o crescimento sustentável do comércio na região central. Além disso, a representante compartilhou suas preocupações em relação à segurança pública na área, destacando a necessidade urgente de acesso a dados precisos sobre a situação da segurança no centro de Manaus. Ela levantou questões sobre a demora na realização de boletins de ocorrência nas delegacias locais, apontando que essa demora desencoraja os cidadãos a reportarem crimes e contribui para um clima de impunidade. Mais ainda, ela trouxe à tona uma questão alarmante: o fechamento precoce das delegacias, inclusive às 17h em plena sexta-feira, o que compromete ainda mais a sensação de segurança e o acesso à justiça para os cidadãos. Nessa mesma linha, destaca-se também, a fala do Sr. Almir Lisboa, representante dos empresários do ramo da hotelaria, o qual relatou que teve que ficar de campana para pegar um meliante, teve que fechar alguns pontos comerciais por causa da criminalidade, agradeceu o Major PM Miranda, cmt da 24ª CICOM e o delegado Dr. Marcelo, delegado do 24º DIP, pois após chegarem ao Centro, às coisas melhoraram. Destarte foi dada a palavra ao Major PM Miranda, comandante das 24ª CICOM, agradeceu a presença de todos e relatou que assumiu a 24ª CICOM no final do ano de 2023, onde ressaltou que o Centro de Manaus é uma atividade muito distinta das atividades que já executou como policial, pediu ajuda de todos para saber onde alocar os policiais, prometeu trabalhar cada vez mais para a melhoria do policiamento ostensivo e que está diuturnamente nas ruas, com sua tropa patrulhando. Colocou-se à disposição de todos, agradeceu novamente aos integrantes da mesa, relatou que possui limites, pesos e contra pesos, mas que estar trabalhando para melhoria da segurança pública no Centro de Manaus. Na sequência houve também o manifesto do Sr. Samuel, lojista do Centro, que agradeceu a presença de todos e relatou que é lojista, desde 2013. Que em relação a segurança pública os números de furtos é muito altos. Que apesar das lojas possuírem monitoramento, as mesmas precisam aumentar o número de colaboradores para tentar inibir os furtos. Que as delegacias estão precisando de melhorias, pois estão sempre lotadas. Agradeceu as câmeras de reconhecimento facial da 24ª CICOM que melhorou a sensação de segurança e que em relação aos camelôs, o poder público precisa fazer algo, pois os mesmos são informais e acabam tirando clientes das lojas que pagam todos os seus impostos, com essa prática irregular, o que acaba trazendo a falência para muitos empresários. Dada a palavra ao Sr. Marcelo, delegado de polícia e titular do 24º DIP, cumprimentou a todos os presentes, relatou que o 1º DIP é uma delegacia de plantão que infelizmente não possuem policiais suficientes, sendo assim, não conseguindo dar a atenção necessária aos que precisam. Que infelizmente a polícia possui limites, não conseguindo fazer tudo que se pede e por vezes até passando da linha, depois acaba sofrendo a consequência calado e sozinho. Que com relação aos furtos dos cabos elétricos, estão monitorando os receptores para coibir esse tipo de ilícito. Em seguida, o TC PM França tomou a palavra, agradeceu a presença de todos, relatando a respeito da população que está desmotivada com a polícia, mas não veem que por vezes os policiais estão abdicando de suas vidas para estarem trabalhando. Lembrou da época que os

policiais conseguiram resolver quase tudo, já hoje em dia não mais, pois existem muitas limitações legais. Que por vezes, acontecem algumas filmagens que interpretam mal a polícia, sendo assim os subjulgando erroneamente. Que têm que sempre que agir dentro da lei. Ressaltou que as audiências públicas devem acontecer para haver uma integração entre as autoridades e a população, por vezes se sabe que quando um meliante furta, ele pode ser recolhido, porém logo em seguida já é solto, um crime de menor fator ofensivo e quem o comete acaba sendo preso e logo em seguida é solto, o que faz que esse mesmo meliante cometa os mesmos crimes. Informou que o efetivo da 24ª CICOM hoje, para tomar conta do Centro Comercial de Manaus, é o mesmo efetivo de quando o deputado Comandante Dan era, na época, Comandante Geral da PMAM. Em seguida, o Sr. Raph Assayaga, do CDLM pediu a palavra e solicitou que todos que forem vítimas de crimes praticados na área do Centro de Manaus não deixassem de fazer o boletim de ocorrência, nem que seja pela internet, no boletim interativo, isso para que se possa gerar estatísticas e aí se saiba oficialmente os números de crimes cometidos. Não tendo mais nenhum manifesto foi devolvida a palavra ao Dep. Comandante Dan o qual destacou ainda que ele juntamente com o vereador Sabino, em suas jornadas na segurança pública os possibilitam ter uma visão técnica sobre segurança, “tudo deve ser pensado a partir do conceito de ordem pública, pois a segurança pública é temas abordados dentro da ordem pública”. Expressou ainda ser necessário haver acessibilidade e integração entre governo e prefeitura para melhorar as estratégias de gestão pública. Enfatizou que ouviu-se falar que está sendo elaborado um plano de revitalização do centro e que o conceito de ORDEM PÚBLICA é extremamente relevante para que possamos entender de forma ampla a problemática do Centro Comercial de Manaus. O Deputado Comandante Dan ainda destacou as operações que ocorrem no Centro da nossa capital são eventos sazonais, pois acontece em um dia e no outro não mais, mas que precisa ser feito algo mais perene. Falou que recentemente visitou o 24º DIP e viu um sistema totalmente integrado, o serviço público precisa atender bem o cidadão, o efetivo da Polícia Militar está muito reduzido do que é previsto. Falou ainda que teve a oportunidade de visitar a área do Centro um dia antes da audiência pública e ficou preocupado com a quantidade de pessoas que vivem nas ruas, desprovidas de qualquer acolhimento do poder público. Disse ainda que faz parte da base do governo e por isso tem o dever de levantar as demandas e informar o que pode ser mudado e melhorado dentro do contexto das políticas públicas voltada aos cidadãos. Deu a sugestão ao TC PM Botelho, da equipe da SSP-AM que seja acrescentado as linhas de ação, a legislação, criar um grupo temático de moradores, colher sugestões, firmar novamente um compromisso com os moradores e lojistas. Disse ainda que está comprometido utilizar o tempo de bancada para expor a real situação do Centro Comercial de Manaus e que esse compromisso não é uma ação politiquera. O Deputado Comandante Dan ratificou dizendo que a problemática do Centro Comercial não recai somente na segurança pública, mas em algo mais amplo e sistemático envolvendo em toda sua essência o conceito de ORDEM PÚBLICA. Por fim, declarou que continuará fazendo o que lhe compete. Que encaminhará todas as demandas expostas e discutidas na audiência pública para todos os órgãos competentes incluindo aí o Ministério Público Estadual para que se possa chegar em ações concretas para que o Centro Comercial de Manaus possa ter políticas públicas voltado para o bem estar social de todos que moram, trabalham e/ou visitam essa área da capital Manaus. Agradeceu a presença de todos informando que tudo que foi tratado fora registrado e será encaminhado aos órgãos responsáveis sendo que as ações deliberadas serão acompanhadas pela Comissão de Segurança Pública da ALEAM fins de serem satisfeitos os anseios da população e o objetivo desse ato. E, para constar, eu Thiago De Souza Araújo, Assessor Parlamentar da Comissão de Segurança Pública, lavrei a presente ata que, por ter sido aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros.

Deputado **Comandante Dan** – PODEMOS

Presidente da Comissão de Segurança Pública

#### **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, COM O TEMA BR-319**

Às dezenove horas, do dia 20 de setembro de 2024, no Salão da Igreja Evangélica Assembleia de Deus – IEADAM, localizada à Av. 14 de maio, nº 2296, centro – Lábrea/Am, reuniu-se, em audiência pública, sob a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Sr. Deputado COMANDANTE DAN, para apreciação das matérias constantes. Compuseram a mesa: O Deputado Estadual COMANDANTE DAN – Presidente da Comissão de Segurança Pública, Coronel da reserva F. Junior, Major Catanhede, representante da Polícia Militar, Dr. Paulo Jorge, Delegado da Polícia Civil, Josinete Maciel Conselheira Tutelar, Pastor Roberto, Coordenador da IEADAM de Lábrea e Pastor Nilton Barroncas, Presidente do DEMPADAM. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pelo presidente da Comissão de Segurança – Deputado Estadual Comandante Dan. Iniciou sua fala: esta audiência pública tem como objetivo discutir a BR-319 e seu impacto direto na qualidade de vida do povo de Lábrea. Temos abordado questões urgentes como as mudanças climáticas, estiagens severas, focos de incêndio e secas extremas. Realizamos diversas audiências públicas e sessões dedicadas a esses temas, buscando compreender o fenômeno e propor soluções. Além disso, como presidente da Comissão de Segurança Pública, temos tratado também das questões de segurança, que são igualmente de grande interesse.

Contamos hoje com a presença da Polícia Militar e da Polícia Civil, bem representadas, além de convidarmos autoridades do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Legislativo. A ausência de algumas pessoas não reflete a falta de convite, mas sim outros compromissos que podem ter surgido. A audiência pública tem o propósito de expor o que estamos desenvolvendo e, principalmente, ouvir vocês. Quero ser breve, pois sei que todos têm outras responsabilidades. Desde que assumi o mandato no ano passado, já realizamos 33 audiências públicas como esta, visitando diversos municípios, especialmente os mais afetados pela violência, como Iranduba, o segundo município mais violento do estado após Manaus. Lá, dialogamos com a população e autoridades para entender as demandas e apresentar propostas ao Executivo nas esferas estadual, municipal e federal, visando aprimorar o sistema de segurança pública. Já estivemos em cidades como Manacapuru, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Autazes e em toda a Calha do Solimões. No ano passado, elaboramos um documento chamado "Memórias Justificativas", com sugestões para os executivos sobre ferramentas disponíveis para melhoria do sistema. Hoje, como deputado estadual, no Legislativo, nossa função é legislar, fiscalizar, destinar recursos e representar o

povo. Já estive no Executivo como Comandante Geral da Polícia Militar, então entendo bem a distinção entre essas funções.

Temos legislado em diversas frentes, incluindo segurança nas escolas e combate à criminalidade. Além de elaborar leis, destinamos recursos para fortalecer as polícias Militar e Civil, inclusive nas áreas de saúde e educação. Nosso trabalho é sair das quatro paredes da Assembleia e ir ao encontro da população, por isso somos a Comissão de Segurança Pública mais ativa, com a maior presença nos municípios.

Essa audiência também é uma oportunidade para falar da BR-319, uma causa que temos defendido com firmeza. Recentemente, ao conversar com o coronel Ricardo, do Corpo de Bombeiros, discutimos os desafios enfrentados por quem transita pela BR, como a precariedade da infraestrutura. As pontes caídas sobre os rios Curuçá e Autaz Mirim são exemplos claros da falta de manutenção. O trecho central da rodovia permanece em estado crítico, com muitas promessas não cumpridas, prejudicando a integração da nossa região com o resto do país. Essa situação impacta diretamente a vida dos amazonenses, encarecendo os produtos, dificultando o acesso a serviços de saúde e educação e isolando ainda mais nossas comunidades. Temos estudado esses impactos e levantado essa bandeira, com o compromisso de lutar até que a BR esteja plenamente funcional. Não se trata de um movimento oportunista, mas de uma defesa legítima dos nossos direitos.

Outro tema importante é o combate aos incêndios criminosos e a falta de políticas públicas adequadas para oferecer alternativas a populações que vivem em áreas como os garimpos. O papel da polícia é aplicar a lei, mas é preciso oferecer opções para que essas pessoas possam sobreviver de forma digna e legal. Agradeço a todos pela presença nesta que é uma das maiores audiências públicas que já realizamos. Agora, abriremos a palavra para os integrantes da mesa e, em seguida, para vocês, que podem direcionar perguntas ou sugestões. Como representante do povo do Amazonas, estou aqui para legislar, fiscalizar, destinar recursos e ser a voz de todos os 62 municípios do nosso estado. Com a palavra, o Pastor Roberto, saúdo a todos com a paz do Senhor. Boa noite, nobres amigos, autoridades presentes, Comandante Dan, representantes da Polícia Militar, Polícia Civil, Conselho Tutelar, Corpo de Bombeiros e pastores aqui reunidos. Gostaria, primeiramente, de pedir desculpas e reconhecer a importância deste momento histórico. Quero destacar a relevância da BR-319. Não precisamos de pessoas que se desinteressam pelo tema, como aquela senhora mencionada, mas sim de pessoas em posições de liderança que se levantem por essa causa. Tenho certeza de que, em breve, o senhor não estará sozinho. Outros deputados também se unirão a essa luta, reconhecendo a importância de estarem presentes, muito obrigado! Com a palavra, o Major Catanhede, agradeço a presença de todos. Quero destacar a importância do apoio que temos recebido, pois qualquer forma de suporte é fundamental para nosso trabalho nas ruas. Nossa equipe tem se esforçado em diversas frentes, buscando melhorias tanto no efetivo quanto na logística. Sabemos que existem desafios, especialmente em relação a materiais e combustível, mas estamos avançando passo a passo. Cada pequeno avanço que conseguimos é um grande

passo em direção ao objetivo maior. Continuamos firmes em nossa missão, sempre buscando fazer o melhor para a segurança e o bem-estar da nossa comunidade. Com a palavra, o Delegado Paulo Jorge, primeiramente, quero mencionar o incidente da queimada na delegacia. Se não fosse pela ação rápida do Major Catanhede, poderia ter ocorrido uma tragédia. Não sei se todos estão cientes, mas hoje a juíza acatou a denúncia e proibiu o uso de fogos de artifício durante o período eleitoral, o que é uma medida importante para a segurança da nossa cidade. Sobre o asfaltamento da BR-319, acredito que trará muitos benefícios, como a redução no custo dos produtos e um acesso mais rápido aos serviços de saúde. É muito mais eficiente ir ao médico de carro do que passar cinco dias viajando de barco. Fico perplexo com aqueles que se opõem ao asfaltamento, alegando desmatamento. Na verdade, acredito que o asfaltamento permitirá uma fiscalização mais eficaz, ajudando a combater crimes ambientais. Mesmo com dificuldades, conseguimos consertar uma caminhonete a partir de várias outras sucateadas, e o asfaltamento também viria para resolver esse tipo de problema logístico. Espero que esta mensagem inspire mais deputados a apoiar este sonho, que é de todos nós, para que ele finalmente se torne realidade. Fico muito feliz por estar aqui e por poder compartilhar essa visão com vocês.

Com a palavra, a conselheira tutelar Josinete Maciel, boa noite a todos. É uma honra estar aqui representando o nosso município. Quero falar brevemente sobre o trabalho que o Conselho Tutelar tem realizado. Estamos atuando em parceria com as autoridades, como a Polícia Civil e outros órgãos, formando um "braço forte" na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Temos feito um bom trabalho, mas para que ele realmente flua da melhor maneira, não basta apenas a atuação das autoridades — precisamos também do apoio da sociedade. Esse apoio é essencial. Sabemos que enfrentamos muitas dificuldades, como sempre. O sistema de proteção envolve uma rede maior, não se limita apenas ao Conselho Tutelar, e por isso, às vezes, não conseguimos atender a todas as demandas como gostaríamos. Faltam recursos e apoio para que possamos executar nosso trabalho com mais eficiência. Gostaria também de agradecer ao deputado pelo olhar atento em relação à BR-319. Todos nós reconhecemos a importância dessa estrada para nossa comunidade e o impacto positivo que ela pode trazer. Por fim, deixo aqui um pedido ao Comandante: mantenha sempre um olhar especial sobre o Conselho Tutelar de Lábrea. Nosso trabalho é, sem dúvida, para o bem da comunidade, e temos certeza de que estamos contribuindo para a melhoria de todos, especialmente das crianças e adolescentes. Trabalhamos sempre em parceria, não só com a Polícia Militar e Civil, mas com toda a rede de proteção, para garantir que seus direitos sejam protegidos. Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, têm nos ajudado a desempenhar esse importante papel em Lábrea. Uma pergunta à Polícia Militar, relacionada à segurança nas escolas. Um participante da plateia solicitou mais segurança no ambiente escolar, mencionando a possibilidade de segurança armada nas instituições. Sabemos que há uma legislação vigente sobre o assunto, e por isso, gostaria de pedir ao Major Catanhede e ao Capitão Erickson que se manifestem a respeito dessa questão, por favor. Com a palavra, o Major

Catanhede, hoje é evidente que não contamos com segurança permanente nas escolas. Desde o início do ano, temos trabalhado junto aos diretores, atendendo às solicitações das escolas. Realizamos palestras, orientações e conversamos com monitores, gestores, diretores e alunos, analisando o ambiente e o perfil de cada um. Saibam que a Polícia Militar mapeou as escolas e tem monitorado de perto as questões de violência e criminalidade. Sabemos quais escolas enfrentam mais desafios e onde ocorrem incidentes, como brigas ou, em casos isolados, tráfico de drogas. Estamos atentos a essas situações. Durante nossas visitas, temos dialogado com a comunidade escolar e reforçado a presença da Polícia Militar. Sabemos que não é uma tarefa fácil, pois depende de uma série de fatores para que o efetivo seja ampliado. Seria um grande sonho, como mencionei antes, ter todas as viaturas rodando dia e noite ou ter pelo menos um policial militar em cada escola. Isso certamente reduziria ou eliminaria muitas situações problemáticas, trazendo mais segurança para pais e alunos. Entre 2021 e 2023, lidamos com questões como as fake news sobre ataques em escolas, que circularam nas redes sociais, principalmente em março. Atuamos de forma intensa para conter essas notícias, e em 2023, conseguimos manter a situação sob controle. Em 2024, felizmente, não tivemos mais esses problemas, graças também ao trabalho rápido da Polícia Civil, que identificou e solucionou os casos, muitas vezes envolvendo crianças fazendo brincadeiras inadequadas. Garanto a todos que o ambiente escolar ainda é seguro. Embora ocorram casos isolados, estamos sempre atentos. Nossa equipe está à disposição, temos nossos contatos disponíveis em nossa base e nas redes sociais, e fazemos o possível para mantê-los atualizados diariamente. Estamos de prontidão 24 horas para atender qualquer ocorrência em escolas. Agradeço a atenção e estamos aqui para servir. Muito obrigado. Uma contribuição foi feita sobre a BR-319, destacando a existência de estudos independentes que avaliam os impactos socioambientais da rodovia. Outra sugestão apresentada é que os representantes municipais solicitem à prefeitura a criação de uma Guarda Municipal para a comunidade. Vale ressaltar que a comissão elaborou uma cartilha sobre a municipalização da segurança pública, que serve como guia nesse processo. E já assumimos aqui o compromisso de encaminhar essa proposta aos representantes da câmara municipal. Agora, uma pergunta do Lucas: Ele mencionou que há muitos focos de queimadas na zona rural, e gostaria de saber do Corpo de Bombeiros o seguinte: se formos acioná-los para atender essas ocorrências no interior, eles atuariam nessas áreas rurais ou o atendimento é restrito apenas à cidade? Eles conseguem agir fora do perímetro urbano ou ficam limitados a combater queimadas apenas aqui na cidade? Com a palavra o Pastor Kerciel, minha colocação está relacionada a esse tema tão importante, que é a BR-319. Nós, que vivemos aqui, somos reféns dos dois períodos climáticos do Amazonas: o verão e o inverno. No inverno, a BR-319 se torna praticamente intrafegável. Já passamos dias atolados nela, precisando dormir na estrada para continuar a viagem no dia seguinte, com a ajuda de outras pessoas. No verão, a estiagem impede os barcos de chegarem até aqui, o que provoca um aumento significativo nos preços das passagens. No ano passado, por exemplo, o valor da passagem de barco chegou a R\$800 para ir de Lábrea a

Manaus, devido às condições do inverno. Embora os carros ainda conseguissem trafegar, os ônibus pararam, e isso elevou ainda mais o preço. Com a situação atual, onde os barcos novamente não conseguem chegar, o preço das passagens de ônibus também tende a disparar. Minha solicitação ao nosso deputado é que ele leve essa questão adiante, para que o preço das passagens não se torne inviável para as pessoas que precisam se deslocar, seja no inverno ou no verão. Entendemos que as despesas aumentam, seja pelo barco ter que fazer voltas maiores ou pelos ônibus passarem mais dias na estrada. No entanto, que esses aumentos sejam justos e suportáveis para o usuário, sem restringir o direito de ir e vir da população. Além disso, minha esposa tem uma pergunta: como vocês fazem parte da Comissão de Segurança, existe a possibilidade de implantação de escolas cívico-militares na nossa região? Sabemos que o nível de educação nas escolas aqui é muito baixo, um dos piores do estado do Amazonas. Acreditamos que, com a presença de uma Escola da Polícia Militar, poderíamos elevar o nível da educação em Lábrea, proporcionando instrução de qualidade, além de valores de honra e respeito, tanto para com os pais quanto para com as autoridades. Por fim, gostaria de trazer também a questão da BR-230, que está parcialmente sem asfalto. Hoje, em condições boas, fazemos o trecho em cerca de três horas, mas no inverno, esse mesmo percurso pode levar de cinco a seis horas. Isso se torna um problema em emergências, especialmente quando precisamos levar pacientes a Porto Velho para tratamento, já que o hospital local não tem condições de prestar o atendimento necessário. Se pudermos incluir a pavimentação dos 180 km restantes dessa estrada nas pautas, acredito que isso beneficiará não só a população, mas também os empresários, que enfrentam dificuldades com o aumento dos custos de frete. Agradeço pela atenção às minhas colocações e fico no aguardo de uma resposta, especialmente sobre a possibilidade da implantação da Escola Militar. Muito obrigado. Com a palavra, o Comandante Dan, eu ouvi a menção à Lei 13.675, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Essa lei inclui os municípios no sistema de segurança e valoriza as iniciativas para fortalecer a estrutura de segurança municipal. Onde vamos, oferecemos essa cartilha ao chefe do Executivo Municipal, para que ele possa organizar, se for o caso, a criação da Guarda Municipal, visando atender as necessidades de segurança da comunidade. Se o município desejar avançar nesse sentido, a Comissão de Segurança Pública já criou uma cartilha que orienta os passos para a municipalização da segurança. O ideal é que essa integração aconteça entre o município, as polícias estaduais e o Centro Municipal de Segurança, para que possamos atuar de forma conjunta. A presença da polícia nas escolas, por exemplo, seria um grande avanço, trazendo uma sensação de segurança que falta atualmente. No entanto, precisamos considerar o desafio que a presença de agentes armados nas escolas pode representar. O peso da presença de uma pessoa armada em um ambiente escolar é uma questão delicada, que exige ponderação. Sabemos que o policiamento nas escolas precisa de modernização, e temos trabalhado para isso, mas essa não é uma solução simples. Também há resistência por parte de pais e professores, e precisamos levar isso em consideração. O papel da segurança nas escolas vai muito além da presença de

policiais. É um esforço conjunto que envolve professores, coordenadores, gestores, pais, alunos e o governo. Todos devem colaborar para elaborar um plano de segurança adaptado à realidade de cada escola. Essa cooperação é o que vai garantir um ambiente mais seguro e preparado para enfrentar as ameaças. Infelizmente, nosso efetivo da Polícia Militar é limitado. Temos trabalhado arduamente para convocar novos concursados, e foi aprovada a inclusão de mil novos policiais no estado. Ainda assim, há um tempo necessário para a formação desses profissionais. O nosso objetivo é garantir a segurança nas escolas e, para isso, precisamos de um plano estruturado, que envolva treinamento contínuo e uma abordagem preventiva. A segurança escolar deve começar pela conscientização. A escola precisa ser um ambiente onde todos saibam como agir em caso de emergência. Um bom plano de evacuação, por exemplo, é essencial, e muitas escolas ainda não têm isso adequadamente implementado. A formação contínua dos alunos e dos professores é a chave para que estejam preparados para enfrentar qualquer situação de risco. Por fim, reforço que essa responsabilidade deve ser compartilhada. Não podemos sugerir como será a segurança nas escolas sem a participação ativa de quem está lá no dia a dia: os professores, os coordenadores, os alunos. Todos devem contribuir para o desenvolvimento de um plano de segurança que seja viável e efetivo para a realidade de cada escola. O município, junto ao governo estadual e federal, precisa estar comprometido com a implementação dessas medidas, para que possamos garantir um ambiente escolar seguro e protegido. Agradeço o empenho de todos e a atenção às informações trazidas hoje. Espero que as providências em relação à BR-319 avancem, e que possamos, com a ajuda de Deus, ver melhorias para o nosso povo. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada pelo Deputado Comandante Dan às 20h 31min, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em Itacoatiara.

Deputado **Comandante Dan** – PODEMOS  
Presidente

#### 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

#### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE CAREIRO CASTANHO/AM.

Às vinte horas e vinte minutos do dia quinze de fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro, no Auditório do CAEC, localizado na rua 31 - Urbano Vista Alegre, Careiro - AM, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar Deputado Estadual Comandante Dan. Convidou para compor a mesa as autoridades: Jonas Santos Chefe de Gabinete, Vereador Carlos Tavares, Inspetor Conrado da Polícia Rodoviária Federal, Ten Creudemir Comandante do 1º PIPM, Vereador Fabio Lira Nova Olinda do Norte, Vereador Toni Aquino de Autazes, Investigador Galvão da Polícia Civil, Ten Umbenil Comandante da

Guarda Municipal. A Audiência teve início com uma cerimônia de inspiração espiritual, liderada pelo Pastor Nilton Barroncas, que proferiu uma oração. Com a palavra, o Chefe de Gabinete Jonas, cumprimentou a todos os presentes nesta audiência. Informou que o Prefeito, juntamente com Presidente da Câmara, encontra-se em Manaus em uma agenda de suma importância para o município. Ressaltou que o Cel. Fragoso, diretor do IMTRANS, está empenhado em questões relacionadas à infraestrutura viária em nosso município. Quanto à segurança pública, reiterou que é um direito fundamental de todo cidadão e um dever inalienável do Estado. Nesse sentido, é crucial que sejam adotadas medidas eficazes para garantir a proteção e o bem-estar da população. No que tange à BR 319 lamentou constatar que o projeto elaborado pelo Ministério dos Transportes para a construção dessa importante rodovia apresentou equívocos. Afinal, a BR 319 já existe, e a necessidade é de sua adequação e melhoria, não de sua construção. Infelizmente, as condições precárias dessa via têm impactado negativamente o deslocamento de veículos, prejudicando não apenas o tráfego, mas também a integridade dos automóveis e a segurança dos passageiros. Diante desse quadro, informou que é imprescindível que medidas efetivas sejam tomadas para resolver os problemas enfrentados na BR 319, visando garantir um tráfego seguro e eficiente para todos que dependem desse importante via de acesso. Agradeceu a oportunidade de compartilhar essas informações e reafirmo nosso compromisso em buscar soluções para os desafios que enfrentamos em relação à infraestrutura viária e à segurança pública em nosso município. Com a palavra, o Vereador Carlos Tavares saudou a todos os presentes e estendeu as boas-vindas em nome do poder legislativo. Em seu discurso, destacou o desafio enfrentado pela comunidade do Araçá, situada a 60km da sede do município, ao ressaltar a carência de efetivo policial na delegacia local, que lamentavelmente funciona mais como um símbolo decorativo. Além disso, trouxe à tona a preocupante situação em que o padre da comunidade foi feito refém em duas ocasiões distintas. Relatou também que hoje, o tema central da discussão recai sobre a pavimentação da BR 319, cuja importância é inegável. O principal gargalo enfrentado pelo município reside no fluxo de tráfego entre as balsas das pontes danificadas. Em busca de soluções, o vereador destacou sua participação em diversas iniciativas voltadas para o aprimoramento da BR 319 e, nesse contexto, solicitou o apoio do Comandante Dan para melhorias nas balsas que operam nas pontes afetadas pelo desabamento. Com a palavra, o Inspetor Conrado PRF saudou todos os presentes e trouxe importantes informações sobre as manutenções das balsas. Ele destacou que essas manutenções estão programadas para ocorrer na próxima terça-feira, dia vinte de fevereiro, com a presença da PRF no local para garantir a ordem e evitar possíveis tumultos. Além disso, o Inspetor compartilhou sua experiência pessoal sobre as dificuldades enfrentadas nas travessias das balsas, compreendendo os desafios que a comunidade enfrenta. Ele explicou que o serviço a ser realizado pelo DNIT consiste na ancoragem das balsas, visando prolongar o uso dos empurradores e melhorar a eficiência das travessias. Informou também que é importante notar que o DNIT emitiu uma portaria estabelecendo restrições de peso na BR 319, o que reflete os esforços em curso para garantir a segurança e a estabilidade das estruturas. O Inspetor também ressaltou a complexidade das manobras necessárias para lidar com a estrutura da ponte que foi derrubada, evidenciando os desafios logísticos enfrentados pela comunidade. Com a palavra, o Vereador Carlos Tavares solicitou apoio para intensificar a fiscalização dos bitrens que transitam em comboio, sugerindo que, se viável, fosse adotado um sistema de passagem em intervalos. Com a palavra, o Inspetor da PRF destacou que a fiscalização de peso é uma responsabilidade compartilhada entre o DNIT e a PRF. Ele enfatizou que, atualmente, quando um veículo com peso bruto superior a 3 toneladas é identificado, é imediatamente parado e realizado o procedimento de transbordo. Com a palavra, o Vereador Fábio Lira de Nova Olinda saudou todos os presentes e ressaltou a importância de aproveitar ao máximo uma audiência de tamanha relevância. Ele destacou os desafios enfrentados pela comunidade após a queda da ponte, resultando em muitos residentes tendo que recorrer ao uso de barcos, o que acarreta em atrasos e custos adicionais. Além disso, o Vereador parabenizou a criação do Instituto Municipal de Trânsito, evidenciando sua satisfação por ser um agente de trânsito concursado. No entanto, ele reconheceu que a população nem sempre recebe bem as penalidades relacionadas ao trânsito. O Vereador também compartilhou seu

envolvimento na Comissão de Segurança da Câmara Municipal e renovou seu apelo ao deputado por mais apoio para o município de Nova Olinda. Com a palavra, o Comandante Dan saudou todos os presentes e abordou os principais temas discutidos durante a audiência. O foco principal é compreender as preocupações da população em relação à segurança pública e à situação da BR 319. Em setembro de 2022, iniciou-se o desmoronamento das pontes, o que levou à busca por soluções desde o início de seu mandato. Foram realizadas diversas iniciativas visando a melhoria das pontes, incluindo reuniões com o DNIT, ANTAC, CREA e outros órgãos envolvidos na reconstrução. Embora algumas melhorias tenham sido implementadas até o momento, reconhece-se a necessidade de realizar intervenções mais significativas, especialmente diante da atual elevação do nível do rio. Vários requerimentos foram encaminhados aos órgãos responsáveis para cobrar resultados concretos. Além disso, após assumir a Coordenação de Segurança Pública (CSP), o Comandante visitou diversos municípios para entender os problemas de perto. Após audiências públicas, é elaborada uma carta de intenção enviada aos órgãos municipais, estaduais e federais, baseada na Lei do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Destacou a importância da presença ativa do município para cumprir as obrigações necessárias para receber recursos. Com base no SUSP, foi criada uma cartilha de segurança pública para auxiliar na municipalização da segurança. O Comandante também mencionou o edital de 300 milhões lançado pelo governo federal para a segurança nas escolas, ressaltando os requisitos que o município deve cumprir para receber esses recursos. Outro documento elaborado pela CSP são as diretivas resultantes do seminário de segurança pública. Santa Catarina é destacado como um exemplo em segurança pública, e o Comandante participou desse seminário. Durante seu mandato como Secretário de Ordem Pública em Presidente Figueiredo, ele elaborou um livro de casos de sucesso, fornecendo um guia passo a passo para as melhores práticas. A ênfase recai sobre a importância de adaptar essas práticas ao contexto local para garantir eficácia. É ressaltada a importância de trabalhar com o conceito mais amplo de ordem pública, considerando que a Polícia Militar enfrenta atualmente um efetivo reduzido. O Comandante também trouxe à tona a questão dos servidores de segurança pública sem sua data-base há quatro anos. Ele reiterou que seu discurso é pautado pela responsabilidade com o cidadão, não sendo uma oposição ao governo, mas sim um compromisso com o bem-estar da comunidade. Perguntado pelo Sr. Diego Souza a respeito de transição da guarda municipal para polícia. Pergunta do Pastor Manoel Lobato, que iniciou cumprimentando todos os presentes. Ele expressou preocupação com a situação dos quebra-molas em frente à casa do vice-prefeito, observando que eles têm sido responsáveis por vários acidentes. Além disso, apontou que o recapeamento mais recente foi de qualidade insatisfatória. Em relação à polícia civil e militar, sua indagação é sobre o efetivo disponível. Com a palavra, o inspetor Conrado da PRF destacou que o DNIT geralmente implementa redutores de velocidade, como lombadas eletrônicas ou físicas, em áreas próximas a escolas, hospitais e outros pontos considerados críticos. Com a palavra, o Vereador Carlos Tavares compartilhou a trágica experiência de um acidente fatal que ocorreu às 15h e só foi removido às 22h, devido à ausência da PRF no município de Presidente Figueiredo. Em resposta a essa lacuna de cobertura, ele apresentou um documento solicitando a permanência de um posto da PRF no município. Com a palavra, o Inspetor Conrado da PRF esclareceu que o Instituto Médico Legal (IML), responsável pelo recolhimento dos corpos em casos de acidentes, nem sempre está disponível imediatamente quando acionado. Além disso, mencionou que os empurradores, equipamentos utilizados para a remoção de veículos acidentados, também podem apresentar demoras. Com a palavra, o Policial Civil Galvão cumprimentou a todos os presentes e abordou questões cruciais. Ele compartilhou preocupações sobre a queda do tráfego na região, ressaltando os esforços contínuos da Polícia Civil para resolver investigações. Além disso, destacou a precariedade do sistema prisional, solicitando apoio ao deputado para melhorias nessa área. Galvão também destacou a falta de um delegado dedicado ao município e a necessidade de uma unidade prisional em Careiro Castanho. Por fim, mencionou a importância da parceria entre a Polícia Civil e os guardas municipais. Pergunta da Sra. Maria Glaucilene: Quais medidas podem ser tomadas para viabilizar a construção de uma Delegacia da Mulher em nossa região? Com a palavra, o Vice-Prefeito informou que já foram iniciadas as

negociações para a implementação de uma Delegacia da Mulher, como parte do projeto Maria da Penha. Com a palavra, o Tenente Umbenil relatou que foi estabelecido um convênio entre a Guarda Municipal de Autazes e as guardas e a Polícia Militar de Careiro Castanho para a implementação do projeto Maria da Penha no município. Perguntado pela Sra. Josiane Duarte em relação a responsabilidade dos órgãos de segurança pública em relação à prevenção de acidentes é crucial. O município de Careiro tem como prioridade garantir a segurança da população, buscando melhorias nas sinalizações e medidas preventivas ao longo da BR-319. Com a palavra, o Inspetor Conrado da PRF, responsabilidade dos órgãos de segurança pública na prevenção de acidentes é de suma importância, nesse sentido, estamos concentrando esforços em implementar melhorias na sinalização e adotar medidas preventivas ao longo da BR-319, visando garantir vias mais seguras para todos os cidadãos. Destacou a importância da fiscalização, reconhecendo que há pessoas com veículos de baixo poder aquisitivo. Nesse sentido, propôs a concessão de um prazo para que os proprietários possam regularizar a situação de seus veículos. Com a palavra, Seu Raimundo destacou a urgência de melhorias na delegacia da Polícia Civil. Dona Alice compartilhou casos recentes de crimes na região e direcionou uma pergunta ao Comandante Dan sobre possíveis medidas para melhorar a segurança na comunidade do Araçá. Israel Cardoso expressou o desejo de ver a BR 319 em condições adequadas para o tráfego e questionou o Comandante sobre a possibilidade de criar uma comissão de fiscalização das obras realizadas na estrada. O Vereador Carlos Tavares solicitou apoio para a implantação de uma tenda no ponto dos taxistas. Com a palavra, o Vereador Toni Aquino de Autazes cumprimentou a todos e destacou a iniciativa da Patrulha Maria da Penha pela Guarda Municipal de Autazes, ressaltando o empenho da corporação em ajudar. Ele elogiou o projeto Maria da Penha como uma excelente iniciativa a ser seguida. Além disso, Toni Aquino expressou preocupação com a demora na reconstrução das pontes na região. Ele também informou sobre casos de pirataria nos rios de Autazes e enfatizou seu compromisso em estar sempre presente para ajudar, mesmo que seja o único representante nessa luta. Com a palavra, o Comandante Dan expressou gratidão àqueles que abordaram de forma positiva a questão do posto policial sem efetivo. Ele sugeriu uma estratégia semelhante à implementada em Presidente Figueiredo, onde o posto foi reorganizado e transformado em uma base integrada de ordem pública, com a guarda municipal e a PM trabalhando juntas em rondas locais. O Comandante Dan ressaltou a importância de o governo realizar concursos públicos para aumentar o efetivo policial e melhorar a segurança nos locais que necessitam de maior presença policial. Na próxima terça-feira, ele prometeu abordar novamente o déficit de efetivo policial em uma reunião plenária. Além disso, propôs a elaboração de um sistema de monitoramento para a comunidade e reafirmou o compromisso de acionar as autoridades competentes para cobrar providências em relação à melhoria da BR. Quanto às tendas, afirmou que será verificado qual órgão deve ser acionado para providenciar isso. Após as apresentações e discussões, a audiência foi encerrada pelo Deputado Comandante Dan às vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância do engajamento da comunidade para promover melhorias na segurança pública em Careiro Castanho.

**Deputado Comandante Dan – PODEMOS**  
Presidente da Comissão de Segurança Pública

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO

**EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 03/2019.**

**PARTES:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS – CONTRATANTE e a Empresa TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA como CONTRATADA.

**ESPÉCIE:** Oitavo Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº 03/2019.

**BASE:** Artigo 57, inciso II, § 4 e art. 38, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/1993.

**OBJETO:** Prorrogação da prestação de serviços continuados de gerenciamento de fornecimento de combustíveis para a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

**PRORROGAÇÃO:** Prorrogado em sua vigência por 03 (três) meses, a contar de 04 de dezembro de 2024 a 21 de fevereiro de 2025.

**VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** O valor do presente Termo de Aditivo é de R\$ 208.969,95 (duzentos e oito mil, novecentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos), mensal estimativo, para custear a despesa decorrente da execução deste Termo Aditivo, que ocorrerá por conta do Programa de Trabalho: 01.031.3282.2252.0011, Natureza da Despesa N.º 33903999, conforme Nota de Empenho n.º 2024NE001458, emitida em 21/10/2024, destinados a cobrir despesas no exercício financeiro de 2024.

**DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 01 de novembro de 2024.

**WANDER ARAÚJO MOTTA**  
Diretor Geral

## ATAS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

**ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, CONVOCADA COM O OBJETIVO DE DEBATER E TOMAR AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS SOBRE A CORREÇÃO SALARIAL DA DATA-BASE DE 2021 A 2024 DOS SERVIDORES DA SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. 20ª LEGISLATURA. MANAUS, 17 DE ABRIL DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO COMANDANTE DAN.**

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezessete de abril do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **COMANDANTE DAN**, ausentes os demais. **O Senhor Presidente explicou se tratar de uma Audiência Pública convocada com o objetivo de debater e tomar as devidas providências sobre a correção salarial da data-base de 2021 a 2024**, em conjunto com a Associação dos Oficiais da PMAM e CBMAM – AOPBMAM, Clube Militar dos Veteranos, Associação dos Subtenentes e Sargentos da PM e CBMAM, Associação de Policiais e Bombeiros Militares da Reserva Remunerada do Amazonas – RR Justiça, Associação dos Militares Estaduais do Amazonas/AMAM, Associação dos Cabos e Soldados da PMAM e CBMAM, Associação dos Policiais Inativos PMAM e CBMAM, e demais Associações e Forças Sindicais: SINPOEAM; SINDEIPOL; SINDEPOLAM; ASSPBAMM; APBMI; ADEPOLAM; APPBMAM e os representantes das Secretarias Estaduais pertinentes como SEFAZ, SEAD, PGE e SEPLANC, conforme **Requerimento n.º 1769/2024, de sua autoria. Convidou para compor a Mesa as autoridades:** Major João Frederico Nascimento Araújo, Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Bombeiros Militar do Amazonas; Jaime Lopes dos Santos Filho, Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Amazonas; Fábio José Vidal Coutinho, Presidente do Sindicato dos Peritos Oficiais do Amazonas; José Francisco Régis, Policial Penal, representando a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária/SEAP; Sargento PM Francisco Pereira da Silva, Associação dos Subtenentes e Sargentos Militares da Reserva; Tarcila Martins, Presidente do Sindicato dos Escrivães e Investigadores da Polícia Civil do Estado do Amazonas; Odirley Araújo de Vasconcelos, representando a Confederação Brasileira de Policiais Cívicos; Rocinaldo Silva, Presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Amazonas; Fábio Braule, Presidente, em exercício, do Sindicato dos Comissários da Polícia Civil do Estado do Amazonas; Subtenente Manoel Peres Loureiro, Associação de Policiais e Bombeiros Militares da Reserva; Sargento PM José Igor da Silva Gomes, Presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Amazonas. **Com a palavra, o Deputado Comandante Dan** explicou que desde o ano passado, quando assumiu o mandato e a Presidência da Comissão de Segurança Pública, vem tratando dos anseios da tropa como um todo e exibiu uma “Linha do Tempo” mostrando a intensidade do tratamento dado ao assunto. Exemplificou que tomou posse dia 1º de fevereiro e, no dia 17 do mesmo mês, já realizou uma reunião com representantes da Categoria e, no dia do aniversário da Polícia Militar do Amazonas, fez uma Audiência Pública para discutir a data-base de 2023 que teve vários representantes das Secretarias de Governo, embora hoje só haja um representante da Seap. Clarificou que, no dia 4 de abril de 2023, enviou o primeiro Requerimento ao Governo solicitando uma reunião para debater o pleito dos policiais que este ano fez aniversário sem resposta e salientou que não quer “holofotes”, quer apenas que a data-base seja anunciada, por acreditar que como político será bem avaliado pelo povo, uma vez que tem trabalhado bastante já tendo visitado os 61 municípios do Amazonas. Argumentou que os policiais querem o cumprimento da lei que garante a data-

base e prometeu acionar novamente os órgãos competentes a fim de que seja cumprida a reposição salarial e contestou a alegação de que não há orçamento, pois não se trata de aumento de salários. Mencionou a presença do Senhor Luís Eduardo Batista, representando a Senhora Fernanda Catanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas e mostrou que a última data-base foi concedida em abril de 2020 com uma discrepância e, a partir disso, não houve mais reposições com quatro anos de data-base em atraso, uma média de 26, 53%, quase um terço dos salários defasados. Criticou o fato de o Governo ter orçamento para aprovar auxílios e gratificações e não assegurar a data-base que é lei e considerou um absurdo em alguns municípios ocorrerem processos seletivos para a contratação de guardas municipais que passam a agir como policiais em delegacias. **Neste momento, o Coronel Oliveira Filho expôs como seria a dinâmica da Audiência onde os convidados poderiam fazer perguntas através de um formulário e registrou a presença do Coronel Ricardo Cavalcante, Presidente do Clube Militar dos Veteranos da Polícia e Bombeiros. Como orador seguinte, o Senhor João Frederico Nascimento Araújo** exibiu um vídeo sobre a atuação da Polícia e Corpo de Bombeiros Militares e criticou o fato de a Categoria depender de uma Audiência Pública para conseguir ser ouvida ou fazer manifestações na Sede do Governo reivindicando o cumprimento da lei. Esclareceu que o Governo não poderia confundir cordialidade e disciplina com passividade e afirmou que a Polícia não é passiva, no entanto sabe de suas responsabilidades com a sociedade. Conclamou união da Categoria e apresentou os números da precariedade da Polícia lembrando que o salário dos Oficiais não pode ser confundido com a remuneração dos soldados que gira em torno de sete mil reais brutos, além de citar que a tropa está adoecida, a perda de funcionários e a falta de promoção que não ocorre desde 2022. **Dando prosseguimento, o Senhor Jaime Lopes dos Santos Filho** analisou a trajetória de lutas da Polícia citando várias ações que buscaram valorizar os policiais e enfatizou que a discussão não se limita ao aspecto remuneratório, mas a todo o aparato necessário ao bom desempenho dos servidores da segurança pública. Rememorou à época da pandemia em que os policiais continuaram na ativa inclusive carregando cilindros de oxigênio visando salvar vidas e insistiu no diálogo objetivando chegar a um desfecho exitoso à Categoria. Concluiu assegurando que o Orçamento do Estado cresceu e que, em um contexto mais desfavorável de outros Governos, existiu a reposição salarial, ou seja, não há fundamento para a negação da data-base e reforçou que os agentes de segurança pública buscam a democracia e a valorização da Categoria. **Na sequência, o Senhor Francisco Pereira da Silva, mais conhecido como Sargento Pereirinha**, agradeceu a Deus pela vida e deu conhecimento da situação ruim em que se encontram os veteranos, pois grande parte está doente e, devido a defasagem dos salários, não estariam tendo condições de arcar com os remédios. Acusou o Governador Wilson Lima de ser o único Governo que não conversa com as Associações e elencou as perdas que tiveram por decisão do Chefe do Poder Executivo Estadual. Concluiu convidando todos para amanhã, em frente à Delegacia-Geral, às 8h, poderem fazer uma grande carreata provando que o Governador não prioriza a segurança pública.

Após, a **Senhora Tarcila Martins** lamentou o tratamento dado pelo Governo à Polícia Civil e salientou que há quatro anos a Categoria só tem perdas com falta de efetivo, desrespeito ao escalonamento e negação da data-base desde 2011. Apelou ao Governador que olhasse pelos policiais civis e clamou por isonomia na Classe. **Na continuidade, o Senhor Manoel Peres Loureiro** questionou qual entidade seria capaz de fazer o Governador cumprir o que está previsto em lei e observou que quem faz a segurança do Governo e de outros Poderes é a Polícia. Reforçou o convite para a carreata de amanhã às 8h em frente à Delegacia-Geral. **Em seguida, o Senhor José Francisco Régis** expôs os problemas enfrentados pelo Sistema Penitenciário do Amazonas e explicou que o policial penal sofre com as rebeliões onde é feito refém ou adquire sequelas. Reclamou de não ganharem risco de vida, plano de saúde e dispor apenas de uma viatura e pediu que todos se unissem na carreata de amanhã mostrando a força da Polícia. **Com a palavra, o Senhor José Igor da Silva Gomes** fez uma retrospectiva das ações da Polícia voltadas a garantir direitos e sugeriu que fosse 'quebrada a engrenagem' mais uma vez a fim de que possam ser ouvidos e suas reivindicações atendidas. Parabenizou o Deputado Comandante Dan por ser perseverante e responsabilizou o Governador de disseminar a discórdia na tropa promovendo uns e outros não. Finalizou pedindo que o Senhor Gutemberg ficasse de pé a fim de provar que juntos realizaram muitas manifestações e solicitou que a Categoria pudesse reconhecer a coragem do referido Senhor que foi expulso da Corporação por defender os policiais. **Como orador seguinte, o Senhor Fábio José Vidal Coutinho** ironizou o pioneirismo do Governo que conseguiu unir todas as entidades de classes da segurança pública em prol da reivindicação de seus direitos e conclamou todos a aderirem às manifestações como a de amanhã visando demonstrar que a Corporação está focada em buscar o lhe é garantido por lei. **Na sequência, o Senhor Odirley Araújo de Vasconcelos** afirmou que a Confederação está na Audiência a fim de prestar solidariedade à luta dos policiais e elogiou o Deputado Comandante Dan pela persistência considerando um legítimo representante da Categoria. Reportou-se à pandemia explicitando que os policiais ficaram na linha de frente e não foram devidamente valorizados e considerou desumanas as atitudes do Governador que reduziu o auxílio-moradia e ainda não convocou todos os concursados. **Em seguida, o Senhor Rocinaldo Silva** explicou que os seus antecessores já provaram de forma técnica que o Estado possui um superávit no Orçamento e opinou que o Governo estaria gastando mal o que arrecada, uma vez que não consegue cumprir o que está previsto em lei como a data-base dos policiais. Acrescentou que a Polícia Penal ainda é muito incipiente em relação às outras e registrou as prioridades da classe para que haja nivelamento com as demais Polícias que são: construção de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários, regulamentação das atribuições da Polícia Penal e concurso público a fim de repor os guerreiros que já se aposentaram. **A caminho do fim, o Presidente Comandante Dan** agradeceu ao Senhor Luís Eduardo Batista pela presença e por levar as demandas da Audiência à Procuradora-Geral de Contas e manifestou a sua indignação pela ausência das autoridades convidadas que não enviaram sequer representantes. Pontuou que faltam quatro dias até 21 de abril,

data limite para o anúncio da reposição salarial pelo Governador, e mostrou-se esperançoso com essa possibilidade. Reiterou que tem feito vários requerimentos solicitando os números da segurança pública como quantos policiais estariam afastados por doença, no entanto não obtém resposta e frisou que os policiais estariam certos em tentar dialogar. Reforçou que é um servidor público de carreira com 33 anos de atuação na Polícia e que sua missão é defender a população e enfatizou que se a data-base não for concedida começará a contar de forma progressiva, como também apelou ao Governador que recebesse as Associações para tratar do tema. Expressou gratidão ao Presidente Roberto Cidade por apoiar o mandato dos Deputados e a todos os policiais que compareceram à Audiência Pública. **Nada mais havendo, encerrou a Reunião** e convocou a **Sessão Ordinária de amanhã** à hora regimental. **E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega**, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

**ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, CONVOCADA COM O OBJETIVO DE DEBATER E ENCAMINHAR PROVIDÊNCIAS SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DA PRAIA DA LUA, EM MANAUS, ENFRENTADA POR USUÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS FIXOS E AMBULANTES. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. 20ª LEGISLATURA. MANAUS, 23 DE ABRIL DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO SINÉSIO CAMPOS.**

Às treze horas e trinta minutos do dia vinte e três de abril do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **SINÉSIO CAMPOS**, ausentes os demais. **O Senhor Presidente explicou se tratar de uma Audiência Pública convocada com** o objetivo de debater e encaminhar providências sobre a situação atual da Praia da Lua, em Manaus, enfrentada por usuários e permissionários fixos e ambulantes; bem como sobre o Plano de Gestão Local de Ordenamento da Praia da Lua elaborado e implementado de forma conjunta e em parceria com atores envolvidos: comunidade local e entidades públicas e civis competentes, **conforme Requerimento n.º 1699/2024, de sua autoria. Convidou para compor a Mesa as autoridades:** Juliano Marcos Valente de Souza, Diretor-Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas/Ipaam; André Nunes Pereira, Coordenador-Geral de Projetos, representando a Secretaria de Patrimônio da União (virtual); Mauro Leno Rodrigues, Superintendente do Patrimônio da União no Amazonas/SPU; Oziel Oliveira Mineiro, Secretário-Executivo de Energia, Mineração e Gás; Joel Pereira da Silva Sales, Subsecretário Municipal de Assuntos Operacionais; Jean Franco, Presidente da Associação dos Permissionários da Praia da Lua; Isaías

Costa Reis, Comandante do Batalhão do Bombeiro Especial, representando o Corpo de Bombeiros Militar; Francisco Santos, representando a Secretaria de Estado do Meio Ambiente/Sema; Leocinira Santos, representando o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária/Incra; Edy César Passos Júnior, Superintendente do Patrimônio da União em Tocantins (virtual). **Com a palavra, a Senhora Ozani Pedrosa, representante da Associação dos Permissionários da Praia da Lua,** defendeu a Praia da Lua e argumentou que os permissionários como ela cuidam do lugar. Explicou também que os permissionários nunca foram chamados a conversar com a SPU e assegurou que se trata de empreendedores trabalhando diariamente e contribuindo para a preservação ambiental. **Como orador seguinte, o Senhor Jean Franco de Souza, Presidente da Associação dos Permissionários da Praia da Lua,** observou que os permissionários estavam ali há mais de trinta anos e reforçou o cuidado que eles têm com a limpeza e higienização da praia. Esclareceu que a Associação possui alguns projetos para o local como por exemplo a construção de um espaço para a recepção das lanchas e solicitou o apoio dos órgãos competentes no sentido de ajudar a mantê-los no espaço geográfico. **Neste momento, o Deputado Sinésio Campos** mencionou que foi procurado pelos permissionários objetivando intervir sobre o problema e lamentou a ausência de um representante do Ministério Público Federal no evento. Comunicou que é um frequentador da praia e salientou que precisa haver a discussão para que o local não seja transformado em favela. **Na continuidade, o Senhor Juliano Marcos Valente** afirmou que existe uma necessidade de se ordenar o espaço das orlas do Amazonas e de Manaus e alertou para o fato de que o Ipaam foi o primeiro órgão a convocar os permissionários da Praia da Lua a fim de verificar o impacto na região. Destacou a importância das Audiências Públicas e deixou claro que a competência do Ipaam é fiscalizar a área e conceder o licenciamento ambiental. Concluiu pedindo uma sala de palmas ao Deputado Sinésio Campos por conseguir reunir todos os órgãos e anunciando a sua saída por ter que participar de um outro evento no Ipaam sobre os flutuantes deixando o Senhor Eneas para representá-lo. **Após, o Senhor Mauro Leno Rodrigues** apresentou, por meio de slides, o que significa a SPU, existente desde 1854, com a missão de conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental em harmonia com a função de arrecadação em apoio aos programas estratégicos da Nação. **Concedeu a palavra ao Senhor André Camilo** que continuou a apresentação relatando que o órgão fez uma fiscalização na Praia da Lua por conta de uma denúncia e que a prerrogativa do órgão não é conversar com os permissionários, mas fiscalizar; e explicou que eles tiveram o apoio da Polícia Federal porque os fiscais do órgão não têm poder de polícia. Assinalou que foram detectadas algumas infrações, por isso a aplicação de multas, e tudo o que foi feito no local está previsto em lei. **Na sequência, o Senhor André Nunes, de forma virtual,** fez referência aos assessores que o acompanhavam, agradeceu o convite e confirmou que a SPU recebeu uma denúncia e teve que agir, o que não significa que os permissionários não possam recorrer das multas aplicadas. Frisou que o lugar está bem cuidado e que precisa de regulamentação citando a necessidade de

parceria com o Estado e com o Município. Manifestou o desejo de resolver o problema e disponibilizar facilitadores, que são pessoas capacitadas, a fim de ajudar a construir um Plano de Gestão Integrado e buscar uma solução que pudesse satisfazer os comunitários e os permissionários. **Em seguida, o Senhor Rafael Alves Amorim (de forma virtual), em substituição ao Senhor Edy César,** cuja internet ficou inoperante, ressaltou que o Estado de Tocantins já possui um projeto de uso das praias desde 2009 em parceria com vários órgãos e garantiu que a permissão de uso regulamentada das praias do Estado fomenta a economia e o turismo. Pontuou que o Estado vem construindo com os Municípios uma estrutura capaz de desenvolver a região de forma sustentável e se colocou à disposição para ajudar o Amazonas a construir um projeto nos moldes do de Tocantins. **Dando prosseguimento, o Senhor Gil Eanes, da plateia,** representante da Associação das Praias da Orla do Educandos como o Balneário do Amarelinho e Praia da Ponta Branca, refletiu sobre a situação caótica da orla de Manaus que se transformou em uma espécie de “Cracolândia” e exibiu imagens da precariedade do local. Ponderou que o lugar que era uma área de lazer se tornou uma favela e lamentou o fato de que quem chega pelo Rio Negro vê uma situação deplorável. Pediu aos órgãos competentes que tomassem as providências cabíveis já que a infraestrutura da orla é degradante. **Novamente com a palavra, o Senhor Mauro Leno Rodrigues** prometeu se ater à solução do problema da Praia da Lua e afirmou que outras praias seriam fiscalizadas para que não fiquem como a orla do Educandos. Enfatizou que a Praia da Lua seria um projeto piloto que serviria de modelo a outras praias de Manaus e do Amazonas e lamentou também a ausência de um representante do Ministério Público Federal. **A caminho do fim, o Presidente Sinésio Campos** explicou que conversou por telefone com o Diretor-Presidente da Amazonastur, Senhor Ian Henderson Carmo Ribeiro, que concordou em trabalhar na Praia da Lua da mesma forma como foi feito em Tocantins e **fez o seguinte encaminhamento: criou, com anuência de todos os presentes, um Grupo de Trabalho com representantes dos órgãos competentes, inclusive representantes de Tocantins, para tratar e regulamentar a situação dos permissionários da Praia da Lua,** sob a coordenação da Assembleia Legislativa na pessoa da Senhora Carolina, e ressaltou que se, for necessário, o Grupo irá até Tocantins para verificar ‘in loco’ a situação das praias de lá. Pontuou que iria dar prosseguimento às questões referentes ao Grupo do Trabalho pedindo um representante do Ministério Público Federal. Solicitou que todos os presentes pudessem fazer um registro do momento através de uma foto dos participantes. **Nada mais havendo, encerrou a Reunião** e convocou a **Sessão Ordinária de amanhã** à hora regimental. **E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega,** Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

**ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 10 DE ABRIL DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO ROBERTO CIDADE.**

Às nove horas e trinta minutos do dia dez de abril do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **CARLINHOS BESSA, com a presença dos Deputados:** Adjuto Afonso, Alessandra Campêlo, Cabo Maciel, Cristiano D'Angelo, Comandante Dan, Doutor George Lins, Doutor Gomes, Felipe Souza, João Luiz, Mário César Filho, Roberto Cidade, Rozenha, Sinésio Campos, Thiago Abraham, Wanderley Monteiro e Wilker Barreto, sendo que os Deputados Abdala Fraxe, Daniel Almeida, Delegado Péricles, Débora Menezes, Doutora Mayara tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.º 44, 64, 106, 50 e 78/2024, respectivamente, e as Deputadas Mayra Dias e Joana Darc encontram-se em licença-maternidade. **Na Fase Preliminar, o EXPEDIENTE foi lido pela Secretária, Deputada ALESSANDRA CAMPÊLO, e constou dos seguintes Ofícios:** 1. n.º 878/2024/ACC, do Senhor Flávio Cordeiro Antony Filho, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, em resposta ao Requerimento n.º 4140/2023, de autoria do Deputado Rozenha, que solicitou a implantação de salas de escutas especializada e depoimento pessoal para proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar no Município de Caapiranga/AM. (2024.9.014773); 2. n.º 114/2024/CMM, do Senhor Caio André Pinheiro de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Manaus, encaminhando Moção de Parabenização, de autoria do Vereador Rodrigo Guedes ao Deputado Roberto Cidade, pela nomeação para a Presidência do Diretório Municipal do Partido União Brasil – UB, no último sábado, dia 16 de março de 2024. (2024.9.014730). **Como primeiro orador, o Deputado Comandante Dan** expôs outra vez a sua contagem regressiva para o anúncio da data-base dos policiais e explicou que ontem as Associações das Polícias do Estado estiveram presentes na Casa a fim de participarem de uma Cessão de Tempo, embora tenham se negado a falar em razão da gestão da plenária. Exibiu um vídeo com as reivindicações da categoria e ressaltou a relevância dos profissionais da segurança pública para a sociedade amazonense. **Como orador seguinte, o Deputado Rozenha** apresentou o Acordo homologado pelo Tribunal de Contas com o Ministério Público visando a ampliação de uso do aterro sanitário da AM 010 com um prazo de sete meses para a Prefeitura apresentar um projeto de um novo aterro. Manifestou receio de o aterro sanitário do Tarumã, construído pela Marquise, venha a ser colocado como a solução para o problema e expressou a sua

preocupação com o ecossistema do Tarumã que ainda estaria preservado e o dano ambiental que o lixão causaria à bacia e ao aeroporto Eduardo Gomes, já que o aterro construído fica próximo ao cone de aproximação da pista. **Após, o Deputado Wilker Barreto** mostrou um vídeo gravado no Pronto-Socorro da Criança que respalda as suas denúncias acerca do caos da saúde no Estado com falta de medicamentos. Afirmou que existe uma ala pronta com mais de vinte leitos que não funcionam porque não há médicos suficientes e registrou a demora para o atendimento de crianças, uma vez que os enfermeiros contratados de forma direta não foram incluídos em sua totalidade ficando apenas trinta dos setenta profissionais. Responsabilizou o Governador pela situação caótica instalada na saúde e criticou a Prefeitura pela superlotação do Hospital da Criança, visto que as UBS não estariam fazendo o atendimento primário necessário. **Na sequência, o Deputado Adjuto Afonso** comemorou o evento realizado ontem em Tabatinga para o lançamento da rota Manta-Manaus e rememorou que há dois anos esteve juntamente com o Deputado Sinésio Campos no Equador a fim de discutir o projeto. Em outro assunto, discursou sobre a OCB e o desenvolvimento do empreendedorismo no Amazonas com a abertura de agências de crédito e anunciou que no dia 6 de junho haverá o “Dia do Cooperar” com uma grande mobilização de serviços à população. **Em seguida, o Deputado João Luiz** destacou mais uma ação da Comissão que preside no bairro Alvorada e na Cidade Nova com palestras de prevenção às drogas. Informou também que visitou a Escola Terezinha Almeida da Silva à qual destinou emendas parlamentares a fim de que fosse construída uma quadra de esporte e pediu celeridade no processo, bem como manifestou alegria por entregar um laboratório de informática à comunidade da referida escola. **Dando prosseguimento, a Deputada Alessandra Campêlo** denunciou mais um ato de violência política de gênero do Prefeito de Borba contra a vereadora Elizabeth que estava como Secretária e pediu exoneração para concorrer a reeleição e teve o seu pedido negado por parte do Chefe do Executivo, como também a violência física contra a Vereadora de Ipixuna por conta de posicionamentos na Câmara. **Neste momento, o Presidente Carlinhos Bessa transpôs os trabalhos ao Grande Expediente continuando na tribuna a Deputada Alessandra Campêlo** que prometeu intervir por meio da Procuradoria da Mulher com o objetivo de punir os agressores. **Em aparte, o Deputado Roberto Cidade** se solidarizou com a Vereadora Elizabeth e se comprometeu a conversar com os vereadores de Ipixuna que agrediram a colega. **Acolhido o aparte, em outro tema, a Deputada Alessandra Campêlo** fez uma linha do tempo de suas ações em favor dos policiais destacando que é de sua autoria a lei do fardamento e elencou as conquistas das mulheres e as dificuldades enfrentadas. Justificou a razão de não ter deixado ontem um policial usar a tribuna por ser agressor de mulher e reiterou seu compromisso com a Corporação. **Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado Roberto Cidade. Na continuidade, o Deputado Comandante Dan** criticou a desconsideração da Secretaria de Segurança Pública com a Comissão que preside, já que tramitou há mais de um ano o pedido de agenda com a Instituição e não foi atendido e reclamou do fato de que a Cessão de Tempo de ontem não ter ocorrido como o planejado

argumentando que o Regimento da Casa determina quem pode e não pode discursar na tribuna e não um membro da Mesa. Clarificou que cabe à Assembleia fiscalizar as leis e que existe uma lei obrigando a concessão da data-base dos policiais que não estaria sendo cumprida. **Em aparte, os Deputados: Wilker Barreto** acrescentou que a polícia não tem ganho real há muito tempo e opinou que não deve haver a data-base dos policiais, pois a dos professores já passou e não ocorreu nenhum anúncio e repudiou a gestão do Governador que não faz economia; **Alessandra Campêlo** declarou seu respeito ao Deputado Comandante Dan, mas discordou de seu posicionamento em relação ao orador de ontem que foi impedido por ela de usar a tribuna citando todos os delitos realizados por ele. Ponderou que outra pessoa poderia ter usado a tribuna e afirmou que já conversou com o Governador que assegurou ter feito um estudo sobre a data-base de todos os servidores públicos e considerou a causa muito digna e correta. **Acolhidos os apertes, o Deputado Comandante Dan** agradeceu as palavras da Deputada Alessandra Campêlo e expressou alegria por saber que o Governo estaria comprometido com a causa da data-base. Concluiu convidando todos os deputados a participarem amanhã do Encontro Técnico de Comissões Legislativas. **Neste momento, o Presidente Roberto Cidade suspendeu o Grande Expediente, iniciou a Ordem do Dia e fez verificação de quórum estando presentes os Deputados:** Adjuto Afonso, Alessandra Campêlo, Cabo Maciel, Carlinhos Bessa, Cristiano D'Angelo, Comandante Dan, Doutor George Lins, Doutor Gomes, Felipe Souza, João Luiz, Mário César Filho, Roberto Cidade, Rozenha, Sinésio Campos, Thiago Abraham, Wanderley Monteiro e Wilker Barreto. **Havendo quórum regimental, o Presidente aprovou as Atas das Sessões Ordinárias 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 e das Sessões Especiais 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33. Após, o Secretário-Geral, Deputado JOÃO LUIZ, procedeu à leitura da Pauta de Requerimentos: 1. n.º 1687/2024, de autoria do Deputado Mario César Filho, “Requer, na forma regimental, Regime de Urgência, na tramitação do Projeto de Lei n.º 62/2024 que Altera, na forma que especifica, a Lei n.º 6.458, de 22 de setembro de 2023, que Consolida a legislação relativa à pessoa com o Transtorno do Espectro do Autismo/TEA e dá outras providências. (Carteira Digital de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista/CIPTEA)”. Em votação, aprovado; 2. n.º 1711/2024, de autoria do Deputado João Luiz, “Requer, na forma regimental, Regime de Urgência, na tramitação do Projeto de Lei n.º 226/2024 que Revoga a Lei Ordinária n.º 6.784, de 8 de março de 2024, que “Altera o Art. 5º, o parágrafo único do Art. 9º, e o § 1º do Art. 16, da Lei n.º 5.828, de 31 de março de 2022, que Dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Amazonas”. Em votação, aprovado. Ato contínuo, o Secretário-Geral procedeu à leitura da Pauta, em Discussão Geral e Votação Única: 1. Projeto de Decreto Legislativo n.º 3/2024, de autoria da Comissão Especial, “Aprova as indicações dos nomes que especifica para composição do Conselho Estadual de Cultura - CONEC/AM.” Enviado pela Mensagem Governamental n.º 19/2024. Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Abdala Fraxe. Em votação, aprovado; 2. Projeto**

**de Decreto Legislativo n.º 4/2024, de autoria da Comissão Especial, “Aprova a indicação do nome que especifica para composição do 6º Conselho Permanente de Disciplina da Polícia Militar do Estado do Amazonas.” (Coronel QOPM Frank Pacheco da Silva). Enviado pela Mensagem Governamental n.º 20/2024. Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Comandante Dan. Em votação, aprovado; 3. Projeto de Decreto Legislativo n.º 6/2024, de autoria da Comissão Especial, “Aprova a indicação do nome que especifica para composição do Conselho Estadual de Trânsito do Amazonas/CETRAM/AM.” (Policia Militar Jonismar Façanha Barbosa). Enviado pela Mensagem Governamental n.º 22/2024. Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputada Alessandra Campêlo. Em votação, aprovado; 4. Projeto de Lei n.º 213/2024, oriundo da Mensagem Governamental n.º 25/2024, “Institui a Política de Governo Digital do Estado do Amazonas, Cria o Comitê de Governança e Transformação Digital, e dá outras providências”. Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles. Parecer Favorável Conjunto das Comissões: Assuntos e Econômicos e Ciência e Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação: Deputado Adjuto Afonso. Em votação, aprovado; 5. Projeto de Lei n.º 214/2024, oriundo da Mensagem Governamental n.º 26/2024, “Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação/ITCMD, de bem imóvel vinculado a programa de habitação de interesse social, custeados pelas fontes de recursos indicadas no art. 6º, incisos I a IV, da Lei 14.620 de 13 de julho de 2023”. Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles. Parecer Favorável Conjunto das Comissões: Assuntos e Econômicos e Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Delegado Péricles. Em votação, aprovado; 6. Projeto de Lei n.º 215/2024, oriundo da Mensagem Governamental n.º 34/2024, “Reajusta o valor do auxílio instituído pela Lei n.º 1.735, de 14 de novembro de 1985, e dá outras providências”. Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação: Deputada Alessandra Campêlo. Parecer Favorável Conjunto das Comissões: Assuntos e Econômicos e Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Adjuto Afonso. Em votação, aprovado; 7. Projeto de Lei n.º 216/2024, oriundo da Mensagem Governamental n.º 35/2024, “Altera a Parte 31 do Anexo Único da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019, e dá outras providências”. Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação: Deputado Felipe Souza. Parecer Favorável Conjunto das Comissões: Assuntos e Econômicos e Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Dr. George Lins. Em votação, aprovado; 8. Projeto de Lei n.º 371/2022, de autoria do Deputado Roberto Cidade, “Dispõe sobre a Carteira de Informação do Paciente Diabético no âmbito do Estado do Amazonas”. Recebeu emenda modificativa no âmbito da Comissão de Saúde e Previdência. Pareceres Favoráveis das Comissões, nos termos da emenda, de Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Assuntos Econômicos: Deputada Dra. Mayara Pinheiro; Saúde e Previdência: Deputado Cabo Maciel. Desarquivado pelo autor por meio do Requerimento n.º 5/2023. Em discussão, o Deputado Wilker Barreto parabenizou pelo Projeto e pediu celeridade na regulamentação da lei, uma vez**

que não cabe à Casa fazer isso. Citou que a população estaria tendo dificuldade de acesso à carteira dos deficientes e à própria carteira de identidade. **Em votação, aprovado; 9. Projeto de Lei n.º 306/2023, de autoria do Deputado Rozenha**, “Estabelece o pagamento de multa indenizatória na hipótese de falha no fornecimento de energia elétrica e dá outras providências”. **Recebeu Substitutivo**, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, **passando a ementa a vigorar com a seguinte redação**: “Estabelece ressarcimento compensatório ao consumidor na hipótese de falha na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica no âmbito do Estado do Amazonas.” **Pareceres Favoráveis das Comissões, nos termos do Substitutivo**: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Wilker Barreto; Assuntos Econômicos: Deputado João Luiz; Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Dr. George Lins. **Em discussão, os Deputados: Sinésio Campos** explicou que é favorável à causa e lembrou da época da CPI da Energia que presidiu e sua luta em prol de serviços de qualidade; **João Luiz, Mário César Filho e Thiago Abraham** subscreveram o Projeto. **Em votação, aprovado; 10. Projeto de Lei n.º 440/2023, de autoria da Deputada Dra. Mayara Pinheiro**, “Dispõe sobre os Centros de Saúde Estética no Estado do Amazonas”. **Pareceres Favoráveis das Comissões**: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Saúde e Previdência: Deputado Dr. Gomes; Defesa do Consumidor: Deputado Sinésio Campos. **Retirado de Pauta em razão da ausência da autora. 11. Projeto de Lei n.º 496/2023, de autoria do Deputado Doutor Gomes**, “Institui o apadrinhamento de espaços e equipamentos públicos de lazer, cultura, recreação e esportes pertencentes exclusivamente ao Estado do Amazonas.” **Pareceres Favoráveis das Comissões**: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Cultura e Economia Criativa: Deputado Wanderley Monteiro; Esporte e Lazer: Deputado Daniel Almeida; Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Dr. George Lins. **Em discussão, os Deputados: Comandante Dan** subscreveu o Projeto; **Sinésio Campos** pediu esclarecimentos acerca do termo apadrinhamento e como seria esse processo; **Doutor Gomes** clarificou que existem muitos espaços ociosos no Estado que poderiam ser preenchidos com praças e parques construídos por empresários sem recursos públicos. **Em Encaminhamento de Votação, os Deputados: Sinésio Campos** criticou o projeto e opinou que seria vetado porque não há critérios para o apadrinhamento e pediu uma melhor análise e debate por ser uma situação de municipalidade; **Adjuto Afonso** sugeriu que o Projeto fosse retirado de pauta porque a intenção é boa, no entanto precisa de uma avaliação mais detalhada; **Doutor Gomes** acatou a sugestão e retirou de pauta. **Retirado de Pauta a pedido do autor; 12. Projeto de Lei n.º 711/2023, de autoria do Deputado Rozenha**, “Institui as diretrizes para a Criação do Relatório e Diagnóstico Socioeconômico Anual da Mulher, como um instrumento para subsidiar políticas públicas e dá outras providências.” **Pareceres Favoráveis das Comissões**: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Débora Menezes; Assuntos Econômicos: Deputado Wilker Barreto; Mulher, da Família e da Pessoa Idosa: Deputado Adjuto Afonso. **Em discussão, os Deputados: Roberto Cidade** subscreveu o Projeto; **Rozenha** justificou sua iniciativa e apresentou a

relevância da propositura para a sociedade e para o empoderamento feminino na área do empreendedorismo. **Em votação, aprovado; 13. Projeto de Lei n.º 752/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho e coautorias dos Deputados Rozenha e Joana Darc**; “Dispõe sobre a Permanência de 2 Acompanhantes às Crianças, Adolescentes e Adultos portadores de Transtorno do espectro Autista/TEA nas Unidades de pronto Atendimento (UPAs), Maternidades e demais Instituições Hospitalares na Rede Pública e Privada no Estado do Amazonas.” **Recebeu Substitutivo do autor, passando a ementa a vigorar com a seguinte redação**: “Altera a Lei 6.458, de 22 de setembro de 2023, na forma que especifica.” **Pareceres Favoráveis das Comissões, nos termos do Substitutivo**: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social: Deputado Dr. Gomes. Saúde e Previdência: Deputado Cabo Maciel; Relações Internacionais, Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes: Deputado Comandante Dan. **Em discussão, os Deputados: Wilker Barreto** parabenizou o Deputado Mário César Filho pela iniciativa e prometeu fazer uma emenda quando se tornar lei para incluir os pacientes com dificuldade de locomoção; **Sinésio Campos** acrescentou que as escolas também precisam ser incluídas porque os autistas estão na rede; **Rozenha** elogiou o autor pela sensibilidade e enfatizou a relevância da lei; **Thiago Abraham** subscreveu o Projeto e destacou que, no Município de Itacoatiara, foi inaugurado o 1º Centro Municipal de Atenção ao Autismo, uma iniciativa do Prefeito Mário Abraham com o intuito de garantir o direito das pessoas autistas; **Doutor George Lins e Roberto Cidade** subscreveram o Projeto; **Em Encaminhamento de Votação, o Deputado Mário César Filho** clarificou que essa demanda vem não só dos pais atípicos, mas também dos profissionais da saúde que relatam dificuldade com as crianças. **Em votação, aprovado; 14. Projeto de Lei n.º 761/2023, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo**, “Estabelece diretrizes para a conscientização e prevenção da transmissão vertical do vírus da imunodeficiência humana - HIV de mães soropositivas no Estado do Amazonas.” **Recebeu emenda no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Redação**. **Pareceres Favoráveis das Comissões, nos termos da emenda**: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Felipe Souza; Assuntos Econômicos: Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis; Mulher, da Família e da Pessoa Idosa: Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis. Saúde e Previdência: Deputado Wilker Barreto. **Em discussão, os Deputados Comandante Dan e Roberto Cidade** subscreveram o Projeto. **Em votação, aprovado; 15. Projeto de Lei n.º 783/2023, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo**, “Obriga as instituições públicas e privadas de ensino a entregar ao aluno ou ao seu representante legal interessado, a via original ou cópia de avaliação realizada.” **Pareceres Favoráveis das Comissões**: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Wilker Barreto; Defesa do Consumidor: Deputado Comandante Dan; Educação: Deputado Thiago Abraham. **Em discussão, os Deputados: Sinésio Campos** declarou seu voto contrário e pontuou que a lei deixa muito à vontade para o aluno receber as avaliações podendo não entregar aos responsáveis e criticou a falta de critérios em relação à situação; **Alessandra Campêlo**

compreendeu a colocação do Deputado Sinésio Campos e explicou que foi procurada porque os pais não estariam tendo acesso às provas e que o objetivo do projeto é garantir que os pais possam observar as provas dos filhos corrigidas; **Comandante Dan** reforçou a participação efetiva da família na escola e ratificou a importância da matéria **subscrevendo**; **João Luiz** considerou o projeto relevante, porém ao dar autorização ao aluno ter acesso à prova poderia gerar um enfrentamento por parte dos discentes. Sugeriu que fosse feita uma emenda visando corrigir a dupla interpretação. **Em Encaminhamento de Votação, a Deputada Alessandra Campêlo** apresentou uma Emenda Verbal substituindo a palavra “ou” pela conjunção aditiva “e” a fim de resolver a questão da dubiedade. **Em votação, aprovado com a Emenda Verbal e com a subscrição do Deputado Comandante Dan. Neste momento, o Presidente sugeriu que os Projetos fossem aprovados em Bloco tendo a anuência do Plenário. 16. Projeto de Lei n.º 784/2023, de autoria do Deputado Cabo Maciel, “Institui o Dia Estadual da Educação Profissional e Tecnológica, a ser celebrado, anualmente, no Estado do Amazonas, no dia 23 de setembro.” Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Educação: Deputado Carlinhos Bessa; Cultura e Economia Criativa: Deputado Mário César Filho. Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Roberto Cidade; 17. Projeto de Lei n.º 792/2023, de autoria do Deputado João Luiz, “Estabelece a obrigatoriedade da organização de enfermarias separadas por sexo em hospitais.” Recebeu emenda no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, passando a ementa a vigorar com a seguinte redação: “Estabelece a obrigatoriedade da organização de enfermarias separadas por sexo em hospitais públicos.” Pareceres Favoráveis das Comissões, nos termos da emenda: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Débora Menezes; Assuntos Econômicos: Deputada Alessandra Campêlo; Saúde e Previdência: Deputado Cabo Maciel. Em votação, aprovado; 18. Projeto de Lei n.º 829/2023, de autoria do Deputado Cristiano D’Ângelo, “Institui o Dia Estadual da Agricultura, a ser comemorado anualmente em 20 de março, e insere a data no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Amazonas.” Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural: Deputado Delegado Péricles Cultura e Economia Criativa: Deputado Mário César Filho. Em votação, aprovado; 19. Projeto de Lei n.º 830/2023, de autoria do Deputado Cristiano D’Ângelo, “Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Amazonas, o Aniversário da Cidade de Beruri, comemorado anualmente no dia 10 de dezembro.” Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Cultura e Economia Criativa: Deputado Mário César Filho. Em votação, aprovado; 20. Projeto de Lei n.º 832/2023, de autoria do Deputado Thiago Abraham, “Institui o selo Igualdade Racial, para promover ações afirmativas de promoção de igualdade racial no âmbito da iniciativa privada no Estado do Amazonas.” Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Débora Menezes; Assuntos Econômicos: Deputado Rozenha; Direitos Humanos, Pessoa com**

Deficiência e Promoção Social: Deputado Dr. Gomes. **Em votação, aprovado; 21. Projeto de Lei n.º 833/2023, de autoria do Deputado Thiago Abraham, “Dispõe sobre a vedação de cadastro ou ‘lista negra’ de consumidores que proponha ação judicial em face de fornecedores de produtos e serviços.”** Recebeu emenda no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, passando a ementa a vigorar com a seguinte redação: “Dispõe sobre a vedação de cadastro de consumidores que proponha ação judicial em face de fornecedores de produtos e serviços.” Pareceres Favoráveis das Comissões, nos termos da emenda: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Defesa do Consumidor: Deputado João Luiz. **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Mário César Filho e Comandante Dan; 22. Projeto de Lei n.º 848/2023, de autoria do Deputado Adjuto Afonso, “Institui o Selo ‘Escolas Mais Seguras’ para certificar as instituições de ensino que adotarem plano de evacuação, realização de palestras e treinamentos em casos de incêndios, danos estruturais e demais emergências em suas instalações.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Assuntos Econômicos: Deputado Rozenha; Segurança Pública: Deputado Comandante Dan; Educação: Deputado João Luiz. **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Mário César Filho e Comandante Dan; 23. Projeto de Lei n.º 881/2023, de autoria do Felipe Souza, “Estabelece diretrizes à utilização de material biodegradável em substituição ao material plástico e dá outras providências.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Thiago Abraham; Assuntos Econômicos: Deputado Dr. George Lins Proteção aos Animais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Deputado Dr. Gomes. **Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Comandante Dan; 24. Projeto de Lei n.º 892/2023, de autoria do Deputado Dr. George Lins, “Institui, no programa escolar da rede pública, a semana de conscientização sobre a Doação de Órgãos, tecidos e Transplantes dá outras providências.”** Recebeu Substitutivo do autor. Pareceres Favoráveis das Comissões, nos termos do Substitutivo: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Assuntos Econômicos: Deputado Adjuto Afonso; Educação: Deputado João Luiz; Saúde e Previdência: Deputada Dra. Mayara Pinheiro. **Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Comandante Dan; 25. Projeto de Lei n.º 917/2023, de autoria do Deputado Daniel Almeida, “Dispõe sobre a criação do ‘Programa Estadual de Alfabetização Digital da Terceira Idade’ no âmbito do Estado do Amazonas.”** Recebeu emenda no âmbito na Constituição, Justiça e Redação, passando a ementa a vigorar com a seguinte redação: “Institui diretrizes para a criação do ‘Programa Estadual de Alfabetização Digital da Terceira Idade’ no âmbito do Estado do Amazonas.” Pareceres Favoráveis das Comissões nos termos da emenda: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Felipe Souza; Assuntos Econômicos: Deputado Adjuto Afonso; Mulher, da Família e da Pessoa Idosa: Deputada Alessandra Campêlo. **Retirado de Pauta em razão da ausência do autor. 26. Projeto de Lei n.º 925/2023, de autoria do Deputado Delegado Péricles, “Institui o licenciamento provisório para abertura de empresas no Estado do Amazonas.”** Pareceres Favoráveis das

Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Assuntos Econômicos: Deputado Rozenha; Empreendedorismo, Comércio Exterior e MERCOSUL: Deputado Rozenha. **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Roberto Cidade e Thiago Abraham; 27. Projeto de Lei n.º 926/2023, de autoria do Deputado Adjuto Afonso, “Dispõe sobre princípios e diretrizes para as ações que nortearão a implantação de equipamentos, dispositivos e infraestrutura para Cidades Amazonenses Inteligentes e dá outras providências.”** Recebeu emendas no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Pareceres Favoráveis das Comissões, nos termos das emendas: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Felipe Souza; Assuntos Econômicos: Deputado Dr. George Lins; Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Dr. George Lins; Assuntos Municipais, Desenvolvimento Rural e Regional: Deputado Thiago Abraham. **Em votação, aprovado; 28. Projeto de Lei n.º 950/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan, “Dispõe sobre alteração do nome da Avenida do Turismo para Avenida Governador Amazonino Armando Mendes.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Assuntos Econômicos: Deputado Wilker Barreto; Assuntos Municipais, Desenvolvimento Rural e Regional: Deputado Thiago Abraham. **Em votação, aprovado; 29. Projeto de Lei n.º 951/2023, de autoria do Deputado Wilker Barreto, “Dispõe sobre o monitoramento da qualidade dos exames de mamografia do Estado.”** Recebeu emenda no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Pareceres Favoráveis das Comissões, nos termos da emenda: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Débora Menezes; Assuntos Econômicos: Deputado Dr. George Lins; Saúde e Previdência: Deputado Cabo Maciel. **Em votação, aprovado; 30. Projeto de Lei n.º 984/2023, de autoria do Deputado Sinésio Campos, “Institui a Política Estadual de incentivos das Bandas e Fanfarras.”** Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Assuntos Econômicos: Deputado Rozenha; Cultura e Economia Criativa: Deputado Abdala Fraxe. **Em votação, aprovado; 31. Projeto de Lei n.º 1191/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, “Declara a Utilidade Pública da Associação de Idosos Unidos Venceremos - UNIVE.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Thiago Abraham. **Em votação, aprovado; 32. Projeto de Lei n.º 1258/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, “Dispõe sobre o envio de mensagem de texto SMS pelas operadoras de telefonia celular e dá outras providências.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Ciência, Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação: Deputado Wanderley Monteiro. **Em votação, aprovado; 33. Projeto de Lei n.º 1271/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, “Institui o ‘Dia do Técnico de Informática’ no Estado do Amazonas.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Débora Menezes; Ciência, Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação: Deputado Wanderley Monteiro. **Em votação, aprovado; 34. Projeto de Lei n.º 1273/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho,**

**“Dispõe sobre a definição de data e horário de aplicação de provas de concursos públicos estaduais, e da outras providências.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Felipe Souza; Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Dr. George Lins. **Em votação, aprovado; 35. Projeto de Lei n.º 121/2024, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, “Concede o Título de Cidadã do Amazonas à Senhora Karla de Sá Fioretti.”** Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. **Em votação, aprovado; 36. Projeto de Resolução Legislativa n.º 21/2023, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, “Institui a Licença Remunerada do Trabalho para servidoras vítimas de violência sexual, doméstica e familiar.”** Recebeu Substitutivo da autora. Pareceres Favoráveis das Comissões, nos termos do Substitutivo: Mesa Diretora: Deputado Carlinhos Bessa; Constituição, Justiça e Redação: Deputado Wilker Barreto; Assuntos Econômicos: Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis; Mulher, da Família e da Pessoa Idosa: Deputada Mayra Dias. **Em votação, aprovado; 37. Projeto de Resolução Legislativa n.º 90/2023, de autoria do Deputado Cristiano D’Ângelo, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao senhor Betanael da Silva D’Angelo, e dá outras providências.”** Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. **Em votação, aprovado; 38. Projeto de Resolução Legislativa n.º 1/2024, de autoria do Deputado Wilker Barreto, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Hamilton Lucena.”** Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. **Em votação, aprovado; 39. Projeto de Resolução Legislativa n.º 10/2024, de autoria do Deputado Dr. George Lins, “Concede a Medalha do Mérito Ruy Araújo ao Senhor Denis Linder Rojas Paiva, Prefeito do Município de Atalaia do Norte.”** Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. **Em votação, aprovado; 40. Projeto de Resolução Legislativa n.º 12/2024, de autoria do Deputado Wilker Barreto, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Vanildo Monteiro da Silva.”** Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. **Em votação, aprovado; 41. Projeto de Resolução Legislativa n.º 13/2024, de autoria do Deputado João Luiz, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Ilustríssimo Senhor Leandro Almada da Costa.”** Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. **Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Alessandra Campêlo; 42. Projeto de Resolução Legislativa n.º 15/2024, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa, “Concede a Medalha Ruy Araújo à sua Excelência, Promotora de Justiça Renilce Helen Queiroz de Sousa.”** Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. **Em votação, aprovado. Em seguida, o Presidente aprovou em Bloco a Redação Final de todos os Projetos anteriormente citados, com exceção dos itens 10, 11 e 25, referentes aos Projetos de Lei n.º 440/2023, de autoria da Deputada Doutora Mayara; 496/2023, de autoria do Deputado Doutor Gomes; e n.º 917/2023, de autoria do Deputado Daniel Almeida, respectivamente, por terem sido retirados de Pauta. Após, foi feita a Promulgação: Decretos Legislativos nº 1071, 1072 e 1073, de 10 de abril de 2024, respectivamente, “Aprova as indicações dos nomes que especifica para composição do Conselho Estadual de**

Cultura/Conec/AM.”, **“Aprova** a indicação do nome que especifica para composição do 6º Conselho Permanente de Disciplina da Polícia Militar do Estado do Amazonas.”, **“Aprova** a indicação do nome que especifica para composição do Conselho Estadual de Trânsito do Amazonas/Cetran/AM.”; **Resoluções Legislativas n.º 1025, 1026, 1027, 1028, 1029, 1030 e 1031, de 10 de abril de 2024, respectivamente**, **“Institui** a Licença Remunerada do Trabalho para servidoras vítimas de violência sexual, doméstica e familiar.”, **“Concede** a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Betanael da Silva D’Angelo.”, **Concede** a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Hamilton Lucena.”, **“Concede** a Medalha do Mérito Ruy Araújo ao Senhor Denis Linder Rojas Paiva, Prefeito do Município de Atalaia do Norte.”, **“Concede** a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Vanilso Monteiro da Silva.”, **“Concede** a Medalha Ruy Araújo ao senhor Leandro Almada da Costa.”, **“Concede** a Medalha Ruy Araújo à Senhora Renilce Helen Queiroz de Sousa, Promotora de Justiça do Estado do Amazonas”. **Na sequência, encaminhou às Comissões 10 Projetos de Lei Ordinária, sendo 1 de autoria do Deputado Mário César Filho**, **“Altera**, na forma que especifica, a Lei n.º 6.458, de 22 de setembro de 2023, que ‘Consolida a legislação relativa à pessoa com o Transtorno do Espectro do Autismo - TEA e dá outras providências.’ (Leitos hospitalares especializados no atendimento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista); **7 de autoria do Deputado Rozenha**, **“Dispõe** sobre a obrigatoriedade da disponibilização do exame PrecivityAD2, para detecção da doença de Alzheimer, na Rede Pública de Saúde.”, **“Dispõe** sobre o Programa ‘Meu Primeiro Emprego’, objetivando ações voltadas a inserção de jovens no mercado de trabalho.”, **“Cria** o Programa ‘Censo de Pessoas com Altas Habilidades ou Superdotação - e de seus Familiares’, e dá outras providências.”, **“Dispõe** sobre a política de atendimento a pessoas com superdotação ou altas habilidades e dá outras providências.”, **“Institui** a Política de Empregabilidade e Qualificação dos egressos do serviço militar obrigatório.”, **“Institui** o Dia Estadual do Perito Criminal.”, **“Declara** de Utilidade Pública o Instituto Visão de Paz.”; **1 de autoria do Deputado Thiago Abraham**, **“Dispõe** sobre diretrizes para a promoção e proteção dos direitos das crianças e adolescentes relativos à exposição/uso de telas digitais e acesso aos respectivos conteúdos.”; **1 de autoria do Deputado Wanderley Monteiro**, **“Institui** o dia 7 de abril como ‘Dia da Migração Nordestina no Amazonas’. **Ato contínuo, deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: Adjuto Afonso n.º 1756, 1757, 1758, 1759, 1760, 1761 e 1762/2024; Comandante Dan n.º 1763, 1764, 1765 e 1766/2024; João Luiz n.º 1767/2024. Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado Carlinhos Bessa que encerrou a Ordem do Dia e retomou o Grande Expediente iniciando uma Cessão de Tempo, de autoria do Deputado Doutor George Lins, em alusão aos 55 anos do Rotary Clube, conforme Requerimento n.º 1726/2024, convidando para compor a Mesa o Senhor Evandro Valente, Governador do Distrito 4720 do Rotary Internacional; e à Senhora Raimunda Dionísia, Presidente do Rotary Clube de Manaus, em exercício. Com a palavra, o Deputado Doutor George Lins justificou a sua iniciativa e destacou as ações humanitárias da Instituição, nestes 55 anos de existência, que mudam a vida das pessoas em vulnerabilidade social**

especialmente na época da pandemia. Elencou os projetos na área de saúde e educação que são desenvolvidos pelo Rotary Clube e lembrou que seu sogro é um rotariano na cidade de Catalão/GO. **Na continuidade, o Deputado Adjuto Afonso** parabenizou o Deputado Doutor George Lins pela Cessão de Tempo, salientou o trabalho social do Rotary Clube e elogiou a sua atuação mesmo não recebendo nenhum tipo de salário e incentivos. **Dando prosseguimento, o Senhor Evandro Valente** agradeceu à Casa, em especial aos Deputados Doutor George Lins e Adjuto Afonso, pela homenagem e citou os investimentos do Rotary Clube voltados a beneficiar crianças, jovens, adultos e idosos. Afirmou ainda que desde 1985 o Rotary iniciou uma Campanha para evitar a paralisia infantil no mundo que persiste até hoje e frisou que a Instituição intervém inclusive em guerras mediando a paz. Colocou a Instituição à disposição da Assembleia no sentido de apoiar as políticas públicas que beneficiam a sociedade. **Encerrado o Grande Expediente, a caminho do fim, a Pauta de Tramitação foi dada como lida e constou do Projeto de Lei n.º 218/2024**, de autoria do Deputado Adjuto Afonso, **Projeto de Lei n.º 219/2024**, de autoria do Deputado Rozenha; **Projetos de Lei n.º 220 e 221/2024**, de autoria da Deputada Débora Menezes; **Projetos de Lei n.º 222 e 223/2024**, de autoria do Deputado Comandante Dan; **Projeto de Lei n.º 224/2024**, de autoria do Deputado Sinésio Campos; **Projeto de Lei n.º 225/2024**, de autoria do Deputado Cristiano D’Angelo; **Projeto de Lei n.º 226/2024**, de autoria do Deputado João Luiz; **Projeto de Lei n.º 227/2024**, de autoria do Deputado Wilker Barreto.; **Projeto de Lei n.º 228/2024**, de autoria do Deputado Doutor Gomes; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 24/2024**, de autoria do Deputado Adjuto Afonso (**estes em terceiro dia**); **Projeto de Lei n.º 229/2024**, de autoria da Mesa Diretora.; **Projeto de Lei n.º 230/2024**, de autoria do Deputado Alcimar Maciel; **Projeto de Lei n.º 231/2024**, de autoria do Deputado Wilker Barreto; **Projeto de Lei n.º 232/2024**, oriundo da Mensagem Governamental n.º 37/2024 (**estes em segundo dia**); **Projeto de Lei n.º 233/2024, de autoria do Deputado Doutor Gomes**, **“Dispõe** sobre o atendimento prioritário na realização de exame de saúde para condutores de ambulância e profissionais de saúde que prestam atendimento pré-hospitalar (APH), e dá outras providências.”; **Projetos de Lei n.º 234 e 235/2024, de autoria do Deputado Cristiano D’Angelo**, **“Institui** a Carteira de Identificação da Pessoa com Parkinson, destinada a conferir identificação à pessoa diagnosticada com a doença.”, **“Institui** o Programa ‘Escola Amiga do Agro’ no Estado.”; **Projetos de Lei n.º 236 e 237/2024, de autoria da Deputada Débora Menezes**, **“Altera**, na forma que especifica, a Lei n.º 2.794/2003 que ‘Regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual (suspensão de prazo processual entre 20 de dezembro e 20 de janeiro).’; **“Institui** as diretrizes para a Política Estadual de Prevenção aos Afogamentos, Conscientização e Segurança, e dá outras providências.”; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 25/2024, de autoria do Deputado Doutor George Lins**, **“Concede** a Medalha do Mérito Ruy Araújo ao Senhor Divaldo Pereira Franco, escritor e orador espírita.” (**estes em primeiro dia**). **Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Especial de logo a**

seguir. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

**ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 11 DE ABRIL DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO ROBERTO CIDADE.**

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de abril do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência da Parlamentar **ALESSANDRA CAMPÊLO, com a presença dos Deputados:** Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Cabo Maciel, Carlinhos Bessa, Cristiano D'Angelo, Comandante Dan, Doutor George Lins, Doutor Gomes, Felipe Souza, João Luiz, Mário César Filho, Roberto Cidade, Rozenha, Sinésio Campos e Wilker Barreto, sendo que os Deputados Daniel Almeida, Delegado Pérciles, Débora Menezes, Doutora Mayara, Thiago Abraham e Wanderley Monteiro tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.º 65, 108, 50, 80, 77 e 33/2024, respectivamente, e as Deputadas Mayra Dias e Joana Darc encontram-se em licença-maternidade.

**Na Fase Preliminar, sem EXPEDIENTE a relatar, a Deputado Doutor George Lins** informou que iria se retirar do plenário em razão de participar do "Seminário Parlamentar Interamericano" que estaria acontecendo no Auditório Senador João Bosco, nas dependências da Assembleia Legislativa, e convidou todos a comparecer ao evento. **Como orador seguinte, o Deputado Wilker Barreto** discursou acerca da precariedade da saúde pública e responsabilizou o Governo do Estado pelo péssimo serviço prestado. Em outro tema, denunciou a falta de mediadores qualificados para atender alunos com Transtorno do Espectro Autista matriculados na rede pública municipal de ensino e exigiu que a Prefeitura cumprisse a Lei Brasileira de Inclusão n.º 13.146/2015 que prevê a contratação dos profissionais sugerindo que fossem utilizados recursos do Fundeb para tal.

**Na sequência, o Deputado Comandante Dan** registrou a presença de Senadores e Deputados Federais na Sala Vip para participar de uma Cessão de Tempo, de sua autoria, alusiva ao 13º Encontro Técnico das Comissões de Segurança Pública e discorreu sobre a efetivação de políticas públicas de prevenção à violência na sociedade visando erradicar o elevado índice de mortalidade. **Após, o Deputado João Luiz** parabenizou o Deputado Comandante Dan por sua atuação em prol da segurança pública do Amazonas e pediu apoio de seus pares, aproveitando a visita de Senadores e Deputados Federais neste Poder, no sentido de intervir a favor da reconstrução da BR 319 que no momento estava isolada do país em decorrência do estado degradante em que se encontrava. **Neste momento, o Deputado Roberto Cidade assumiu a Presidência e transpôs os trabalhos ao Grande Expediente iniciando a**

**Cessão de Tempo, de autoria do Deputado Comandante Dan, conforme Requerimento n.º 1686/2024, em alusão ao 13º Encontro Técnico das Comissões de Segurança Pública, convidando para compor a Mesa:** Deputado Federal João Alberto Fraga Silva, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara Federal; Deputada Federal Ione, Membro da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime organizado da Câmara Federal; Senador Sérgio Petecão, Presidente da Comissão de Segurança do Senado Federal; Deputado Comandante Dan, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Casa; Coronel QOPM Marcus Vinícius Almeida, Secretário de Segurança Pública do Amazonas; Deputado Arlenilson Cunha, Presidente da Comissão de Segurança Pública do Acre. **Com a palavra, o Deputado João Alberto** argumentou que era inadmissível conviver com o atual estado de calamidade do serviço de segurança pública no país, pois a vida humana estava cada vez mais banalizada e reportou-se à estrutura do crime organizado que movimentava bilhões através das facções criminosas atuantes nos presídios. **Como orador seguinte, o Deputado Comandante Dan** manifestou-se acerca da relevância da eficiência do serviço de segurança pública na sociedade a fim de combater o elevado índice de criminalidade e reiterou o convite para a participação de todos os deputados no 13º Encontro Técnico das Comissões de Segurança Pública que começaria hoje no Auditório Belarmino Lins. **Dando prosseguimento, o Senador Sérgio Petecão** defendeu o combate eficaz ao tráfico de drogas na fronteira e sugeriu que todas as Assembleias debatessem o tema pela importância da questão diante da realidade brasileira. Colocou-se à disposição de todos os interessados para dialogar sobre o assunto. **Neste instante, o Presidente Roberto Cidade** registrou a presença dos Deputados das Assembleias dos Estados de Roraima e Rondônia, Senhores Rarison Barbosa e Delegado Camargo. **Após, a Deputada Federal Ione** atendo-se à sua trajetória na Polícia Civil, refutou com veemência o crescente índice de violência doméstica e feminicídios e considerou o problema grave e sério. Externou preocupação com a criminalidade nas escolas e defendeu o aumento da pena do agressor que maltratasse a mulher na presença dos filhos. **Encerrada a Cessão de Tempo, assumiu a Presidência novamente a Deputada Alessandra Campêlo que iniciou mais uma Cessão de Tempo, de autoria do Deputado Rozenha, conforme Requerimento n.º 1751/2024, para tratar do assunto feminicídio na cidade de Careiro Castanho. Com a palavra, o Deputado Rozenha** justificou a sua iniciativa e afirmou que era necessário se encontrar alternativas para proteger as mulheres em situação vulnerável que ficavam à mercê de homens que eram provedores de suas famílias. Reiterou seu compromisso em legislar em prol da proteção dos direitos das mulheres e elogiou a Vereadora de Careiro Castanho pelo trabalho. **Na continuidade, a Vereadora Aldimeia Pascoal da Silveira, do Careiro Castanho,** lamentou o crescente índice de feminicídios no referido Município e apresentou uma relação de oito casos ocorridos de maneira cruel e covarde. Solicitou apoio do Governo Estado, através deste Poder, quanto às melhorias na estrutura de segurança pública do Careiro Castanho, principalmente por falta de policiamento e cumprimento de leis. Concluiu agradecendo ao Deputado Rozenha por ter ido ao Município de

Careiro Castanho verificar 'in loco' a situação de insegurança dos moradores. **Retomando a palavra, a Deputada Alessandra Campêlo** expressou seu agradecimento ao Deputado Rozenha pelo empenho e dedicação com as causas femininas e repudiou as atitudes machistas e desumanas de homens imprudentes e incapazes de tratar bem uma mulher. Concluiu colocando a Procuradoria da Mulher da Aleam à disposição das famílias atingidas por violência doméstica e informou que a assessoria jurídica da Procuradoria da Mulher deste Poder iria entregar à Vereadora o modelo de requerimento para a solicitação de instalação da Procuradoria na Câmara de Careiro Castanho. **Encerrado o Grande Expediente, na Ordem do Dia, a Presidente encaminhou às Comissões 5 Projetos de Lei Ordinária, sendo 1 de autoria do Deputado Wanderley Monteiro, “Declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas a “Cultura Gospel.”; 2 de autoria do Deputado Doutor Gomes, “Dispõe sobre o uso de materiais didáticos exclusivamente digitais nas Escolas Públicas, e dá outras providências.”, “Institui a Política Estadual de Prevenção da Doença de Mononucleose, e dá outras providências.”; 1 de autoria do Deputado Sinésio Campos, “Disciplina a obrigatoriedade do gerenciamento adequado de resíduos sólidos gerados em eventos públicos, privados ou público-privados no Estado do Amazonas e dá outras providências.”; 1 de autoria do Deputado Mário César Filho, “Declara como de Utilidade Pública o Instituto de Tecnologia e Inovação Evereste – EVERESTE”. Ato contínuo, deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: João Luiz n.º 1768, 1770, 1771 e 1772/2024; Comandante Dan n.º 1769/2024; Abdala Fraxe n.º 1773/2024; Wilker Barreto n.º 1774/2024; Adjuto Afonso n.º 1775 e 1776/2024. A caminho do fim, a Pauta de Tramitação foi dada como lida e constou do Projeto de Lei n.º 229/2024, de autoria da Mesa Diretora.; Projeto de Lei n.º 230/2024, de autoria do Deputado Alcimar Maciel; Projeto de Lei n.º 231/2024, de autoria do Deputado Wilker Barreto; Projeto de Lei n.º 232/2024, oriundo da Mensagem Governamental n.º 37/2024 (estes em terceiro dia); Projeto de Lei n.º 233/2024, de autoria do Deputado Doutor Gomes; Projetos de Lei n.º 234 e 235/2024, de autoria do Deputado Cristiano D’Angelo; Projetos de Lei n.º 236 e 237/2024, de autoria da Deputada Débora Menezes, Projeto de Resolução Legislativa n.º 25/2024, de autoria do Deputado Doutor George Lins, (estes em segundo dia); Projeto de Lei n.º 238/2024, de autoria do Deputado Mário César Filho, “Altera, na forma que especifica, a Lei nº 6.458, de 22 de setembro de 2023, que ‘Consolida a legislação relativa à pessoa com o Transtorno do Espectro do Autismo - TEA e dá outras providências.’ (Leitos hospitalares especializados no atendimento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista); Projetos de Lei n.º 239, 240, 241, 242, 243, 244 e 245/2024, de autoria do Deputado Rozenha, “Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização do exame PrecivityAD2, para detecção da doença de Alzheimer, na Rede Pública de Saúde.”, “Dispõe sobre o Programa ‘Meu Primeiro Emprego’, objetivando ações voltadas a inserção de jovens no mercado de trabalho.”, “Cria o Programa ‘Censo de Pessoas com Altas Habilidades ou Superdotação - e de seus Familiares’, e dá outras providências.”, “Dispõe sobre a política de atendimento a pessoas com superdotação ou altas**

habilidades e dá outras providências.”, “Institui a Política de Empregabilidade e Qualificação dos egressos do serviço militar obrigatório.”, “Institui o Dia Estadual do Perito Criminal.”, “Declara de Utilidade Pública o Instituto Visão de Paz.”; **Projeto de Lei n.º 246/2024, de autoria do Deputado Thiago Abraham, “Dispõe sobre diretrizes para a promoção e proteção dos direitos das crianças e adolescentes relativos à exposição/uso de telas digitais e acesso aos respectivos conteúdos.”; Projeto de Lei n.º 247/2024, de autoria do Deputado Wanderley Monteiro, “Institui o dia 7 de abril como ‘Dia da Migração Nordestina no Amazonas’. (estes em primeiro dia). Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Especial de logo a seguir. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata. Presidente/Secretário.**

**ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 16 DE ABRIL DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO CARLINHOS BESSA.**

Às nove horas e trinta minutos do dia dezesseis de abril do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **CARLINHOS BESSA, com a presença dos Deputados: Abdala Fraxe, Alessandra Campêlo, Cabo Maciel, Cristiano D’Angelo, Comandante Dan, Daniel Almeida, Débora Menezes, Doutora Mayara, Doutor George Lins, Doutor Gomes, João Luiz, Mário César Filho, Rozenha, Thiago Abraham e Wilker Barreto, sendo que os Deputados Adjuto Afonso, Delegado Péricles, Felipe Souza, Roberto Cidade, Sinésio Campos e Wanderley Monteiro tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.º 72, 111, 250, 38, 17 e 35/2024, respectivamente, e as Deputadas Mayra Dias e Joana Darc encontram-se em licença-maternidade. Na Fase Preliminar, o EXPEDIENTE foi lido pela Secretária, Deputada **ALESSANDRA CAMPÊLO, e constou dos Ofícios: 1. n.º 905 e 907/2024-ACC, do Senhor Flávio Cordeiro Antony Filho, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, em resposta aos Requerimentos: I - n.º 5859/2023, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa, solicitando o envio de Filtros “Salta-z” para a comunidade de São José - Rio Madeira no Município de Novo Aripuanã/AM, (2024.9.015344), II – n.º 4157/2023, de autoria do Deputado Rozenha, solicitando a implantação de salas de escuta especializada e depoimento pessoal para proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar no Município de Itapiranga/AM. (2024.9.015334); 2. n.º 564, 565, 566, 567 e 568/2024/Sedel, do Senhor Jorge Elias Costa de Oliveira, Secretário de Estado do Desporto e Lazer, comunicando a este órgão a celebração de Termos de Convênio n.º 001, 002, 003, 004 e 005/2023, firmados entre a Fundação Amazonas de Alto Rendimento e as Prefeituras dos Municípios de Rio Preto da Eva, Tabatinga, Itamarati, Codajás. (2024.9.015321, 015323, 015325,****

015327 e 015322); 3. n.º 242/2024CMA, do Senhor Pedro Renato Frozzi, Presidente da Câmara Municipal de Apuí, encaminhando a reivindicação do Vereador Maxsael Fernandes de Luz, para a construção de uma Escola de Ensino Fundamental e Médio no Ramal do Bena, Município de Maués/AM. (2024.9.015503). **Como primeiro orador, o Deputado Wilker Barreto** reportou-se ao apagão do último domingo que prejudicou significativamente o comércio local e protocolou indicativo à Comissão de Defesa do Consumidor deste Poder para solicitar o comparecimento da Concessionária do serviço a fim prestar esclarecimentos imediatos sobre a ocorrência. Informou ainda que no Hospital Platão Araújo não havia funcionado o gerador de energia, bem como pediu também à Secretaria de Saúde que fosse realizada a manutenção em todos os geradores da rede pública hospitalar para evitar transtornos futuros. **Como orador seguinte, o Deputado Rozenha** lamentou profundamente o atual estado degradante da Praça dos Remédios e ruas adjacentes devido a existência da “Cracolândia” e pediu o apoio de seus pares quanto a criação de um Projeto alusivo à revitalização do referido local. **Em seguida, o Deputado Daniel Almeida** resumiu a visita realizada à cidade de Novo Ayrão e destacou o valioso potencial cultural dos trabalhos de artesanato dos moradores, argumentando que o município era de suma importância para alavancar a economia local através do turismo impulsionado pela beleza natural do lugar. **Na sequência, o Deputado Thiago Abraham** rememorou a aprovação do Projeto de Lei, de sua autoria, que concedia o desconto no IPVA automaticamente e explicou que o Projeto foi vetado por vício de iniciativa, no entanto o Governador Wilson Lima se sensibilizou com o seu Projeto e apresentou o Decreto n.º 49.242, de 1º de abril de 2024, tornando o benefício automático para todos os bons condutores do Amazonas. Explicou que o desconto é gradativo, sendo, no primeiro ano, 10%; no segundo, 15%; e, no terceiro, 20%, e agradeceu ao Governador por todo o trabalho que vem executando no interior do Estado. **Neste momento, o Deputado Carlinhos Bessa** transpôs os trabalhos ao Grande Expediente. **Com a palavra, o Deputado Rozenha** externou alegria pelo resultado do jogo no domingo, realizado no Sesi, onde o time Clube de Manaus saiu vitorioso e parabenizou a Federação Amazonense de Futebol por sua atuação sempre eficiente e ao Governador Wilson Lima pelo apoio incessante ao futebol amazonense. Em outro tema, reiterou seu posicionamento contrário ao estado degradante da Praça dos Remédios frequentada por usuários de drogas que colocavam a vida dos transeuntes em perigo e o comércio local também era afetado pela situação sinistra. **Em aparte, os Deputados: Wilker Barreto** lamentou o fato denunciado e argumentou que a ausência do poder público era responsável pela situação da Praça e sugeriu algumas alterações no funcionamento do comércio para a geração de receita e renda; **Mário César Filho** fez apologia à implementação de políticas públicas oriundas do Poder Executivo Municipal voltadas às pessoas em vulnerabilidade social que enveredam nos caminhos das drogas, e aproveitou o ensejo para criticar o pagamento da Zona Azul pelos lojistas da área considerando um disparate. **Acolhidos os apartes, o Deputado Rozenha** responsabilizou a Prefeitura de Manaus que não tem cuidado das praças e não busca alternativas para o local.

**Neste momento, assumiu a Presidência a Deputada Alessandra Campêlo.** **Dando prosseguimento, o Deputado Comandante Dan** voltou a exigir o pagamento da data-base dos policiais e lembrou que o prazo limite é o dia 21 de abril. Em outro assunto, condenou a situação de insegurança que tomou conta do Centro de Manaus e fez referência à Praça dos Remédios que se encontra tomada por usuários de drogas defendendo a revitalização do local. Reafirmou seu posicionamento favorável às iniciativas do poder público em prol da erradicação do elevado índice de criminalidade com foco na política de segurança pública em nível do País e enfatizou ser contra qualquer flexibilização das leis que venha a comprometer a segurança na sociedade. **Em aparte, o Deputado Rozenha** endossou as palavras do orador e se colocou à disposição para unir forças no sentido de resolver o problema. **Acolhido o aparte, o Deputado Comandante Dan** defendeu a criação de uma Frente de Enfrentamento à Violência e convidou todos os membros da Comissão de Segurança Pública deste Poder para participar da Audiência Pública visando debater a questão da data-base dos policiais e a segurança pública do Estado. **Após, o Deputado João Luiz** exibiu um vídeo referente ao benefício da atividade física para crianças e adolescentes e salientou que o Estado do Amazonas possuía Projetos Sociais que refletiam na qualidade de vida dos beneficiários por meio do esporte. **Em aparte o Deputado Rozenha** elogiou a atuação do Secretário Jorge Elias à frente da Sedel e as iniciativas do orador voltadas à saúde, através da prática esportiva, por meio do Projeto Pelci, oriundo do Governo do Amazonas. **Acolhido o aparte, o Deputado João Luiz** demonstrou alegria com o resultado do Campeonato Amazonense ocorrido no domingo no Sesi e deu destaque ao Dia Mundial do Café, comemorado em 14 de abril, exibindo um vídeo de agricultores do terceiro setor que cultivam o grão no Estado. **Continuando, o Deputado Cabo Maciel** repercutiu o lançamento da campanha alusiva ao Dia Mundial da Voz realizada pelo Colégio da Polícia Militar II. Em outro assunto, agradeceu ao Governador Wilson Lima, ao Secretário Chefe da Casa Civil e ao Delegado-Geral pela liberação da viatura destinada ao uso exclusivo do Batalhão Maria da Penha para uma Delegacia em Itacoatiara, bem como agradeceu ainda as ações de cidadania do Governo ocorridas na Vila de Lindóia e Novo Remanso visando atender as demandas ali existentes. **Na Ordem do Dia, a Presidente encaminhou 3 Projetos de Lei Ordinária, sendo 1 de autoria da Deputada Débora Menezes, “Institui o Plano Veículo Legal Amazonense.”; 1 de autoria do Deputado João Luiz, “Dispõe sobre a promoção da solidariedade e cidadania nas escolas do Estado do Amazonas por meio de projetos educacionais e ações sociais.”; 1 de autoria do Deputado Sinésio Campos, “Declara Utilidade Pública o Instituto de Desenvolvimento Humano e Social do Amazonas- (IDHAM).”; e 2 Projetos de Resolução Legislativa, sendo 1 de autoria do Deputado Doutor George Lins, “Concede a Medalha do Mérito ‘Ruy Araújo à Excelentíssima Senhora Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.”; 1 de autoria do Deputado Wilker Barreto, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Nazareno Souza Martins”. Ato contínuo, deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: Abdala Fraxe n.º 1777/2024;**

Alessandra Campêlo n.º 1778/2024; Doutora Mayara n.º 1779/2024; Cabo Maciel n.º 1780 e 1782/2024; João Luiz n.º 1781 e 1785/2024; Comandante Dan n.º 1783/2024; Mário César Filho n.º 1784, 1786, 1787 e 1788/2024. **A caminho do fim, a Pauta de Tramitação foi dada como lida e constou do Projeto de Lei n.º 233/2024**, de autoria do Deputado Doutor Gomes; **Projetos de Lei n.º 234 e 235/2024**, de autoria do Deputado Cristiano D'Angelo; **Projetos de Lei n.º 236 e 237/2024**, de autoria da Deputada Débora Menezes, **Projeto de Resolução Legislativa n.º 25/2024**, de autoria do Deputado Doutor George Lins, (estes em terceiro dia); **Projeto de Lei n.º 238/2024**, de autoria do Deputado Mário César Filho; **Projetos de Lei n.º 239, 240, 241, 242, 243, 244 e 245/2024**, de autoria do Deputado Rozenha; **Projeto de Lei n.º 246/2024**, de autoria do Deputado Thiago Abrahim; **Projeto de Lei n.º 247/2024**, de autoria do Deputado Wanderley Monteiro (estes em segundo dia); **Projeto de Lei n.º 248/2024**, de autoria do Deputado Wanderley Monteiro, “**Declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas a “Cultura Gospel.”**”; **Projetos de Lei n.º 249 e 252/2024**, de autoria do Deputado Doutor Gomes, “**Dispõe sobre o uso de materiais didáticos exclusivamente digitais nas Escolas Públicas, e dá outras providências.**”, “**Institui a Política Estadual de Prevenção da Doença de Mononucleose, e dá outras providências.**”; **Projeto de Lei n.º 250/2024**, de autoria do Deputado Sinésio Campos, “**Disciplina a obrigatoriedade do gerenciamento adequado de resíduos sólidos gerados em eventos públicos, privados ou público-privados no Estado do Amazonas e dá outras providências.**”; **Projeto de Lei n.º 251/2024**, de autoria do Deputado Mário César Filho, “**Declara como de Utilidade Pública o Instituto de Tecnologia e Inovação Evereste – EVERESTE**”. (estes em primeiro dia). Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Especial de logo a seguir. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

**ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 17 DE ABRIL DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO ABDALA FRAXE.**

Às nove horas e trinta minutos do dia dezessete de abril do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **ROBERTO CIDADE**, com a presença dos Deputados: Abdala Fraxe, Cabo Maciel, Cristiano D'Angelo, Comandante Dan, Daniel Almeida, Débora Menezes, Doutora Mayara, Doutor George Lins, Mário César Filho, Rozenha, Sinésio Campos, Wanderley Monteiro e Wilker Barreto, sendo que os Deputados Adjuto

Afonso, Delegado Péricles, Carlinhos Bessa, Doutor Gomes, Felipe Souza, João Luiz e Thiago Abrahim tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.º 72, 111, 30, 25, 251, 177 e 80/2024, respectivamente, a Deputada Alessandra Campêlo solicitou o desconto de sua falta através do Memorando n.º 145/2024 e as Deputadas Mayra Dias e Joana Darc encontram-se em licença-maternidade. **Na Fase Preliminar, sem EXPEDIENTE a relatar, o Deputado Comandante Dan** novamente reportou-se acerca da importância do pagamento da data-base aos policiais civis e militares e agradeceu o apoio do Presidente Roberto Cidade nas realizações de eventos alusivos à segurança pública, lembrando que hoje à tarde teria uma Audiência Pública no plenário para debater o tema de maneira ampla, respeitosa e ordeira. **Como orador seguinte, o Deputado Wilker Barreto** atendo-se a desassistência do poder público na área da saúde, informou que iria se reunir às quinze horas de hoje com a Secretária de Saúde visando entender a real situação da Pasta. Fez críticas contundentes ao Governo do Estado do Amazonas considerando-o deficitário e inoperante em suas ações e lamentou profundamente a precariedade nos setores de saúde, educação e segurança pública que estavam dependendo de empréstimo para a contratação de empresas terceirizadas. **Neste momento, o Presidente Roberto Cidade transpôs os trabalhos ao Grande Expediente. Com a palavra, o Deputado Comandante Dan** reiterou suas colocações anteriores, defendendo a implementação de políticas públicas efetivas e eficientes em prol de um serviço de segurança pública realizado a contento na sociedade amazonense. Pediu ao Poder Executivo Estadual o devido cumprimento da Lei das datas-bases em caráter emergencial, bem como exibiu uma “Linha do Tempo” sobre as ações de seu mandato voltadas à segurança pública e discordou da proibição de contratação de firma terceirizada para a guarnição de policiamento. **Em aparte, o Deputado Wilker Barreto** endossou as palavras do orador e solicitou o comparecimento do Secretário de Segurança na Casa para prestar esclarecimentos dos fatos. **Acolhido o aparte, o Deputado Comandante Dan** enfatizou que a política era a arte da boa governança para atender os anseios da sociedade. Em outro assunto, fez referência ao Feclam que iria iniciar amanhã e elogiou a atuação do Presidente Roberto Cidade na realização do evento. **Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado Abdala Fraxe. Dando prosseguimento, o Deputado Sinésio Campos** discorreu sobre as matrizes econômicas locais e exibiu um vídeo de sua ida a Brasília, onde esteve com o Presidente Lula para debater assuntos pertinentes à agricultura, manifestando-se favorável à reforma agrária. Em outro assunto, deu destaque ao lançamento do programa do governo federal, intitulado “Terra da Gente”, que iria definir os assentamentos de terras disponíveis no País, para as famílias que vivem no campo em busca de emprego e renda. **Na Ordem do Dia, o Presidente Abdala Fraxe parabenizou a Senhora Luzia Aldenize, Diretora de Apoio Legislativo, por mais um ano de vida, encaminhou às Comissões 5 Projetos de Lei Ordinária, sendo 1 de autoria do Deputado Cristiano D'Angelo, “Altera a Lei nº 2.794, de 06 de maio de 2003, que ‘Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.’; 1 de autoria do Deputado João Luiz, “Dispõe sobre a promoção do serviço de estimulação pedagógica precoce**

para crianças com necessidades educacionais especiais.”; **1 de autoria do Deputado Mário César Filho**, “Altera, na forma que especifica, a Lei Promulgada nº 241, de 31 de março de 2015, que ‘Consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado do Amazonas, e dá outras providências.”; **2 de autoria do Deputado Wanderley Monteiro**, “Altera, na forma que especifica, a Lei nº 5.321/2020 que ‘Dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica.”; **Altera**, na forma que especifica, a Lei nº 4.588/2018 que ‘Dispõe sobre a instituição do dia da Policial Militar Feminina, no Estado do Amazonas.”; e **1 Projeto de Resolução Legislativa, de autoria do Deputado Cristiano D’Angelo**, “**Concede** a Medalha do Mérito Ruy Araújo à Senhora Valciléia Flores Maciel”. **Ato contínuo, deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: Sinésio Campos** n.º 1789, 1790, 1791 e 1792/2024; **Roberto Cidade** n.º 1793/2024; **João Luiz** n.º 1794, 1795, 1796 e 1797/2024; **Wilker Barreto** n.º 1798/2024; **Mário César Filho** n.º 1799, 1800, 1801, 1802 e 1803/2024; **Cabo Maciel** n.º 1804/2024. **A caminho do fim, a Pauta de Tramitação foi dada como lida e constou do Projeto de Lei n.º 238/2024**, de autoria do Deputado Mário César Filho; **Projetos de Lei n.º 239, 240, 241, 242, 243, 244 e 245/2024**, de autoria do Deputado Rozenha; **Projeto de Lei n.º 246/2024**, de autoria do Deputado Thiago Abraham; **Projeto de Lei n.º 247/2024**, de autoria do Deputado Wanderley Monteiro (**estes em terceiro dia**); **Projeto de Lei n.º 248/2024**, de autoria do Deputado Wanderley Monteiro; **Projetos de Lei n.º 249 e 252/2024**, de autoria do Deputado Doutor Gomes; **Projeto de Lei n.º 250/2024**, de autoria do Deputado Sinésio Campos; **Projeto de Lei n.º 251/2024**, de autoria do Deputado Mário César Filho, (**estes em segundo dia**); **Projeto de Lei n.º 253/2024, de autoria da Deputada Débora Menezes**, “Institui o Plano Veículo Legal Amazonense.”; **Projeto de Lei n.º 254/2024, de autoria do Deputado João Luiz**, “Dispõe sobre a promoção da solidariedade e cidadania nas escolas do Estado do Amazonas por meio de projetos educacionais e ações sociais.”; **Projeto de Lei n.º 255/2024, de autoria do Deputado Sinésio Campos**, “**Declara** Utilidade Pública o Instituto de Desenvolvimento Humano e Social do Amazonas- (IDHAM).”; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 26/2024, de autoria do Deputado Doutor George Lins**, “**Concede** a Medalha do Mérito ‘Ruy Araújo à Excelentíssima Senhora Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.”; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 27/2024, de autoria do Deputado Wilker Barreto**, “**Concede** a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Nazareno Souza Martins”. (**estes em primeiro dia**). **Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Audiência Pública de logo a seguir. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.**

Presidente/Secretário

**ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 18 DE ABRIL DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO CARLINHOS BESSA.**

Às nove horas e trinta minutos do dia dezoito de abril do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **CARLINHOS BESSA, com a presença dos Deputados:** Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Cristiano D’Angelo, Comandante Dan, Daniel Almeida, Débora Menezes, Doutora Mayara, Doutor George Lins, Doutor Gomes, Mário César Filho, Roberto Cidade, Rozenha, Sinésio Campos, Thiago Abraham e Wilker Barreto, sendo que os Deputados Cabo Maciel, Delegado Péricles, Felipe Souza, João Luiz e Wanderley Monteiro tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.º 135, 123, 252, 177 e 38/2024, respectivamente, a Deputada Alessandra Campêlo solicitou o desconto de sua falta através do Memorando n.º 145/2024 e as Deputadas Mayra Dias e Joana Darc encontram-se em licença-maternidade. **Na Fase Preliminar, sem EXPEDIENTE a relatar, o Deputado Sinésio Campos** discursou acerca da situação dos flutuantes da bacia do Tarumã-Açu e cobrou do Ipaam e Sema o licenciamento devido para que a permanência deles no local seja de acordo com a legislação vigente. Informou que no dia vinte e três de abril iria acontecer uma Audiência Pública, no Plenário Ruy Araújo, a fim de tratar do assunto em questão com o foco no ordenamento dos rios do Amazonas. **Como orador seguinte, o Deputado Adjuto Afonso** prestou contas de sua ida à cidade de Brasília e destacou as ações positivas do Parlamento Amazônico, salientando que o Estado do Amazonas era prioridade na pauta de atividades do Parlamento. **Na continuidade, o Deputado Comandante Dan** criticou a ausência do Governo do Estado e demais Secretarias na Audiência Pública por ele realizada ontem nesta Casa fazendo uma Moção de Repúdio e observou que estaria estudando a possibilidade de convocar o Secretário de Segurança Pública no âmbito da Comissão. Mencionou que apenas um representante do Ministério Público de Contas se fez presente e se mostrou interessado no assunto, prometendo dar prosseguimento a suas reivindicações em prol do reconhecimento e valorização dos servidores do serviço de segurança pública, pois se preocupava com o descaso do Governo em torno da temática abordada. **Na sequência, o Deputado Wilker Barreto** novamente questionou as medidas adotadas pela Seduc diante da precariedade existente nas escolas envolvendo a merenda escolar, limpeza, pagamento de servidores e enfatizou que já havia solicitado o comparecimento da Secretária para prestar esclarecimentos. Concluiu lembrando que os funcionários de serviços-gerais das escolas continuavam sem receber. **Da tribuna, a Deputada Doutora Mayara** repercutiu o Programa de Aceleração de Crescimento/PAC do Governo Federal que beneficiava de forma significativa a saúde pública e pontuou que a cidade de

Coari foi contemplada tendo até o dia 10 de maio para entregar os documentos. Afirmou que dos 62 Municípios do Estado apenas 22 foram beneficiados e, no Município de Coari, serão construídos um Centro Especializado em Reabilitação, uma Unidade Básica de Saúde e uma Unidade Odontológica Móvel. **Após, o Deputado Daniel Almeida** defendeu o pagamento da data-base dos servidores do Tribunal de Contas e pediu que o Projeto de Lei que concede o reajuste fosse pautado na Casa. Em outro assunto, endossou as palavras do Deputado Wilker Barreto sobre a situação caótica das escolas da rede pública de ensino estadual, citando a denúncia de uma aluna do bairro Morro da Liberdade cuja escola não tem ar-condicionado, e apelou ao Governador e à Secretária que verificasse tal situação. **Neste momento, o Presidente Carlinhos Bessa transpôs os Trabalhos ao Grande Expediente. Com a palavra, o Deputado Comandante Dan** reiterou seu posicionamento favorável ao pagamento da data-base dos servidores da Secretária de Segurança Pública e argumentou que o citado benefício era direito e a legislação deveria ser cumprida. Em outro assunto, fez apologia à prioridade das políticas de segurança pública com o intuito de garantir a ordem social e exibiu relatos de representantes das entidades da classe, manifestando descontentamento com a situação atual. Mostrou ainda uma “Linha do Tempo” das ações de seu Gabinete juntamente com a Comissão que preside e prometeu solicitar a presença do Secretário de Fazenda para vir a esta Casa manifestar-se sobre o assunto em questão. **Dando prosseguimento, o Deputado Sinésio Campos** atendo-se à sua visita a Brasília, informou que tratou de assuntos alusivos ao Amazonas na Câmara Federal, como a retomada da questão de as Assembleias Legislativas legislarem a respeito da criação de novos municípios, expendendo opinião de que era desnecessária consulta pública. **Em aparte, o Deputado Adjuto Afonso** corroborou com o Deputado Sinésio Campos e frisou que também havia participado do 1º Fórum de Debates em Brasília envolvendo Deputados e Senadores para tratar da questão e tinha saído do encontro bastante entusiasmado e esperançoso. Salientou que o foco não é só criar Município, mas também resgatar as prerrogativas do Parlamento que foram canceladas e os impedem de agir em favor da população e defendeu a aprovação da PEC no Congresso que versa sobre o tema. **Reavendo a palavra, o Deputado Sinésio Campos** comunicou que haveria uma reunião do Parlamento Amazônico na Casa no dia 25 de abril e enumerou a quantidade enorme de Municípios que vários Estados do Brasil possuem, embora sejam bem menores que o Amazonas. Concluiu enaltecendo a Frente Parlamentar em Defesa da Criação de Novos Municípios implantada na Aleam e reiterou a necessidade de retomada do debate. **Neste instante, o Presidente Carlinhos Bessa** iniciou a **Ordem do Dia**, convidou todos os seus pares a participar da abertura oficial do Feclam 2024 às dezessete horas de hoje no Auditório Belarmino Lins e **deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: João Luiz** n.º 1805, 1807, 1808, 1809, 1812/2024; **Doutora Mayara** n.º 1806/2024; **Débora Menezes** n.º 1810/2024; **Doutor George Lins** n.º 1811 e 1822/2024; **Mário César Filho** n.º 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820 e 1821/2024; **Wilker Barreto** n.º 1824/2024; **Sinésio Campos** n.º 1823, 1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830,

1831, 1832, 1833, 1834, 1835, 1836, 1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1842 e **1843/2024. A caminho do fim, a Pauta de Tramitação foi dada como lida e constou do Projeto de Lei n.º 248/2024**, de autoria do Deputado Wanderley Monteiro; **Projetos de Lei n.º 249 e 252/2024**, de autoria do Deputado Doutor Gomes; **Projeto de Lei n.º 250/2024**, de autoria do Deputado Sinésio Campos; **Projeto de Lei n.º 251/2024**, de autoria do Deputado Mário César Filho, **(estes em terceiro dia)**; **Projeto de Lei n.º 253/2024**, de autoria da Deputada Débora Menezes; **Projeto de Lei n.º 254/2024**, de autoria do Deputado João Luiz; **Projeto de Lei n.º 255/2024**, de autoria do Deputado Sinésio Campos; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 26/2024**, de autoria do Deputado Doutor George Lins; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 27/2024**, de autoria do Deputado Wilker Barreto **(estes em segundo dia)**; **Projeto de Lei n.º 256/2024, de autoria do Deputado Cristiano D’Angelo**, “Altera a Lei n.º 2.794, de 06 de maio de 2003, que ‘Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.’”; **Projeto de Lei n.º 257/2024, de autoria do Deputado João Luiz**, “**Dispõe** sobre a promoção do serviço de estimulação pedagógica precoce para crianças com necessidades educacionais especiais.”; **Projeto de Lei n.º 258/2024, de autoria do Deputado Mário César Filho**, “**Altera**, na forma que especifica, a Lei Promulgada n.º 241, de 31 de março de 2015, que ‘Consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado do Amazonas, e dá outras providências.’”; **Projetos de Lei n.º 259 e 260/2024, de autoria do Deputado Wanderley Monteiro**, “**Altera**, na forma que especifica, a Lei n.º 5.321/2020 que ‘Dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica.’”, “**Altera**, na forma que especifica, a Lei n.º 4.588/2018 que ‘Dispõe sobre a instituição do dia da Policial Militar Feminina, no Estado do Amazonas.’”; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 28/2024, de autoria do Deputado Cristiano D’Angelo**, “**Concede** a Medalha do Mérito Ruy Araújo à Senhora Valcélia Flores Maciel.” **(estes em primeiro dia)**. Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Especial de logo a seguir. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

**ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 23 DE ABRIL DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO ROBERTO CIDADE.**

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e três de abril do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **CARLINHOS BESSA, com a presença dos Deputados:** Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Alessandra Campêlo, Cabo Maciel, Cristiano D'Angelo, Daniel Almeida, Débora Menezes, Doutora Mayara, Doutor George Lins, Doutor Gomes, Felipe Souza, Mário César Filho, Roberto Cidade, Rozenha, Sinésio Campos, Thiago Abraham, Wanderley Monteiro e Wilker Barreto, sendo que os Deputados Comandante Dan e João Luiz tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.º 191 e 181/2024, respectivamente, e o Deputado Delegado Péricles encontra-se em licença-paternidade e as Deputadas Mayra Dias e Joana Darc encontram-se em licença-maternidade. **Na Fase Preliminar, o EXPEDIENTE foi lido pelo próprio Presidente, Deputado Carlinhos Bessa, e constou dos Ofícios: 1. n.º 937, 999 e 1050/2024/ACC, do Senhor Flávio Cordeiro Antony Filho, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, em resposta aos Requerimentos: I – n.º 4192 e 4108/2023, de autoria do Deputado Rozenha, solicitando a implantação de salas de escuta especializadas e depoimento pessoal para proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar nos Municípios de Itapiranga e Nova Olinda do Norte/AM. (2024.9.015530 e 016009), II – n.º 3/2024, de autoria da Deputada Débora Menezes, solicitando medidas acolhedoras para crianças dependentes de substâncias químicas e em casos de abandono, perda, suspensão ou extinção do poder familiar. (2024.9.016526). Como primeiro orador, o Deputado Cabo Maciel** discorreu acerca da visita realizada pelo Governador do Amazonas, da qual participou, nas Comunidades Novo Remanso, Lindóia e Engenho e exaltou o comprometimento do Chefe do Executivo Estadual com as ações de cidadania e investimentos na região. Agradeceu também a presença do Deputado Rozenha nas localidades e reafirmou o seu compromisso com a população de Itacoatiara. **Como orador seguinte, o Deputado Daniel Almeida** elogiou a atuação do Deputado Cabo Maciel e, em outro assunto, reverberou as ações da Secretaria do Meio Ambiente, em parceria com a Prefeitura de Manaus, na revitalização dos igarapés e na coleta de resíduos e destacou o Programa Viva Mindu que visa recuperar os ecossistemas urbanos de Manaus e refletir sobre os impactos positivos advindos da conscientização da população em preservar o igarapé do Mindu. **Na sequência, o Deputado Adjuto Afonso** fez referência ao início dos debates sobre a regulamentação da Reforma Tributária e considerou o tema relevante à Zona Franca de Manaus, pois a economia local dependia muito do PIM. Em outro assunto, repercutiu o Prêmio Internacional conquistado pela Queijaria Tradição D' Lourdes, localizado em Autazes, por ter se destacado na Forbes e pelo sucesso na produção de queijos e agradeceu o apoio do

Sebrae/AM. **Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado ROBERTO CIDADE. Com a palavra, o Deputado Carlinhos Bessa** refutou com veemência o desserviço prestado pela Empresa Amazonas Energia nas comunidades do Município de Tefé, com frequentes apagões nos ramais, prejudicando significativamente a economia do lugar e os afazeres da população e prometeu enviar indicativo à concessionária do serviço solicitando os devidos esclarecimentos e providências cabíveis. **Após, o Deputado Rozenha** pediu correção na distorção da Lei alusiva ao ITCMD, de autoria do Deputado Delegado Péricles, aprovada nesta Casa, e prometeu apresentar emenda pedindo apoio dos colegas à sua aprovação. **Em seguida, o Deputado Wilker Barreto** alertou que os professores da Seduc já começam a dar indicativo de greve em razão da falta de diálogo com o Governo e lembrou que, no domingo, venceu ao prazo para o anúncio da data-base dos policiais. Criticou o Governo do Estado pelas suas ações negativas e condenou os constantes empréstimos realizados por ele que comprometiam a gestão das Secretarias. **Dando prosseguimento, o Deputado Abdala Fraxe** prestou contas de sua visita à cidade de Amaturá e referiu-se aos avanços conquistados pelo referido Município com entrega de poços artesianos, coletes e capacetes aos mototaxistas e inauguração de escolas durante o aniversário da cidade. **Na continuidade, o Deputado Sinésio Campos** deu destaque aos eventos alusivos à programação referente ao Dia dos Povos Indígenas em São Gabriel da Cachoeira, bem como enfatizou que a cultura indígena era rica e havia colaborado significativamente na formação sócio-histórica do País e reiterar seu compromisso de legislar em prol das necessidades das etnias. **Neste momento, o Presidente Carlinhos Bessa voltou à Presidência e transpôs os trabalhos ao Grande Expediente permanecendo na tribuna o Deputado Sinésio Campos que pediu celeridade na tramitação de matérias nas Comissões Técnicas, enfatizando que o Projeto de Lei n.º 1254/2023, de sua autoria, estava parado na Comissão presidida pela Deputada Joana Darc. Em aparte, os Deputados: Alessandra Campêlo** argumentou que as colegas Mayra Dias e Joana Darc estavam de licença-maternidade por direitos assegurados em lei e que as Comissões tinham outros membros, incluindo os suplentes que poderiam dar prosseguimento à tramitação dos Projetos de Lei; **Carlinhos Bessa** corroborou com as colocações da Deputada Alessandra Campêlo e acrescentou que as colegas mencionadas estavam amparadas por lei e que os Vice-Presidentes das Comissões poderiam assumir as atribuições das Titulares. **Acolhidos os apartes, o Deputado Sinésio Campos** anunciou que hoje haveria uma Audiência Pública no plenário a fim de debater a situação dos permissionários da Praia da Lua antecipando o início da reunião para as 13h. **Ato contínuo, o Presidente Carlinhos Bessa iniciou uma Cessão de Tempo em favor do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Amazonas, conforme Requerimento n.º 1844/2024, de autoria do Deputado Daniel Almeida, com o objetivo de explanar sobre o Projeto de Lei n.º 107/2024. Com a palavra, o Senhor Marlon André Mendes Bernardo, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Amazonas, pediu apoio dos parlamentares para incluir na pauta de votação deste Poder o Projeto de Lei n.º 107/2024, que concede a data-base de 2023**

aos servidores do Ministério Público e defendeu a necessidade da reposição salarial dos funcionários visando uma melhor prestação do serviço público. **Como orador seguinte, o Deputado Daniel Almeida** reconheceu como sendo justa a reivindicação dos servidores e reafirmou seu compromisso com a Categoria. **Encerrada a Cessão de Tempo, na Ordem do Dia, o Presidente encaminhou às Comissões 9 Projetos de Lei, sendo 1 de autoria do Deputado Wanderley Monteiro, “Dispõe sobre a Política Estadual de Atenção às Pessoas Portadoras do Transtorno de Acumulação Compulsivo no Amazonas e dá outras providências; 2 de autoria do Deputado Wilker Barreto, “Dispõe acerca do fornecimento de certidão de recusa de atendimento ou documento de igual valor aos usuários da rede pública estadual de saúde na forma que especifica.”, “Altera, na forma que especifica, a Lei n.º 4.748 de 2019, que ‘Dispõe sobre a vacinação domiciliar às pessoas com deficiência motora, multideficiência profunda com dificuldade de locomoção, doenças incapacitantes e degenerativas, e dá outras providências (incluir as pessoas com Transtorno do Espectro Autista ao direito à vacinação domiciliar).’; 1 de autoria do Deputado Doutor Gomes, “Institui o dia Estadual do Cirurgião-Oncológico.”; 1 de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, “Determina a veiculação na internet de lista de pessoas condenadas por crime de violência contra a mulher praticado no Estado do Amazonas.”; 2 de autoria do Deputado Carlinhos Bessa, “Declara como de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Social La Vitta do Estado do Amazonas.”, “Declara como de utilidade pública o Instituto Une Vida.”; 2 de autoria do Deputado Adjuto Afonso, “Estabelece diretrizes para a criação de Polos de Produção da Laranja e outros Cítricos no Estado do Amazonas.”, “Estabelece diretrizes para a criação de Polos de Produção da Mandioca e seus Derivados no Estado do Amazonas.”; e 1 Projeto de Resolução Legislativa, de autoria Coletiva, “Concede a Medalha Ruy Araújo à Senhora Isabelle Adriana Nogueira Dias”. Na sequência, deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: Daniel Almeida n.º 1844 e 1892/2024; Mário César Filho n.º 1845, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865, 1869, 1870, 1871, 1872 e 1873/2024; Adjuto Afonso n.º 1846, 1847, 1848, 1887, 1888, 1889 e 1890/2024; Comandante Dan n.º 1849, 1850, 1851, 1866, 1867, 1868, 1879, 1880 e 1881/2024; Wilker Barreto n.º 1874/2024; Débora Menezes n.º 1875, 1876 e 1877/2024; Roberto Cidade n.º 1878/2024; Sinésio Campos n.º 1882, 1883, 1884, 1885 e 1886/2024; Doutora Mayara n.º 1891/2024; Carlinhos Bessa n.º 1893/2024. A caminho do fim, a Pauta de Tramitação foi dada como lida e constou do Projeto de Lei n.º 253/2024, de autoria da Deputada Débora Menezes; Projeto de Lei n.º 254/2024, de autoria do Deputado João Luiz; Projeto de Lei n.º 255/2024, de autoria do Deputado Sinésio Campos; Projeto de Resolução Legislativa n.º 26/2024, de autoria do Deputado Doutor George Lins; Projeto de Resolução Legislativa n.º 27/2024, de autoria do Deputado Wilker Barreto (estes em terceiro dia); Projeto de Lei n.º 256/2024, de autoria do Deputado Cristiano D’Angelo; Projeto de Lei n.º 257/2024, de autoria do Deputado João Luiz; Projeto de Lei n.º 258/2024, de autoria do Deputado Mário César Filho; Projetos de Lei n.º 259 e 260/2024, de autoria do Deputado**

Wanderley Monteiro; Projeto de Resolução Legislativa n.º 28/2024, de autoria do Deputado Cristiano D’Angelo, (estes em segundo dia); Projeto de Lei n.º 261/2024, oriundo da Mensagem Governamental n.º 38/2024, “Disciplina a destinação dos créditos oriundos de disputas judiciais estabelecidas pela concessionária estadual de gás canalizado, envolvendo a exigência dos tributos federais do PIS e da COFINS, e dá outras providências”. [Regime de Urgência solicitado pelo Governador] (este em primeiro dia). Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Audiência Pública de logo a seguir. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

**ATA DA 34ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA PARA ENTREGA DA MEDALHA RUY ARAÚJO AO SENHOR CARLOS VIEIRA VON ADAMEK, DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 10 DE ABRIL DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO ADJUTO AFONSO.**

Às quatorze horas e dez minutos do dia dez de abril do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **ADJUTO AFONSO**, com a presença do Deputado João Luiz, ausentes os demais. O Senhor Presidente explicou se tratar de uma Sessão Especial convocada para entrega da Medalha Ruy Araújo ao Senhor Carlos Vieira Von Adamek, Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, conforme Projeto de Resolução Legislativa n.º 13/2023, de autoria do Deputado João Luiz, que se tornou a Resolução Legislativa n.º 981, de 12 de julho de 2023. Convidou para compor a Mesa as autoridades: Flávio Cordeiro Antony Filho, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, representando o Governador Wilson Lima; Desembargador Carlos Vieira Von Adamek, homenageado; Deputado João Luiz, Autor da Propositura; Flávio Henrique Albuquerque de Freitas, Juiz de Direito e Juiz Auxiliar no Superior Tribunal Militar, representando o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; Giselle Falcone Medina, Juíza Eleitoral, representando o Tribunal Regional Eleitoral; Desembargador Luís Lanfredi, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça; Cristian Rau Stoltenberg, Secretário da Comissão de Direito Ambiental, representando a OAB/AM. **Atto contínuo**, todos de pé, ouviram o Hino Nacional brasileiro interpretado pela Banda de Música da Polícia Militar. **Em seguida**, foi exibido um vídeo

comemorativo. Com a palavra, o Deputado João Luiz justificou sua iniciativa e reportou-se à conduta ilibada do agraciado. Destacou sua competência profissional na brilhante carreira jurídica e fez referência aos bons feitos do homenageado no trabalho de ressocialização das pessoas que haviam cometido erros, mas possuíam a vontade de se reerguer na sociedade amazonense. Na sequência, a Jornalista Mariana Rocha procedeu à leitura do histórico da Comenda. Após, o Presidente Adjuto Afonso e o Deputado João Luiz entregaram a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Carlos Vieira Von Adamek que usou a tribuna para agradecer à Casa, em especial ao Deputado João Luiz, pela homenagem e afirmou estar encantado com a natureza exuberante e maravilhosa que o Estado do Amazonas possuía. Explicou que uma de suas missões era promover ações de cidadania em parceria com os demais poderes, cumprindo assim o aprimoramento das atividades judiciárias e mencionou a honra de poder ser agraciado com a Medalha Ruy Araújo. Dando prosseguimento, o Senhor Flávio Antony Filho parabenizou o Deputado João Luiz pela relevância de sua propositura e enfatizou que o homenageado tinha uma participação fundamental quanto à obrigatoriedade de o ensino de língua indígena ser oferecido nas escolas da rede pública do Amazonas. Concluiu elogiando o trabalho do magistrado à frente do Conselho Nacional de Justiça. A caminho do fim, o Presidente agradeceu a presença de todos e reiterou que a homenagem era justa e merecida. Ato contínuo, todos de pé, ouviram o Hino do Amazonas executado pela Banda da Polícia Militar. Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou Sessão Ordinária de amanhã à hora regimental. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 35ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA PARA ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO DO AMAZONAS À SENHORA MIRZA TELMA DE OLIVEIRA CUNHA, DESEMBARGADORA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 11 DE ABRIL DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO ROBERTO CIDADE.

Às doze horas e dez minutos do dia onze de abril do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar ROBERTO CIDADE, com a presença dos Deputados Adjuto Afonso, Carlinhos Bessa, Doutor Gomes e da Deputada Alessandra Campêlo, ausentes os demais. O Senhor Presidente explicou se tratar de uma Sessão Especial convocada para entrega do Título de Cidadão do Amazonas à Senhora Mirza Telma de Oliveira Cunha, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do

Amazonas, conforme Projeto de Lei n.º 1141/2023, de sua autoria, que se tornou a Lei Ordinária n.º 6.680, de 4 de janeiro de 2024. Convidou para compor a Mesa as autoridades: Flávio Cordeiro Antony Filho, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, representando o Governador Wilson Lima; Desembargadora Socorro Guedes Moura, representando o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; Desembargadora Mirza Telma de Oliveira Cunha, Homenageada; Francilene Barroso da Silva, Promotora, representando o Ministério Público do Estado do Amazonas; Victor Fabian Sores Cipriano, Presidente da Comissão Municipal de Licitação, representando o Prefeito David Almeida; Vereadora Yomara Lins, representando a Câmara Municipal de Manaus; Giselle Falcone Medina, Juíza, Representando o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas; Fernanda Catanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, representando o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas; Maria de Fátima Loureiro, Defensora, representando a Defensoria Pública do Amazonas; Wanderley Dallas, Deputado Estadual das 15ª, 16ª, 17ª e 18ª Legislaturas; Gabriela Gomes Soares, Conselheira, representando a OAB/AM; Gildo Alves de Carvalho Filho, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Amazonas. Ato contínuo, todos de pé, ouviram o Hino Nacional brasileiro executado pela Banda de Música da Polícia Militar. Após, foi exibido um vídeo alusivo à biografia da homenageada. Na sequência, a Jornalista Mariana Rocha proferiu a leitura do histórico da Comenda. Em seguida, o Presidente Roberto Cidade entregou o Título de Cidadã do Amazonas à Senhora Mirza Telma de Oliveira Cunha. Com a palavra, a Deputada Alessandra Campêlo elogiou a iniciativa do autor e assinalou com louvor a atuação da magistrada no exercício da carreira jurídica fazendo menção à sua competência profissional. Como orador seguinte, o Deputado Roberto Cidade explicou o motivo de conceder tão alta honra à Desembargadora e enfatizou o valioso trabalho executado pela agraciada em prol do povo interiorano. Dando prosseguimento, a Senhora Mirza Telma de Oliveira Cunha agradeceu à Casa, em especial ao Deputado Roberto Cidade, pela homenagem e afirmou estar muito orgulhosa por ter seu trabalho reconhecido por este Poder, bem como salientou que a família, amigos e colegas de profissão também eram os responsáveis pelas conquistas por ela obtidas no decorrer do tempo em que exerce a magistratura. Na continuidade, a Senhora Diná Câmara Fernandes Abrahão interpretou a canção Bondade de Deus. Após, o Senhor Flávio Cordeiro Antony Filho primeiramente agradeceu ao Deputado Roberto Cidade pelo empenho constante em aprovar as Mensagens Governamentais necessárias para melhorar a vida da população e enalteceu a iniciativa de conceder a Comenda à Desembargadora. Exaltou a brilhante atuação da homenageada no Tribunal de Justiça do Estado e defendeu o diálogo institucional entre os três Poderes. Em seguida, o Senhor Gildo Alves de Carvalho Filho externou alegria em nome da Associação que preside e destacou o profícuo trabalho da Desembargadora no Amazonas. A caminho do fim, o Presidente agradeceu a presença de todos e reiterou que a homenagem era justa e merecida. Ato contínuo, todos de pé, ouviram o Hino do Amazonas executado pela Banda da Polícia Militar. Nada mais ocorrendo, encerrou a

Reunião e convocou Sessão Especial de amanhã às 10h. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

**ATA DA 36ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA PARA ENTREGA DA MEDALHA RUY ARAÚJO AO SENHOR MÁRIO JORGE BULBOL ABRAHÃO. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 12 DE ABRIL DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO MÁRIO CÉSAR FILHO.**

Às dez horas e trinta minutos do dia doze de abril do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **MÁRIO CÉSAR FILHO**, ausentes os demais. **O Senhor Presidente** explicou se tratar de uma **Sessão Especial convocada para entrega da Medalha Ruy Araújo ao Senhor Mário Jorge Bulbol Abrahão, conforme Projeto de Resolução Legislativa n.º 89/2023, de sua autoria, que se tornou a Resolução Legislativa n.º 1018, de 18 de dezembro de 2023. Convidou para compor a Mesa as autoridades:** Josué Cláudio de Souza Neto, Corregedor-Geral, representando o Tribunal de Contas do Amazonas; Wanderley Dallas, Deputado Estadual das 15ª, 16ª, 17ª e 18ª Legislaturas; Ralph Baraúna Assayag, Presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus; Jorge de Souza Lima, Presidente da Associação Comercial do Amazonas/ACA; Mário Jorge Bulbol Abrahão, homenageado; Diná Câmara Fernandes Abrahão, Juíza Titular da 1ª Vara Especializada em Crimes Contra a Criança; Antônio Cavalcante de Albuquerque Júnior, Defensor, representando a Defensoria Pública do Amazonas; Vereador Odimar Cipriano, 3º Secretário da Câmara Municipal de Presidente Figueiredo; Ricardo Mendes Lasmar, Diretor-Presidente da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e Concedidos do Amazonas/Arserpam. **Ato contínuo**, todos de pé, ouviram a execução do Hino Nacional brasileiro pela Banda da Polícia Militar. **Após, a Jornalista Mariana Rocha** procedeu à leitura da biografia do homenageado e do histórico da Comenda. **Com a palavra, o Deputado Mário César Filho** justificou a sua iniciativa e reportou-se à trajetória do empresário no Amazonas destacando a sua visão empreendedora à frente do Grupo Apa Móveis que gera emprego e renda ao Estado. Agradeceu ao laureado por tê-lo escolhido para ser garoto propaganda da Apa Móveis quando era apresentador de TV e entregou a **Medalha Ruy Araújo ao Senhor Mário Jorge Bulbol Abrahão. Na sequência, a Senhora Diná Câmara Fernandes Abrahão**, esposa do homenageado, interpretou a canção “Bondade de Deus”. **Dando prosseguimento, o Conselheiro Josué Neto** demonstrou alegria com o momento e citou fatos marcantes que ocorreram entre as famílias Souza e Abrahão que eram muito próximas. Concluiu salientando a carreira empresarial bem sucedida do

agraciado. **Na continuidade, o Senhor Mário Jorge Bulbol Abrahão** agradeceu à Casa, em especial ao Deputado Mário César Filho, pela homenagem e exaltou a atuação brilhante do parlamentar. Discorreu sobre a sua trajetória empresarial e atribuiu ao seu genitor o sucesso da Rede Apa Móveis, como também à sua família pelo apoio e aos patrocinadores pela confiança. Finalizou compartilhando a Medalha com todos os que fazem parte de sua vida. **Como orador seguinte, o Senhor Jeibson dos Santos** felicitou a família Abrahão pelo êxito no ramo empresarial e frisou a visão do homenageado em colaborar significativamente com as instituições empreendedoras de diversos ramos. **A caminho do fim, o Presidente** agradeceu a presença de todos e reiterou que a homenagem era justa e merecida. **Ato contínuo**, todos de pé, ouviram o Hino do Amazonas. **Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou Sessão Especial de segunda-feira às 10h. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega**, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

**ATA DA 37ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA PARA ENTREGA DA MEDALHA RUY ARAÚJO AO SENHOR JEFFERSON VIDAL DE MENEZES. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 15 DE ABRIL DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO JOÃO LUIZ.**

Às nove horas e trinta minutos do dia quinze de abril do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **JOÃO LUIZ**, ausentes os demais. **O Senhor Presidente** explicou se tratar de uma **Sessão Especial convocada para entrega da Medalha Ruy Araújo ao Senhor Jefferson Vidal de Menezes, conforme Projeto de Resolução Legislativa n.º 80/2023, de sua autoria, que se tornou a Resolução Legislativa n.º 1015, de 18 de dezembro de 2023. Convidou para compor a Mesa as autoridades:** Coronel QOPM Marcus Vinícius Oliveira de Almeida, Secretário de Estado de Segurança Pública do Amazonas/SSP/AM, representando o Governador Wilson Lima; Jefferson Vidal de Menezes, Homenageado; Antônio Cavalcante de Albuquerque Júnior, Defensor, representando a Defensoria Pública do Amazonas; Mário José de Moraes Costa Filho, Auditor Substituto de Conselheiro, representando o Tribunal de Contas do Amazonas; Glenda Margareth de Araújo Duarte de Menezes, esposa do homenageado; Jonas Rodrigues de Menezes, pai do homenageado; Francisco Soares de S. filho, Subcoordenador de Setor Jurídico, representando a Coordenadoria-Executiva da Unidade Gestora de Projetos Especiais/UGPE. **Ato contínuo**, todos de pé, ouviram o Hino Nacional brasileiro. **Em seguida, a Jornalista Amanda Monteiro** proferiu a leitura do

histórico da Comenda. **Após, o Presidente João Luiz entregou a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Jefferson Vidal de Menezes. Com a palavra, o Deputado João Luiz** justificou a sua iniciativa e ressaltou que o agraciado realizava um trabalho muito aprimorado no Tribunal de Contas na qualidade de Auditor Técnico. Elogiou a competência profissional e a conduta ilibada do contemplado. **Na sequência**, foi exibido um vídeo comemorativo. **Como orador seguinte, o Senhor Jefferson Vidal de Menezes** agradeceu à Casa, em especial ao Deputado João Luiz, pela homenagem e discorreu sobre sua carreira profissional enfatizando o compromisso com o serviço público. **A caminho do fim, o Presidente** agradeceu a presença de todos e reiterou que a homenagem era justa e merecida. **Ato contínuo**, todos de pé, ouviram o Hino do Amazonas. **Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou Sessão Ordinária de amanhã à hora regimental.** E, **para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega**, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

**ATA DA 38ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA EM HOMENAGEM À SEMANA ESTADUAL DA BIBLIOTECA E DO BIBLIOTECÁRIO NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 16 DE ABRIL DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO JOÃO LUIZ.**

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezesseis de abril do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **JOÃO LUIZ**, ausentes os demais. **O Senhor Presidente** explicou se tratar de uma **Sessão Especial convocada em homenagem à Semana Estadual da Biblioteca e do Bibliotecário nas Bibliotecas Públicas e Escolares das Redes Pública e Privada, conforme Requerimento n.º 1642/2024, de autoria do Deputado Alcimar Maciel. Convidou para compor a Mesa as autoridades:** Márcio Gonçalves Bentes de Souza, Chefe do Departamento de Gestão das Bibliotecas da Seduc, representando o Governador Wilson Lima; Marilane Pacheco Rabelo Freitas, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 11ª Região; Jean Charles dos Santos Martins, representando o Conselho Federal de Biblioteconomia; Lena Medeiros, representando a Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas/UEA; Gabriel Peixoto Vaz, Presidente do Centro Acadêmico de Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas/Ufam. **Ato contínuo**, todos de pé, ouviram o Hino Nacional brasileiro. **Neste momento, o Presidente João Luiz** registrou a presença dos alunos da Centro Educacional Arthur Virgílio Filho. **Na sequência, a Jornalista Amanda Monteiro** procedeu à leitura do nome dos

homenageados que receberam Certificados. **Com a palavra, o Deputado João Luiz** parabenizou o Deputado Cabo Maciel pelo evento e justificou a sua ausência. Elogiou a atuação dos bibliotecários nas escolas e destacou a importância de se valorizar a leitura, o que é feito por meio dos livros que estão, em sua maioria, nas bibliotecas. Relatou o tempo em que foi estudante no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro e rememorou as suas consultas à biblioteca que o faziam "viajar" nas histórias dos livros, como também lembrou de uma conversa que teve com uma jovem em Presidente Figueiredo e de uma criança na BR 319 que endossaram a relevância dos livros a fim de se ter um futuro melhor. Concluiu afirmando que o livro nunca poderá ser substituído e ressaltando que as bibliotecas virtuais são indispensáveis para disseminar o acesso ao conhecimento. **Como orador seguinte, o Senhor Jean Charles dos Santos Martins** cumprimentou a Mesa e agradeceu à Casa, em especial aos Deputados Alcimar Maciel e João Luiz, pelo evento. Frisou que a Lei n.º 6.704 foi uma construção coletiva criada para comemorar a biblioteca escolar e refletiu acerca do significado da biblioteca que é um grande equipamento cultural. Pediu o apoio do Poder Público visando dar condições às bibliotecas e enfatizou que o Governo Lula criou o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares considerando um avanço. **Após, a Senhora Marilane Pacheco Rabelo Freitas** também manifestou gratidão pelo evento e celebrou o mês dedicado às bibliotecas citando as conquistas e lutas do Conselho que engloba os Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. Assinalou o papel do Conselho no Letramento Racial e a função da biblioteca como um espaço de acolhimento e de respeito às diferenças. Concluiu sugerindo a modernização dos livros e a valorização dos profissionais bibliotecários. **A caminho do fim, o Presidente** agradeceu a presença de todos, reiterou que a homenagem era justa e merecida e divulgou o Programa da Assembleia que traz os alunos para o ambiente parlamentar. **Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou Sessão Ordinária de quarta-feira à hora regimental.** E, **para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega**, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

**ATA DA 39ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA EM HOMENAGEM AO DIA ESTADUAL DO ESPIRITISMO. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 18 DE ABRIL DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO DOUTOR GEORGE LINS.**

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de abril do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **DOUTOR GEORGE LINS**, com a presença do Deputado **SINÉSIO CAMPOS**, ausentes

os demais. **O Senhor Presidente** explicou se tratar de uma **Sessão Especial convocada em homenagem ao Dia Estadual do Espiritismo, conforme Requerimento n.º 649/2024, de sua autoria. Convidou para compor a Mesa as autoridades:** Marcellus Campêlo, Coordenador-Executivo da Unidade Gestora de Projetos Especiais/UGPE, representando o Governador Wilson Lima; Thiago Aguiar, Presidente da Federação Espírita Amazonense; Antônio Cavalcante de Albuquerque Júnior, Defensor representando a Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Evelin Freire, Procuradora do Ministério Público de Contas; Edson Farias, Vice-Presidente da Federação Espírita Amazonense; Silvio Romano, Secretário-Executivo de Gestão, Administração e Finanças da Secretaria de Estado de Saúde; Fernando Costa Muniz, Presidente do Centro Espírita Caridade e Resignação. **Ato contínuo**, todos de pé, ouviram o Hino Nacional brasileiro. **Após, o Senhor Thiago Aguiar** realizou a prece de abertura. **Com a palavra, o Deputado Doutor George Lins** discorreu sobre o Espiritismo, salientou que sua família materna sempre aprendeu os ensinamentos do Cristo através da doutrina espírita e afirmou que o Dia Estadual do Espiritismo foi instituindo pela Lei n.º 5.744/2021, de autoria do então Deputado Belarmino Lins, que é seu pai, e que coincide com o Dia Nacional do Espiritismo em alusão à publicação do Livro dos Espíritos em 18 de abril de 1857 na França por Allan Kardec. Citou a representação brasileira espírita que é muito significativa com nomes como Eurípedes Barsanulfo, Chico Xavier, Divaldo Pereira Franco, Raul Teixeira e outros que tornam o Brasil “Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”. Definiu o que é um homem de bem e garantiu que a doutrinação espírita tem sido um norte em sua vida como político, ressaltando a máxima “fora da caridade, não há salvação”. Relatou a história de sua vó Gláucia que se casou com o Senhor Alfredo, com quem teve seis filhos, e fundaram a União das Mães Espíritas Marília Barbosa no bairro Campos Elíseos e, posteriormente, o Colégio Marília Barbosa. Exibiu um vídeo resumindo a obra de seus avós, frisou que o Espiritismo é pautado no amor de Jesus e explicou que tem consciência de que tudo na vida é passageiro e que está como Deputado porque Deus permitiu, por isso persiste no propósito de fazer o bem a todos. Concluiu pedindo uma salva de palmas à doutrina espírita e colocando seu mandato à disposição das pessoas mais necessitadas. **Na sequência**, foi exibido um vídeo em homenagem aos 120 anos da Federação Espírita Amazonense. **Dando prosseguimento, o Presidente Doutor George Lins** entregou duas Placas Comemorativas, uma à Federação Espírita Amazonense e outra ao Centro Espírita Caridade e Resignação. **Na continuidade, a Senhora Carla Maria Azevedo**, Presidente do Centro Espírita Educandário de Luz, interpretou a canção “Obreiros do Senhor”. **Como orador seguinte, o Senhor Fernando Costa Muniz** explicitou que o Centro Espírita Caridade e Resignação iria completar em maio 122 anos de lutas e vitórias e fez menção ao seu fundador, Senhor José Bento, que se empenhou para que o Caridade se tornasse referência na relação entre pais e filhos. Rogou a Deus pelo fortalecimento da fé em Jesus e observou que o trabalho do Centro vai além da divulgação do Espiritismo e busca ensinar o amor de Deus. **Após, o Senhor Edson Farias** manifestou gratidão pelo momento, discursou sobre os valores espirituais que permeiam a sociedade e considerou o Espiritismo um farol

de luz na jornada humana que possibilita a promoção da paz, fraternidade e solidariedade. Desejou que todos fossem um instrumento de paz e luz no mundo conturbado atual e renovou o compromisso nos ensinamentos de Allan Kardec e na esperança de um mundo melhor. **Com a palavra, o Senhor Thiago Aguiar** expressou felicidade por reencontrar o colega médico, que também é Deputado Estadual, Doutor George Lins, e mencionou sua vó, Senhora Gláucia Monteiro como ícone do Espiritismo no Amazonas. Rememorou os 160 anos do livro “O Evangelho segundo o Espiritismo” e os 120 anos da Federação Espírita Amazonense que representa a doutrina no Estado e clarificou que a Federação é a Casa do Espírita Amazonense e presta diversos serviços voltados à caridade. Observou que uma das missões da Federação é alimentar a fé e divulgar a reencarnação e o contato com os valores espirituais, sendo seu fundamento o modelo do Mestre Jesus. **A seguir, o Deputado Sinésio Campos** assinalou a sua trajetória vitoriosa estando já no sétimo mandato parlamentar e pontuou que o Espírita Denizard Rivail deu uma nova conotação ao Cristianismo citando nomes importantes na sua vida que o ajudaram a se tornar um ser humano melhor. Defendeu princípios espirituais e assentiu que, em qualquer função, a pessoa deve sempre fazer o bem. Concluiu relatando a história de Santo Agostinho e conclamando todos a fazerem caridade. **Neste momento, o Presidente** cumprimentou os representantes dos Centros Espíritas presentes em plenário e convidou todos assistirem a um vídeo sobre o 9º Congresso Espírita Amazonense. **Na sequência, o Senhor Marcellus Campêlo** parabenizou o Deputado Doutor George Lins pela iniciativa e declarou que o Governador Wilson Lima tem profundo respeito por todos os credos. Lembrou que o primeiro Centro Espírita que frequentou foi o Marília Barbosa e considerou uma coincidência feliz em saber que a Dona Gláucia é avó do Parlamentar. Fez uma reflexão sobre a dualidade “bem versus mal” à luz de Allan Kardec e endossou o esforço da transformação íntima buscando alcançar os valores espirituais e a comunhão dos que professam a sua fé. **A caminho do fim, o Presidente** agradeceu a presença de todos, informou que apresentou um Projeto de Resolução concedendo a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Divaldo Pereira Franco, um grande propagador da doutrina espírita no Brasil e no mundo, e fez menção ao Senhor Bezerra de Menezes, médico, político, que teve uma vida dedicada a ajudar as pessoas mais necessitadas. **Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou Sessão Ordinária de terça-feira à hora regimental. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega**, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

**ATA DA 40ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA EM HOMENAGEM AO DIA DO BIBLIOTECÁRIO E AO DIA NACIONAL DA BIBLIOTECA, OCASIÃO EM QUE SERÁ ENTREGUE O PRÊMIO GENESINO BRAGA PELO CONSELHO**

REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 22 DE ABRIL DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO SINÉSIO CAMPOS.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e dois de abril do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **SINÉSIO CAMPOS**, ausentes os demais. **O Senhor Presidente** explicou se tratar de uma **Sessão Especial convocada em homenagem ao Dia do Bibliotecário e ao Dia Nacional da Biblioteca, ocasião em que será entregue o prêmio Genesino Braga pelo Conselho Regional de Biblioteconomia, conforme Requerimento n.º 1667/2024, de autoria do Deputado Alcimar Maciel. Convidou para compor a Mesa as autoridades:** Luiz Carlos de Matos Bonates, Secretário-Executivo de Cultura e Economia Criativa/SEC, representando o Governador Wilson Lima; Marilane Pacheco Rebelo Freitas, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia 11ª Região/CRB; Cassio André Borges dos Santos, Juiz de Direito e Secretário-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados; Jean Racene, representando o Conselho Federal de Biblioteconomia; Tatiane Brandão Fernandes, Coordenadora do Curso de Biblioteconomia, representando a Universidade Federal do Amazonas/Ufam; Rosemira Izabel de Oliveira, Coordenadora do Sistema Bibliotecas da Ufam; Jander de Lima Lasmar, Diretor da Escola do Legislativo Senador José Lindoso; Sônia Maria Monteiro Rodrigues, Bibliotecária das Bibliotecas Escolares da Seduc; Gabriel Peixoto Vaz, Presidente do Centro Acadêmico de Biblioteconomia da Ufam; Sheila Lobo Mota, Diretora do Centro Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas/UEA. **Ato contínuo**, todos de pé, ouviram a execução do Hino Nacional brasileiro. **Após**, foi exibido um vídeo institucional. **Com a palavra, o Deputado Sinésio Campos** argumentou que apesar do surgimento de novas tecnologias, o bibliotecário não ficou no anonimato por sua relevância na sociedade e considerou a profissão essencial necessitando de maior valorização. Lembrou que sempre fez apologia à criação de bibliotecas públicas, desde o seu primeiro mandato, e enfatizou a importância dos livros para a educação de qualidade. Rememorou ainda a luta, em 2001, para a criação de uma biblioteca na Zona Leste, onde mora até hoje, e uma escola de ensino médio, com mais de dez mil assinaturas, tendo como resultado a Biblioteca Thiago de Mello, na Grande Circular, e a Escola Isaac Sverner. Concluiu registrando a presença dos Vereadores Samott de Guajará e Rafinha de São Gabriel da Cachoeira. **A seguir, entregou Placas Comemorativas** ao Centro de Documentação e Memória da Amazônia, representado pelo Senhor Luiz Carlos Bonates; Biblioteca Anísio Thaumaturgo Soriano Mello da Escola Senador José Lindoso da Aleam, representada pelo Senhor Jander Lasmar; e, *in memoriam*, à Senhora Thalia Phedra Borges dos Santos, representada pela neta Thalia Phedra dos Santos Feitoza. **Dando prosseguimento, a Senhora Érica Lima da Cruz** proferiu o nome dos homenageados para recebimento de Certificados. **Na sequência, o Conselho Regional de Biblioteconomia entregou o Prêmio Genesino Braga 9ª edição:** à Senhora Leila Francisca Moraes Medeiros, bibliotecária da Universidade do

Estado do Amazonas/UEA; ao Senhor Inácio Oliveira Lima de Neto, bibliotecário do Inpa; à Senhora Ângela Emir Anai, bibliotecária e professora da Universidade Federal do Amazonas/Ufam, representada pela Senhora Rosemira Oliveira; à Senhora Célia Regina Simonetti Barbalho, bibliotecária e Professora da Universidade Federal do Amazonas/Ufam, representada pela Senhora Tatiana Brandão Fernandes; à Universidade Federal do Amazonas/Ufam, representada pela Professora Doutora Guilhermina Terra; à Senhora Alana Figueiredo, bibliotecária representante do Acre, representada pela Senhora Omara Borges; Luís Fernando Corrêa de Almeida, representante do Amazonas; à Assembleia Legislativa do Amazonas, representada pelo Deputado Sinésio Campos. **Encerrada a entrega do Prêmio, foi concedida a palavra aos ganhadores, manifestando-se: Senhora Leila Francisca Moraes Medeiros** afirmou que foi uma surpresa receber o Prêmio de dedicou à sua mãe que já está no plano espiritual e fez um agradecimento especial a todos que contribuíram para que esse momento se tornasse realidade. Compartilhou o Prêmio com todos os profissionais de biblioteconomia e manifestou um agradecimento especial ao Deputado Cabo Maciel; **Senhor Inácio Oliveira Lima de Neto** agradeceu aos seus professores e dedicou o Prêmio aos seus colegas de trabalho. **Como orador seguinte, o Vereador Rafinha de São Gabriel da Cachoeira** observou que como professor realizou muitos trabalhos com auxílio da biblioteca e fez referência ao prêmio que ganhou do Ministério de Cultura por ter levado os livros a várias comunidades por meio do Projeto “Biblioteca Itinerante”. Expressou sua alegria por participar da Sessão, embora não seja bibliotecário apenas mediador de leitura, e agradeceu ao Deputado Sinésio Campos pelo evento. **Na continuidade, o Senhor Jean Racene** agradeceu a homenagem recebida e reportou-se às atribuições do Conselho Federal de Biblioteconomia. Assinalou que os bibliotecários eram facilitadores do conhecimento e possuíam um leque de informações ímpares incríveis à promoção do acesso às ideologias e culturas diversas. **Com a palavra, a Senhora Marilane Pacheco** leu uma estrofe da poesia de Thiago de Mello e enfatizou que os bibliotecários eram profissionais e instrumentos de incentivo à leitura. Defendeu ações voltadas a programas de apoio alusivos a investimentos em bibliotecas públicas e corroborou a necessidade de valorização da profissão. **Após, o Senhor Luiz Carlos Bonates** demonstrou satisfação com o evento e relatou que possuía desde novo um interesse muito grande pela leitura. Parabenizou os bibliotecários e destacou o valioso trabalho desempenhado pelos profissionais no processo de inclusão social. **A caminho do fim, o Presidente** agradeceu a presença de todos e reiterou que a homenagem era justa e merecida. **Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou Sessão Especial de logo a seguir. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega**, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

**ATA DA 41ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA EM HOMENAGEM AOS 55 ANOS DO CURSO DE JORNALISMO DA FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAAZONAS/UFAM. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 22 DE ABRIL DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO WILKER BARRETO.**

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de abril do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **WILKER BARRETO**, ausentes os demais. **O Senhor Presidente** explicou se tratar de uma **Sessão Especial convocada em homenagem aos 55 anos do Curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas/Ufam, conforme Requerimento n.º 1531/2024, de sua autoria. Convidou para compor a Mesa as autoridades:** Martha Bernardo Duarte, Secretária-Executiva da Secretaria de Estado de Comunicação; representando o Governador Wilson Lima; Sylvio Mário Puga Ferreira, Reitor da Universidade Federal do Amazonas/Ufam; Alan Barreto Rodrigues, Diretor da Faculdade de Informação e Comunicação da Ufam; Inara Regina Batista da Costa, representando o Conselho Federal dos Profissionais de Relações Públicas; Mazé Mourão, representando a Academia Amazonense de Letras; Grace Soares Costa, Coordenadora do Curso de Jornalismo da Ufam; Liandre Deolinda Coutinho de Souza, Presidente do Centro Acadêmico de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação da Ufam; Walmir Albuquerque, ex-Reitor da Ufam, Isaac Júnior, representando a Suframa; Luana Carvalho, representando a Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Ato contínuo**, todos de pé, ouviram o Hino Nacional brasileiro. **Com a palavra, o Deputado Wilker Barreto** justificou a sua iniciativa, lembrou que foi acadêmico da Ufam no Curso de Economia e destacou a importância da profissão de jornalismo para a comunicação na sociedade. Concluiu parabenizando todos os que passaram pelo Curso da Universidade Federal do Amazonas e expressando a honra de poder ser o autor da homenagem. **Na sequência, entregou uma Placa Comemorativa à Universidade Federal do Amazonas. Após, a Jornalista Amanda Monteiro** procedeu à leitura do nome dos homenageados que receberam Certificados. **Como orador seguinte, o Senhor Alan Barreto Rodrigues** explicou que o Curso de Jornalismo foi criado em 1969 com a regulamentação da profissão e citou os motivos para a sua criação. Fez um relato da trajetória do Curso durante esses 55 anos e elencou os professores pioneiros do Jornalismo no Amazonas ressaltando a atuação do Professor Walmir Albuquerque. Concluiu expondo a missão do Curso e o compromisso de formação de profissionais capacitados para atuar na Amazônia. **Em seguida, o Senhor Walmir Albuquerque** afirmou ser um sobrevivente da primeira turma de Jornalismo e observou que a Assembleia sempre foi um 'porto seguro' da Universidade inclusive na época da Ditadura. Refletiu sobre a liberdade de

pensamento e expressão e explicitou que o Capitalismo transformou a comunicação e a informação em mercadoria salientando que hoje se valoriza mais a opinião do que a notícia. Criticou a não exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista e defendeu a competência como uma forma de aprender com aquilo que já está consolidado e a Universidade é o lugar desse aprendizado. **Na continuidade, o Senhor Sylvio Mário Puga** discorreu sobre os 55 anos do Curso de Jornalismo e reforçou o compromisso da Ufam em formar profissionais éticos que primam pela verdade. Ressaltou que o Curso está presente também em Parintins e manifestou orgulho com a Faculdade anunciando que a Ufam recebeu do MEC uma outorga para ter uma Rádio FM e que há um esforço para se concretizar esse projeto até o final do ano. **Dando prosseguimento, a Senhora Liandre Deolinda Coutinho de Souza** exaltou o Curso de Jornalismo e deu destaque à produção de saberes. Pontuou os desafios da profissão e expressou a sua fé nos profissionais de jornalismo. **Com a palavra, a Senhora Grace Soares Costa** agradeceu ao Deputado Wilker Barreto pelo evento e prestou sua homenagem aos docentes e discentes presentes em plenário. Discursou sobre o pensamento retrógrado de que é possível estudar somente pela internet e reiterou a relevância da educação superior em jornalismo presencial com debates em sala de aula. Repudiou as notícias falsas divulgadas como verdades absolutas e afirmou que o Curso de Jornalismo da Ufam tem a preocupação em formar profissionais críticos capazes de errar e superar seus erros; mas, sobretudo, comprometidos com a verdade dos fatos. **Como oradora seguinte, a Senhora Martha Bernardo Duarte** enfatizou que o Governador Wilson Lima é jornalista e felicitou a Universidade por 55 anos formando profissionais capacitados. Afirmou se sentir honrada por celebrar um Curso de tamanha envergadura em uma sociedade que não exige sequer diploma universitário para exercer a profissão e assinalou que o Curso de Jornalismo sempre será necessário por manter a democracia. **Ato contínuo**, foi feita uma apresentação musical pelo Coro de Câmara de Manaus. **A caminho do fim, o Presidente** agradeceu a presença de todos, rememorou que quando Presidente da Câmara Municipal de Manaus implantou uma Rádio FM e anunciou que destinou 200 mil reais em emendas parlamentares ao Departamento de Jornalismo da Ufam para melhorar a infraestrutura. **Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou Sessão Ordinária de amanhã à hora regimental. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega**, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

# CONSUMO CONSCIENTE

EVITE IMPRIMIR, UTILIZE O ALEAM DIGITAL PARA TRAMITAR DOCUMENTOS COMO OFÍCIOS E MEMORANDOS.



**Solicite o seu cadastro**



**Acesse o sistema**



**Tramite os documentos**

**SUORTE AO USUÁRIO**  
**[4340 ou 4341]**



<http://aleam.ikhon.com.br/>

**O consumo de papel pode representar até**

**60%**

**das despesas com material de expediente da Assembleia.**

**EVITE O DESPÉRDÍCIO**



**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA DO AMAZONAS**

**/ ASSEMBLEIAAM**  
**WWW.ALE.AM.GOV.BR**